



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE LETRAS – FALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E
LINGUÍSTICA – PPGLL



EDUARDO PANTALEÃO DE MORAIS

**UMA ANÁLISE RETÓRICO-TEXTUAL DA CITAÇÃO COMO ARGUMENTO DE
AUTORIDADE NO ARTIGO CIENTÍFICO**

EDUARDO PANTALEÃO DE MORAIS

**UMA ANÁLISE RETÓRICO-TEXTUAL DA CITAÇÃO COMO ARGUMENTO DE
AUTORIDADE NO ARTIGO CIENTÍFICO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, da Universidade Federal de Alagoas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Linguística, na área de concentração Estudos Textuais: Oralidade, Leitura e Escrita, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Francisca Oliveira Santos.

MACEIÓ/AL
2015

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

M827p Morais, Eduardo Pantaleão.
 Uma análise retórico-textual da citação como argumento de autoridade no
 artigo científico / Eduardo Pantaleão Morais. – 2015.
 176 f.

Orientadora: Maria Francisca Oliveira Santos.
Dissertação(Mestrado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade
Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras
e Linguística. Maceió, 2015.

Inclui Bibliografia.

1. Linguística textual. 2. Retórica. 3. Argumento de autoridade. 4. Artigo
científico. 5 Citações. I. Título

CDU: 81'42

TERMO DE APROVAÇÃO

EDUARDO PANTALEÃO DE MORAIS

Título do trabalho: "UMA ANÁLISE RETÓRICO-TEXTUAL DA CITAÇÃO, COMO ARGUMENTO DE AUTORIDADE, NO ARTIGO CIENTÍFICO"

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRE em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:



Profa. Dra. Maria Francisca Oliveira Santos (PPGLL/UFAL)

Examinadores:



Prof. Dr. Cristiano Lessa de Oliveira (IFAL)



Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes (PPGLL/UFAL)



Profa. Dra. Maria Inez Matoso Silveira (PPGLL/UFAL)

Maceió, 20 de agosto de 2015.

Dedico este trabalho, em primeiro lugar a Deus, por mais essa realização e em segundo lugar, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a efetivação da pesquisa. Tem-se aqui, portanto, o resultado dos esforços do estudante Eduardo Pantaleão de Moraes, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Francisca Oliveira Santos, os quais submetem à defesa de validação dessa dissertação, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, da Universidade Federal de Alagoas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primordialmente a Deus, por todas as coisas, à minha família: ao meu pai Antônio Cândido de Moraes, à minha mãe Elizabete Pantaleão de Moraes, aos meus irmãos Edson Pantaleão de Moraes e Eritânia Pantaleão de Moraes, aos meus sobrinhos Antônio Francisco e Luiz Fernando por estarem a postos sempre que precisei.

Agradeço aos meus amigos, de todas as horas, José Nildo Barbosa de Melo Junior pela companhia sempre fiel, Geralda Barbosa Melo, Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti, Deywid Wagner de Melo, Josenice Claudia, professor Dr. Sérgio Ifa, Ronivaldo Vitalino, Marcos André Vilela, Camila Melo, Adriana Malta Prata, Berenice Florentino e Colégio Dinâmico pelo incentivo ao estudo e apoio.

Agradeço, de igual valor, a minha orientadora, professora e amiga Dra. Maria Francisca Oliveira Santos, pela amizade, orientação e pelo companheirismo de sempre e à professora Dra. Maria Inez Matoso Silveira pelos ensinamentos.

Como qualquer discurso, o argumento é um enunciado, resultante, pois, parte de um processo de enunciação, que põe em jogo três elementos: o enunciador, o enunciatário e o discurso (FIORIN, 2015, p.69).

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a citação, em contexto de uso, para evidenciar a função de argumento de autoridade enquanto elemento de persuasão no gênero artigo científico, buscando ainda medir o grau de autoridade desse argumento. Com isso, tende-se a evidenciar se a autoridade exercida pela citação estabelece uma comunicação com as partes do texto e vice-versa, pois, se não houver essa comunicação, a autoridade é prejudicada, não configurando um argumento em si, mas somente criando um artefato enunciativo sem fins argumentativos, por não estabelecer um ponto de contato coerente com o texto. A citação também é reconhecida em retórica por *argumentum ad verecundiam* e, desde muito tempo, recorre-se à sua função persuasiva para justificar as oratórias proferidas. A metodologia adotada aqui é qualitativa e quantitativa, pois em algum momento, faz-se recorrência a dados mais precisos. O *corpus* da pesquisa é formado por oito (8) artigos científicos, resultantes de 20% de um universo de 22 artigos produzidos durante dois semestres, no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, da Universidade Federal de Alagoas. Para justificar a base teórica do estudo em questão, buscou-se em Retórica: Aristóteles (2005), Meyer (2007), Meyer (2008), Perelman (1996), Plantin (2008), Reboul (1998), Silveira (2005), Sousa (2001), Swales (1990), Toulmin (2006), dentre outros. Quanto aos estudos textuais, aparecem: Costa (2009), Dionísio e Hoffnagel (2012), Koch (2004), Marcuschi (2008), além de outros. Os resultados apontam para uma análise dos dados de pesquisa no gênero artigo científico tais como: a presença do argumento de autoridade, a não constituição do argumento de autoridade no fragmento em que se insere a citação (artefato), a identificação dos graus de autoridade do argumento, sendo esta última uma contribuição desta dissertação, visto que não se tinha um registro teórico que medisse o grau de autoridade de um argumento. A relevância desse estudo se dá por reconhecer a importância dos estudos retóricos, associados aos estudos dos gêneros textuais/discursivos, sobretudo os de cunho acadêmico.

Palavras-chave: Retórica. Argumento de autoridade. Graus de autoridade. Gênero artigo científico.

ABSTRACT

This work has with its main objective is evidence that the "citation" carries the persuasive function of an argument from authority, on the textual-rhetoric of parameters disposal, which establish a thesis by means of an argument by reference. We treats about the ascertained whether the authority exercised by citation establishes communication with textual parts and vice versa, because if there is not this communication, the authority is undermined, not setting an argument in itself, but only by creating an allegory, without argumentative purposes, not to establish a consistent point of contact with the text. The citation is also recognized in rhetoric for *argumentum ad verecundiam*, and since a long time, refers to its persuasive function to justify given speeches. The methodology in this work is qualitative, without neglecting the contributions of quantitative research, because, at some point, is done recurrence some more accurate data. The survey *corpus* consists of eight (8) scientific papers, the result of 20% of a universe of 22 articles, which were produced during two semesters in the Postgraduate Studies in Language and Linguistics Program, at Federal University of Alagoas. To justify the theoretical basis of this study, we used in rhetoric: Aristotle (s / d 2005), Meyer (2007), Meyer (2008), Perelman (1996), Plantin (2008), Reboul (1998), Silveira (2005), Sousa (2001), Swales (1990), Toulmin (2006), among others. As for the textual studies, we have: Costa (2009), Dionysus and Hoffnagel (2012), Koch (2004), Marcuschi (2008), among others. The results point to an analysis of survey data, the scientific article genre, such as the presence of the argument from authority, the failure to establish the authority of argument in the fragment in which it operates citation, the identification of argument authority degrees, the latter being a contribution of this thesis, since it was not a theoretical record that measures the argument level. The relevance of this study is by recognizing the importance of rhetorical studies, associated with textual/discursive studies of genres, especially the academic genres.

Keywords: Rhetoric. Authority argument. Authority degrees. Scientific article genre.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 artigo 1.....	61
Gráfico 2 artigo 2.....	67
Gráfico 3 artigo 3.....	69
Gráfico 4 artigo 4.....	75
Gráfico 5 artigo 5.....	79
Gráfico 6 artigo 6.....	82
Gráfico 7 artigo 7.....	89
Gráfico 8 artigo 8.....	95
Gráfico 9 artigo 9.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Título dos artigos analisados por ordem alfabética.....	53
Tabela 2 – Título dos artigos coletados.....	104
Tabela 3 – Título dos artigos produzidos pelos mestrandos	105
Tabela 3 – Título dos artigos produzidos pelos doutorandos	105
Tabela 4 – Título dos artigos analisados produzidos pelos mestrandos	106
Tabela 5 – Título dos artigos analisados produzidos pelos doutorandos.....	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 TRABALHO NO ESTUDOS RETÓRICOS E TEXTUAIS.....	14
1.1 Argumentação e tipologia argumentativa.....	16
1.2 Quase lógicos.....	20
1.3 Os que se fundam na estrutura do real.....	20
1.4 Os que fundamentam a estrutura do real.....	21
1.5 Os que se dissociem as noções.....	21
1.6 O argumento de autoridade.....	22
1.7 Graus de autoridade no argumento.....	24
1.8 As premissas e a força do argumento de autoridade.....	25
1.9 Os lugares da argumentação.....	27
1.9.1 O discurso persuasivo.....	29
2 OS GÊNEROS NA COMUNIDADE ACADÊMICA.....	31
2.1 Os gêneros do discurso retórico.....	33
2.2 O gênero artigo científico.....	36
2.3 A citação no gênero artigo científico.....	40
2.4 A questão da coesão no gênero artigo científico.....	43
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	46
3.1 A metodologia associada aos estudos persuasivos.....	47
3.2 Descrição metodológica da pesquisa.....	48
3.3 O universo da pesquisa.....	50
3.4 O corpus da pesquisa e a coleta dos artigos.....	51
3.5 A relação dos aspectos de autoridade.....	52
3.6 Um modelo de análise do argumento de autoridade.....	52
4 UM DIÁLOGO ENTRE A TEORIA E OS DADOS.....	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	102
ANEXOS.....	108

INTRODUÇÃO

Este trabalho persegue o estudo dos gêneros textuais, inserido numa perspectiva de análise retórico-textual, visto que a teoria retórica referenciada aqui traz contribuições para a constituição da comunicação, quando associado à análise dos diversos gêneros textuais em sua aplicação na oralidade ou na escrita.

Essa perspectiva retórica enfoca a análise da citação como argumento de autoridade, no gênero artigo científico que é considerado um dos gêneros textuais mais relevantes no meio acadêmico, razão por que possibilita a divulgação de resultados de várias pesquisas nas áreas de aplicação do conhecimento acadêmico.

A caracterização, função e aplicação dos aspectos persuasivos presentes nas citações constituem a base de análise a que se destina esse trabalho, bem como o estabelecimento dos graus do argumento de autoridade, pois a citação é considerada um elemento crucial para a criação de uma identidade argumentativa no texto acadêmico cujo objetivo é estabelecer a confiança do leitor em relação ao que é dito pelo articulista, à teoria e à legitimidade dos resultados por meio do bom da citação.

A chancela, como também é nomeado esse tipo de argumento, confere credibilidade aos dados levantados pelas informações provenientes, tanto das pesquisas bibliográficas, quanto das análises feitas nos gêneros científicos.

Aqui, a grande questão não é constatar se os autores evocados são autoridades no assunto, mas sim, identificar se os fragmentos são citados nos textos de modo adequado, a ponto de serem contextualizados, estabelecendo uma comunicação com o restante do texto o que justificaria a construção do argumento de autoridade.

Sabido do propósito a que se destina o trabalho, o primeiro capítulo é dedicado aos estudos retóricos, os quais visam elucidar a natureza da retórica, a sua origem, as várias transformações pelas quais a retórica passara, as suas definições e, por fim, a catalogação das funções e das tipologias argumentativas, inclusive o argumento de autoridade que auxilia no processo de constituição do discurso persuasivo.

Ainda no primeiro capítulo, têm-se as considerações relativas à argumentação e à tipologia argumentativa, as quais têm como funções: justificar a aplicação dos argumentos em contexto persuasivo, identificar as categorias argumentativas e os graus de autoridade do

argumento, como também, verificar a composição estrutural, o propósito social e ideológico do gênero artigo científico.

O segundo capítulo envolve as apreciações dos estudos textuais, objetivando conceituar a categoria de texto acadêmico, as implicações de contexto de uso e a caracterização de gênero nos estudos da linguagem.

O terceiro capítulo abrange os aspectos metodológicos adotados na pesquisa, descrevendo o tipo de pesquisa e a metodologia adotada.

O quarto capítulo estabelece um diálogo entre a teoria demonstrada e os dados coletados nos oito artigos selecionados para a análise.

Para a execução deste trabalho, os seguintes questionamentos são perseguidos: a) De que maneira as citações no gênero artigo científico são utilizadas, na tentativa de construir o argumento de autoridade? Nessa linha argumentativa, quais são os graus de autoridade do argumento no gênero? As citações empregadas no artigo científico cumprem a função persuasiva a que foram destinadas? As respostas a essas questões coadunam com o principal objetivo deste trabalho.

1 O TRABALHO NOS ESTUDOS RETÓRICOS E TEXTUAIS

Este trabalho se insere nos estudos da retórica numa linha argumentativa a qual toma a citação como prova da constituição do argumento de autoridade. Para a elucidação dessa ideia, fazem-se comentários acerca da Antiga e da Nova Retórica para uma melhor explicitação do objeto de estudo.

Na Grécia antiga, por haver necessidade de uma comunicação cada vez mais bem elaborada e persuasiva os estudiosos foram levados à criação de uma arte que pudesse ser ensinada nas escolas.

Foi nesse cenário de grandes transformações na política quando surgiram os primeiros professores de retórica, os quais ensinavam a arte do bem falar à comunidade de estudantes. Um dos primeiros professores da técnica oratória foi Górgias Leontinos, nascido em Atenas, no ano de 427 a.C.

Acerca da origem da retórica, poder-se-ia pensar em ser apenas literária, no entanto os registros históricos apontam que ela tem base judiciária. Nesse sentido, era preciso que a arte do bem falar estivesse associada às defesas das causas jurídicas, pois como afirma Reboul (1998, p.2): “sua natureza é jurídica, e não literária”.

Estudos comprovam que a retórica antiga tinha o objetivo de utilizar a linguagem como uma arte do falar em público, porque a oratória exercia uma grande e duradoura influência sobre a vida e o cotidiano dos atenienses, onde o discurso retórico destinava-se aos cidadãos da república (PERELMAN, 1986).

Assim, inicialmente, a retórica destinava-se à efetivação dos discursos oratórios, por isso, desde muito cedo, foi tida como uma das mais antigas e prestigiosas disciplinas da comunicação humana, razão por que havia um ideal universal de comunicação, onde a eloquência predominava no meio social, a partir do meio político.

Na realidade, o caráter político era efetivado nos grandes debates filosóficos, que sustentavam a democracia na Grécia antiga, e o discurso literário era representado pelos textos de natureza poética cuja base hermenêutica apontava para os gêneros épico, lírico e ou dramático, os quais constituíam a estrutura linguística que descrevia o cotidiano e os grandes feitos da cultura grega.

Acerca da referência à cultura grega, por meio da literatura como representação da realidade, Aristóteles (2005, p.16) afirma: “Desde Homero que a Grécia é eloquente e se

preocupa com a arte de bem falar. Tanto a *Ilíada* como a *Odisseia* estão repletas de conselhos, assembleias, discursos, pois falar bem era tão importante para o herói, quanto para o rei”.

Diferentemente, no século XX, aparece a Nova Retórica que era contrária à ideia de apenas a oralidade ser contemplada no discurso, que por ser de caráter retórico, terá de voltar-se ao ato de convencer e persuadir o auditório, de modo que os textos, nas modalidades falada e escrita, a partir do uso de argumentos em favor ou contra as teses sustentem a argumentação.

Desse modo, no estudo retórico, veem-se pontuações acerca dos modalizadores, dos argumentos, tipos de argumentos, dos lugares argumentativos, das funções retóricas das estratégias persuasivas, os quais contribuem para que o retor persuade o auditório a fim de adquirir o assentimento ou não das ideias expostas no processo comunicativo.

Observa-se que os componentes do fazer persuasivo no gênero artigo científico apresentam: a figura do retor e do auditório particular ou social que devem preencher características específicas como a de possuir uma linguagem em comum a fim de que o processo retórico seja efetivado.

Feita alusão ao retor e ao auditório, o conceito de retórica também merece ser pontuado. Assim, parte-se da ideia do que simbolizou para os filósofos o uso retórico, daí nascendo cada maneira de definição. Para Platão, a direção da retórica estava centrada no estudo do auditório, isto é, enfatizou a manipulação de um auditório (*pathos*-interesses) por meio da oratória, que tem como objetivo emocionar o interlocutor em todas as suas excitações, o que convergia para a persuasão.

Em Aristóteles (2005) a retórica focalizou o todo argumentativo, ou melhor, o *logos*, argumentação, procurando enfatizar melhores estratégias linguísticas para tornar o discurso atrativo e infalível na persuasão dos auditórios.

Numa época posterior, Quintiliano (*ethos*-imagem) identificou a retórica, de maneira funcional, como sendo uma arte do bem falar e que possuiu as melhores qualidades do discurso e da moralidade do orador. Ainda que esse momento da retórica estivesse voltado para uma arte do bem dizer, manifestou uma preocupação para com o auditório.

Uma vez que cada filósofo salienta um elemento constituinte da tríade aristotélica *ethos/ logos/ pathos*, neste trabalho a retórica estuda esses elementos conjuntamente, de forma que, ao tratar-se de um, fala-se do outro. Assim, para Meyer (2007, p.26), “a retórica é a análise dos questionamentos que são feitos na comunicação interpessoal e que a suscitam ou nela se encontram”. A retórica é a arte que busca a persuasão ou o convencimento do auditório, por meio de argumentos que constroem qualquer defesa discursiva, e que objetiva a

boa aceitação do auditório em relação ao que é, esquematicamente, organizado em torno do propósito argumentativo.

1.1 Argumentação e a tipologia argumentativa

Nesta parte, aparecem não somente pontos acerca da definição de argumentação e sua constituição como raciocínio lógico, mas também explanação das fases pelas quais a argumentação passou, desde sua gênese até os dias atuais. Surgem ainda suas características retóricas mais marcantes, sustentadas pela tipologia argumentativa, que está conforme cada situação de uso dos argumentos retóricos, principalmente no que diz respeito àquela que aponta para o argumento de autoridade.

Referencia-se o surgimento de uma concepção renovada da retórica, que é amplamente admitida pelos estudos mais recentes nessa área, pois leva-se em consideração a relevância dos estudos originários da retórica. A Nova Retórica surge a partir de uma proposta de estudo que iniciada na segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 50, quando estudiosos da argumentação, a exemplo de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) e Toulmin (2006), se propuseram a estudar as novas concepções do que seria o argumentar a partir de um pensamento mais recente e de utilização concreta para a sociedade da época.

Esses estudos argumentativos possibilitaram que os citados autores estabelecessem os padrões argumentativos e identificassem os argumentos existentes, considerando os aspectos gerais de cada argumento e o agrupamento por características em quatro tipos: os Quase-lógicos, Os que se fundam na estrutura do real, Os que fundamentam a estrutura do real e Os que dissociam das noções Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996).

Após estudar as tipologias argumentativas, situa-se o argumento de autoridade, observando a maneira como esse argumento se insere na Nova retórica. Isso é feito para justificar o uso das citações utilizadas pelo articulista (retor) para evocar a autoridade das personalidades destacadas em seu discurso. No estudo da autoridade no texto acadêmico, verifica-se a existência de argumentos do segundo tipo, isto é, Os que se fundam na estrutura do real, a fim de que sejam considerados como uma prova após sua inserção num plano discursivo, significando, muitas vezes, uma afirmação suficiente por si mesma.

Para que o uso argumentativo da citação fosse mais bem caracterizado, foram evocados autores como Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), com a teoria argumentativa de abordagem significativa para o tema, pois esquematiza a argumentação, possibilitando a negociação entre o retor e o seu auditório.

Desse modo, tanto o argumento de autoridade quanto os demais argumentos são entendidos, nesta exposição, como sendo um acordo entre as partes (retor e auditório) com a finalidade de persuadir por meio de estratégias argumentativas que são estabelecidas com base na identificação de alguns fatores, a exemplo do reconhecimento do auditório e dos lugares da argumentação, dentre outros.

Para o estudo do artigo científico analisado à luz da retórica, deve-se entender o retor (articulista) inserido num universo específico, chamado acadêmico; os lugares da argumentação voltados para a autoridade, e um possível público leitor (auditório).

Na construção da teoria argumentativa, referencia-se Toulmin que contribui para o estudo dos argumentos, pois, na mesma época em que Perelman e Olbrechts-Tyteca produziram o Tratado da argumentação, Toulmin também publicou a obra *Os usos do argumento*. Este livro também desenvolve algumas técnicas argumentativas, porém com menor aplicação, pois limitava-se às estratégias argumentativas face à presença do júri.

Ao buscar uma base teórica para o uso do argumento de autoridade para este trabalho, verificou que em Toulmin (2006) não haveria uma abordagem que contribuísse, de maneira relevante, para o estudo que faz acerca do argumento de autoridade. Serve, no entanto, para justificar o desenvolvimento dos estudos argumentativo modernos. Trata-se de uma obra que não alcançou grande extensão, no entanto, teve sua parcela de importância no estabelecimento dessa nova perspectiva de análise retórica.

Com o estudo da teoria da argumentação, verificou-se que a busca por uma nova retórica se deu pela necessidade de resgatá-la, uma vez que a retórica foi expurgada do ensino nas universidades, principalmente, por causa do período positivista, quando as ciências tinham seu lugar garantido no cenário político e social.

Dessa forma, a contribuição de Perelman e Olbrechts-Tyteca é relevante, justamente por resgatar a retórica, mostrando que a persuasão do auditório se dá pela argumentação, explicada pela negociação entre as partes envolvidas. Essa nova concepção traz uma marca que já havia sido registrada nas fases anteriores à Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). A esse respeito, diz-se:

Num momento em que a evolução histórica da retórica vem sendo analisada em função de três importantes períodos, cronologicamente denominados de Retórica Antiga, Retórica Clássica e Nova retórica, deve notar-se que, em qualquer delas, foi a persuasão que permaneceu como seu principal elemento distintivo, independentemente das particulares técnicas e procedimentos discursivos nelas utilizados (SOUSA, 2001, p.8).

Em todas as fases em que a retórica foi registrada e serviu de base para os estudos da linguagem, a categoria de análise mais significativa foi exatamente a persuasão, por estar presente, de maneira diferenciada, em toda a história da retórica.

Atualmente, ao observar o ensino da retórica que acontece nas universidades, verifica-se que há estudos desenvolvidos por Silveira (2005), Melo e Santos (2011) e disciplinas ofertadas, tanto numa abordagem de retórica clássica, quanto numa perspectiva moderna.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), a argumentação é definida como sendo uma estratégia de reunir provas em favor de uma defesa de ideias, de um ideal, de um ponto de vista. É uma forma de ação de argumentar que possibilita ao orador lançar mão de raciocínios, baseados na lógica, tendendo sempre à comprovação no sentido de que o que se diz, é digno de crença.

Para o estudo do argumento de autoridade, busca-se sempre estabelecer um acordo entre retor e auditório, o que envolve valores abstratos e hierárquicos por meio da linguagem que objetiva, a qualquer custo, modificar um estado de espírito, pelo fato de sugerir que existe o estabelecimento de uma comunicação efetiva e eficaz para com um auditório que pode ser individual ou universal.

A argumentação está para a defesa das ideias, assim como a retórica está para a busca constante de estratégias de convencimento e persuasão, por meio de uma linguagem falada ou escrita, de elementos verbais ou de elementos não verbais, que podem ser encontrados no que Aristóteles (2005) chamou de *topoi* ou lugares comuns que visam tornar o discurso mais acessível ao auditório.

Os estudos atuais da argumentação no meio social/acadêmico comprovam a evolução do discurso retórico que assumiu algumas fases ao longo do tempo, indicando que o surgimento da argumentação no discurso foi definido a partir dos estudos de Aristóteles que defendia uma aplicação argumentativa, baseada na lógica e na dialética.

Um exemplo da utilização da temática referida (lógica e dialética) é o estudo a partir da utilização da citação no gênero artigo científico. Definindo a argumentação, percebe-se que contempla com propriedade a retórica de Aristóteles, considerando o modo ou a

maneira distinta de apresentação das provas em um discurso é uma retórica lógica, pois, em todo argumento há de se considerar a ideia, os juízos e o raciocínio.

Assim, diz-se que a ideia é a representação da imagem do objeto em outra mente e as coisas sensíveis; o juízo é a proposição é a conveniência e a desconveniência, é a afirmação e negação das ideias e, por fim, o raciocínio que é a consequência, a dedução das ideias enlaçadas entre si (ARAUJO, 1845, p.21).

Ao trazer a noção de que a retórica era mais que a eloquência e muito mais que a disposição de torneios verbais, Aristóteles reconhecia que a argumentação era uma face persuasiva da retórica e que se constituía a mais produtiva, pois coadunava às teorias anteriores, tornando o discurso mais eficiente do ponto de vista persuasivo.

Os estudos que se voltam à tríade aristotélica, *ethos/pathos/logos*, para argumentação retórica apontam sempre para a constituição, que se estrutura em torno de uma teoria significativa de termos bem situados na língua, formulando esquemas de resolução dos problemas levantados, das discussões, a partir de evidências ou mesmo suposições.

Argumentar é, por assim dizer, um conjunto de aparatos estratégicos em favor de uma resolução que possibilita a oferta de provas e de dados favoráveis a uma conclusão. Isso significa que argumentar é uma busca constante pela manutenção do discurso, não sendo somente a afirmação de determinado fator numa discussão. Em suma, os argumentos constituem possíveis tentativas de sustentar certos pontos de vista que são postos à prova.

Por essa razão, é que uma citação não constitui em si um argumento, pois somente se tem a evidência do argumento de autoridade quando o texto citado dialoga com o a ideia defendida pelo articulista, estabelecendo a autoridade evocada, objetivando retirar qualquer dúvida e estabelecer a confiabilidade do que está sendo afirmado pelo retor.

Sendo sua representação na linguagem uma estrutura planejada que busca uma esquematização técnica de provas, a representação da argumentação é adequada, pois tem a importante tarefa de mediar os conflitos ou as negociações. Verifica-se também que é probatória, razão pela qual, visa a estabelecer a melhor prova a ser apresentada.

Sabe-se ainda: “No conjunto técnico que a retórica constitui, a teoria da argumentação corresponde à ‘invenção’, seus conceitos essenciais são os *topoi*, que se materializam nos argumentos concretos, entimemas, fatos discursivos complexos de lógica, de estilo e de afeto” (PLANTIN, 2008, p.9-10).

Acerca dessa temática, aparecem os quatro tipos de argumentos referenciados no *Tratado da argumentação*: os Quase-lógicos; Os que se fundam na estrutura do real; Os que fundamentam a estrutura do real e Os que dissociam uma noção.

1.2 Quase-lógicos

Por se tratar de uma argumentação de natureza informal, recebe a nomenclatura de Quase-lógicos, mas há de se notar que, em um dado momento, realiza-se de maneira formal nos enunciados, na tentativa de somar os argumentos, tornando-os, na medida do possível, incontestáveis como é o caso dos raciocínios formais e matemáticos que geralmente não podem ser contestados por haver natureza exata e precisa. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.220) referenciam: “A argumentação Quase-lógica se apresenta de uma forma mais ou menos explícita. Ora o orador designará os raciocínios formais aos quais se refere, prevalecendo-se do prestígio do pensamento lógico, ora estes constituirão apenas uma trama subjacente”.

Ao analisar a estrutura dos argumentos Quase-lógicos, percebe-se que a argumentação apela para os aspectos lógicos, para as relações que se estabelecem por meio de contradições e até mesmo para recorrer à estruturação dos raciocínios que somam-se, de modo que atribua confiança ao discurso.

Esse argumento parece responder a uma objeção implícita acerca da impossibilidade de contentar-se em expor simplesmente o verdadeiro e o justo, sem recorrer a artifícios oratórios. Nota-se que predomina, na estrutura Quase-lógica, o esquema formal apontado inicialmente. Isso não acontece no contexto acadêmico, pois o discurso é mais bem modalizado, buscando respeitar a teoria seguida pelos teóricos.

1.3 Os que se fundam na estrutura do real

Os argumentos que se fundam na estrutura do real não são diretamente associados às definições dos fatos, mas sim ao ponto de vista, a todas as possíveis opiniões que se referem ao assunto tratado, razão por que não são as próprias estruturas do argumento; são, na verdade, as marcas de subjetividade e as opiniões relacionadas à temática.

Esse tipo de argumentação é composto por sessões que indicam relações de causa ou finalidade, evidenciando o que está sendo exposto pelo orador. Desse modo, fazem parte dos argumentos que se fundam na estrutura do real, aqueles que são dependentes da

experiência e não da lógica, pois o argumento já existe, podendo ser reforçado por outro que seja motivado pela experiência no assunto exposto.

Por essa razão, verifica-se que o argumento de autoridade, referenciado pelo uso da citação, está inserido entre os argumentos que se fundam na estrutura do real, a fim de fortalecer o argumento ou a ideia que já existe.

1.4 Os que fundamentam a estrutura do real

Os argumentos que fundamentam a estrutura do real favorecem tanto à defesa quanto à acusação, podendo ser exemplificados pela analogia entre os argumentos cuja noção principal se baseia em se dizer que o exemplo reforça a regra. Esses argumentos não devem ser equivalentes entre si, como pretendiam os sofistas¹, mas fazem compreender o funcionamento do argumento em defesa adversária. Assim, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.297) salientam: “Essa argumentação vale-se da própria estrutura para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procuram promover. O essencial é que eles pareçam ser suficientemente garantidos para permitir o bom desenvolvimento da argumentação”.

Ao fundamentar a estrutura do real por meio do exemplo, o retor ou o orador atribui razão a uma série de argumentos que comprovam um ponto de vista, tornando-o esse ponto de vista mais forte e confiável. Nesse sentido, a regra é reforçada pelo exemplo, que pode ser de natureza favorável ou não ao assunto debatido. Deve-se levar em consideração que um simples exemplo de descrição não constitui um argumento que fundamenta a estrutura do real, pois, para isso, o exemplo deve estar inserido na própria argumentação, formando um suporte de sustentação desse argumento.

1.5 Os que se dissociam das noções

O argumento que se dissocia das noções propõe ampliar os debates, formando pares distintos, exemplificados pela aparência e realidade. Em outras palavras, convém

¹ Para os sofistas, a estrutura oratória/argumentativa, utilizada para a defesa das causas jurídicas, estaria comprometida com a estrutura oratória e não com o conteúdo dos discursos proferidos. Por essa razão não eram equivalentes entre si.

estabelecer a dissociação entre os pares argumentativos, entre o que é e o que parece ser, pois existe um abismo entre ambos, que, muitas vezes, são desconsiderados na hora de construir o argumento. Como afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.469): o dissociar das noções determina um remanejamento que é relativamente profundo dos dados conceituais que, servem de fundamento para a argumentação. Trata-se, portanto, de normas, de fatos, ou de verdades.

Um bom argumento é aquele que consegue discernir os pontos de aproximação e afastamento entre os diversos aspectos apresentados. Nesse sentido, a aparência pode enganar, porém ela terá um poder de persuasão menor em relação à realidade, o qual é justificado pela comprovação de fato.

1.6 O argumento de autoridade

Visto que os argumentos, anteriormente referenciados, têm uma base relevante para os estudos retóricos e também que o argumento de autoridade se insere especificamente no argumento que se funda na estrutura do real, esse estudo constitui o ponto central a ser investigado neste trabalho, na tentativa de comprovar que a citação tem uma base argumentativa quando utilizada adequadamente no gênero artigo científico.

Dito isso, a definição de argumento de autoridade é relativa a toda recorrência coerente ao prestígio de alguém que estabelece essa coerência em enunciados escritos ou oralizados.

Os estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.61) dizem que argumentar é uma ação que tende sempre a modificar um estado preexistente de coisas, quando o seu uso implica que se tenha renunciado a recorrer unicamente à força e que se dê apreço à adesão do interlocutor, por meio da persuasão a partir de um raciocínio.

Nessa perspectiva, percebe-se que a força do argumento de autoridade recorre diretamente ao prestígio de alguém que seja detentor de um conhecimento em específico ou mesmo por utilizar a razão e os juízos de valor de uma pessoa como uma garantia em favor de uma tese existente.

O apelo à autoridade pode ocorrer de várias maneiras, cada qual com um formato distinto, satisfazendo o objetivo textual-oral persuasivo que lhe é desejado, demonstrando sua intencionalidade particularizada no discurso. Esse argumento se insere no domínio daqueles

que se fundam na estrutura do real, pois se faz uma argumentação propositalmente, a fim de tornar-se parte da estrutura já existente, razão da sua designação.

Essa inserção do argumento de autoridade dá maior credibilidade ao que se pretende afirmar, ao se recorrer ao prestígio e à autoridade de um especialista em determinada área de atuação do conhecimento.

Diferentemente dos demais argumentos retóricos, esse argumento é representado pela “citação”, que, bem estruturada, liga-se ao raciocínio que abordado no discurso e que estabelece a persuasão intencionalizada. No entanto, em se tratando do argumento pode-se dizer que, por mais diferente que seja, também se assemelha a alguns outros argumentos baseados na lógica e na razão que devem estar bem situados no espaço argumentativo.

Acerca do espaço destinado ao argumento de autoridade, tem-se:

É considerável. Mas não se deve perder de vista que, como todo argumento, ele se insere entre outros acordos. De um lado se recorre a ele quando o acordo sobre o que se expressa está sujeito a ser questionado; de outro, o próprio argumento de autoridade pode ser contestado. Sobre o primeiro ponto há que notar a tendência a transformar, para sustentá-la (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.350).

O uso da citação em enunciados, de maneira geral, implica no reconhecimento de uma característica particular de autoridade, sobretudo em enunciados de caráter científico, uma vez que os argumentos que estabelecem garantias serão, em comparação, argumentos como os que podem ser encontrados num ensaio científico, em que a aceitabilidade de uma garantia nova é explicitada mediante sua aplicação (TOULMIN, 2006, p.172).

Em contrapartida, é comum encontrar em textos que circulam em universos sociais diferentes citações que não constituem uma garantia, pois não exercem função persuasiva no discurso; não sendo considerados argumentos de autoridade, sendo entendidos como argumentos demonstrativos ou apenas estilísticos.

Para efeito de exemplificação, têm-se as citações que não são relacionadas ao assunto proposto, ou mesmo que simplesmente dizem o que é óbvio, não servindo para sustentar uma argumentação, concordando com (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA 1996, p.8), quando dizem: “qualquer ação demonstrativa que não esteja justificada por um enunciado que objetiva a adesão do auditório cai fora do campo da argumentação, na medida em que nenhum uso da linguagem vem apoiar o fragmento citado para justificar ou interpretar”.

Esse argumento parece responder a uma objeção implícita acerca da impossibilidade de contentar-se em expor simplesmente o verdadeiro e o justo, sem recorrer a

artifícios oratórios. Assim, nota-se que predomina, na estrutura Quase-lógica, o esquema formal apontado inicialmente.

Tal afirmação, associada ao uso de uma citação, não possui valor de argumento de autoridade, pois a discussão correlativa à interpretação do fragmento citado no texto não existe ou não justifica apropriadamente o que se tenta comprovar semanticamente. Em outras palavras, a ação de citar somente se constitui como um argumento de autoridade se houver a ligação entre o fragmento citado e a discussão que dialogue com a teoria, de modo coerente, havendo ainda uma relação semântica nesse fragmento.

Mesmo, em se tratando de textos acadêmicos, não é de se estranhar que ainda se encontrem citações que não possuem a função devida de argumento de autoridade². Um exemplo é quando se apela a uma autoridade em questões alheias ao assunto tratado, razão por que alguém que não é uma verdadeira autoridade no tema é citado para justificar um dado discurso. Entende-se com isso que a prova demonstrativa ou exemplificada somente se constituirá, à medida que se estabelece uma comunicação entre o fragmento citado e o primeiro discurso apresentado.

1.7 Graus de autoridade no argumento

Nessa dissertação, considera-se relevante destacar a existência de graus do argumento de autoridade. Para isso, a referência aos graus é estabelecida à medida que se reconhece que, ao analisar as citações, percebe-se que a autoridade pode ou não contemplar as especificidades de que o argumento de autoridade se propõe, sendo os graus identificados em: baixo, médio e alto.

Ao considerar essa classificação, diz-se que o grau baixo de argumento de autoridade contempla, de maneira insatisfatória, o seu propósito, razão que se justifica por algumas características tais como: incoerência no que diz respeito ao sentido da paráfrase associado à citação, quando a autoridade é questionada, dentre outras categorias.

Quanto ao grau médio do argumento de autoridade, entende-se que ocorre quando a chancela³ atende parcialmente às necessidades argumentativas as quais o argumento é destinado. Acerca dessa referência, entende-se que o grau médio ocorre quando a citação

² Os autores citados podem ser autoridades, mas para que o sejam considerados, faz-se necessário que os fragmentos citados estejam semanticamente associados ao assunto em evidência.

³ Chancela é um termo que, em retórica, referencia à autoridade por citação.

corresponde semanticamente ao assunto abordado, mas que, por ser considerado um conhecimento comum, não seria necessária a presença de uma citação para comprovar uma discussão, uma vez que a comprovação por autoridade seria desnecessária; outro fator relativo ao grau médio é quando o articulista utiliza a citação somente como uma demonstração, por não haver uma discussão anterior.

O grau alto de autoridade tem como marca de reconhecimento a ênfase a alguns critérios, como a relevância e novidade do assunto discutido, a precisão do assunto parafraseado pelo articulista, o prestígio do teórico que é considerado autoridade no assunto, o acordo semântico entre a citação e a assunto a ser comprovado.

Ao considerar a existência dos graus de autoridade, entende-se que pode ser um aspecto relevante para o estudo da citação, uma vez que a presente dissertação deve trazer uma contribuição ao meio acadêmico científico, buscando evidenciar que é preciso haver uma coerência na utilização das citações, por reconhecer que uma citação pode ou não constituir o argumento de autoridade em sua totalidade, para isso, fez-se necessário estabelecer os três graus de reconhecimento de um argumento de autoridade numa análise de contexto de uso no artigo científico.

Essa abordagem está embasada nos postulados retóricos defendidos por Aristóteles (2005), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), Plantin (2008), Swales (1990) dentre outros, os quais se detiveram em estudar os meios de persuasão do auditório; e textuais ao considerar a relevância dos estudos de Koch (2012), Marcuschi (2008), Hoffnagel (2009), dentre outros, os quais estudam os critérios de coesão e coerência nos gêneros.

Desse modo, considera-se que a citação é uma prova que tem o objetivo de retirar a dúvida acerca de um determinado assunto, por meio de uma afirmação de um especialista; por essa razão, considera-se que a citação é um recurso retórico e também textual por admitir que a citação é um elemento textual que deve ser empregado de modo coerente, na tentativa de adequar o assunto à citação utilizada, evitando que a teoria defendida pelo articulista seja considerada verdadeira.

1.8 As premissas e a força do argumento de autoridade

A proposta desse trabalho indica que o princípio básico para se estabelecer a argumentação é a comunicação e, logicamente, a linguagem aceitável de que o

retor/articulista se serve na modalidade escrita, revestida pelo propósito de interagir com seu auditório/leitor. O mínimo indispensável à argumentação parece ser a existência de uma linguagem em comum e de uma técnica que possibilite a comunicação (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.16).

Nesse sentido, as técnicas utilizadas pelo articulista servem de base ou modelo para a organização da linguagem, cuja finalidade é buscar a melhor estratégia de convencimento e persuasão do auditório, a partir das premissas que surgem no instante em que se faz necessário argumentar no texto acadêmico.

Em contrapartida, as premissas de uma argumentação constituem resultados de tudo o que é acordado entre as partes envolvidas no discurso, justamente por se tratar de citações que podem ser representadas por paradigmas de demonstrações que se revestem de um caráter, senão de verdade absoluta, mas de aspectos verossímeis para provar o que se pretende na argumentação.

Ao fazer uso de uma citação como prova, existe a responsabilidade de recorrer a dados confiáveis, ou seja, que os dados sejam aceitos como verdadeiros por um determinado público. Essa afirmação concorda com a teoria aristotélica, ao afirmar que existem provas verossímeis, que são aceitas e que se coadunam à argumentação para fortalecer o enunciado argumentativo por meio de exemplos em favor de uma causa.

Reconhece-se neste trabalho que, numa argumentação de autoridade, o mais relevante não é o que o retor/articulista considera por verdadeiro ou aceitável, mas sim aquilo que é considerado como verdadeiro perante o auditório/leitor. Por essa razão, o retor é responsável pela escolha da melhor estratégia argumentativa, fazendo com que os argumentos sejam melhor aceitos.

Concordando com Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), a necessidade de persuadir o auditório faz com que o retor adapte o seu discurso ao auditório, para que a mensagem, além de ser bem compreendida, possa surtir o efeito persuasivo esperado por parte de quem argumenta. Em virtude dessa necessidade de convencer o auditório, é que a argumentação vem garantindo cada vez mais o seu lugar nos estudos da linguagem, pois são as técnicas de argumentação que garantem o sucesso de um bom discurso, ainda que isso somente seja possível a partir das adequações realizadas pelo retor.

Essa concepção torna relevante a força do argumento de autoridade em detrimento de aspectos verossímeis; o argumento é uma evidência e, como tal, é uma força incontestável, pois o seu caráter de prova impede que um discurso seja fragilizado pelo argumento adversário.

Assim, um argumento de autoridade será questionado se houver dúvidas em relação à autoridade citada como prova, ou mesmo se houver objeções sobre o que se diz, razão por que a experiência comprovada e aceita no meio científico não é facilmente questionada.

Acerca da evidência, sabe-se que esta é concebida ao mesmo tempo como a força à qual toda mente normal tem de ceder e como sinal de verdade daquilo que se impõe por ser evidente (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.4). Reconhecido esse aspecto, salienta-se que toda força de um argumento de autoridade compete com outras que se julgam contrárias. Por essa razão, esse argumento combate a dúvida, a fim de encerrar uma discussão, evitando o enfraquecimento da argumentação.

Compreender essa concepção implica entender a argumentação como sendo uma ação que tende a provocar uma reação por parte de quem participa da ação argumentativa e que pretende chegar ao convencimento ou simplesmente à persuasão do ouvinte, a partir do uso deliberativo da autoridade no argumento.

Numa perspectiva de escolha reacional dos argumentos, sabe-se que, apenas a argumentação constitui um mecanismo capaz de possibilitar a compreensão das decisões a serem tomadas em um tempo atual ou que aponte para uma discussão futura (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.53).

A eficácia de uma argumentação se fixa a partir das teses apresentadas e julgadas pelo retor no momento da exposição por meio de escolhas coerentes e conscientes, para obter a adesão do seu auditório.

A argumentação em uma citação também passa por um processo de validação em que os argumentos são postos em relação aos valores. Nesse sentido, existe uma noção de valor relativa à argumentação. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.83), os valores são objetos do acordo que possibilitam uma comunhão entre modos particulares de agir. Essa concepção indica que em todos os grupos e em todas as suas negociações, os valores intervêm diretamente em todas as argumentações.

1.9 Os lugares da argumentação

O estudo retórico permite reconhecer que, no universo acadêmico, mais precisamente na produção acadêmica, os lugares argumentativos estão presentes e isso pode ser exemplificado quando se faz referência à produção de artigos científicos, por ser preciso

identificar a relevância do conteúdo, pois aparecem dados que apontam para os lugares argumentativos, tais como: os números de autores citados, de autores dos textos, a ordem em que as informações são colocadas, a intensidade dos dados coletados, dentre outros.

Por essa razão, os lugares são argumentos e estão sempre interligados aos acordos, que se estabelecem entre os locutores, e servem de motivações para estabelecer as argumentações em lugares retóricos, de modo a serem bem marcados, como: “lugares da quantidade, da qualidade, da ordem, do existente, da essência e da pessoa” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.96).

O lugar da quantidade indica a existência de lugares que são os melhores em relação a outros, ou que possuem mais prestígio do que outros, dada a importância ou superioridade referenciada pela quantidade.

O lugar da qualidade, por sua vez, faz alusão à distinção de que nem sempre o maior número é indicativo de qualidade. Nesse sentido, a qualidade estabelece seu valor na verdade dos fatos que constituem os argumentos, onde a verdade é sempre aceita em detrimento do duvidoso.

O lugar da ordem estabelece que o primeiro, sempre, terá maior prestígio que o segundo. Nesse caso, as distinções de colocação ou, em outras palavras, de classificação são estabelecidas. O lugar da ordem é comparado à superioridade da causa sobre o efeito; sem a primeira, a segunda não existe.

O lugar do existente é aplicado a tudo o que é real, materialmente falando. Por estabelecer essa concepção de concretude, ele é o lugar da certeza, das ideias bem fixadas no mundo material. São as provas reunidas que afirmam a superioridade em relação às provas supostas ou incertas.

O lugar da essência é o da comparação entre os elementos, pois a essência aqui referida é, na verdade, um padrão ideal entre as partes. Isso faz com que se entenda esse lugar como sendo aquilo que se espera de algo, pelas suas características ideais, o que representa melhor o padrão, atribuindo valor ao que for comparado.

Por fim, o lugar da pessoa se realiza a partir das correlações de originalidade com algo e, por essa razão, assemelha-se ao lugar da essência. São as particularidades que denominam algo e que de outras se distinguem, tornando o conceito de algo único em meio ao que é afirmado como distinto, único e original.

Ao produzir textos acadêmicos, observa-se que os lugares se ligam diretamente à conjuntura dos argumentos. É possível entender o porquê de adequar o discurso aos diferentes auditórios no momento de proferir a defesa de ideias, razão que se justifica pela necessidade

de escolha das premissas, dos discursos em meio aos diferentes auditórios. A boa utilização dos lugares comuns permite ao orador a obtenção do sucesso no momento dos debates por conhecer o lugar em que a argumentação se efetiva.

A argumentação é mais que uma escolha de palavras; é principalmente escolher as melhores estratégias que se relacionam ao conhecimento acerca do auditório. Dessa forma, sem o conhecimento necessário dos acordos, das premissas e dos lugares, a argumentação perde o valor de persuasão. Por esse motivo, ao se idealizar uma argumentação, tem-se que levar em consideração não somente a escolha dos dados, mas também o método interpretativo das respostas dadas ao retor pelo auditório.

1.9.1 O discurso persuasivo

Ao utilizar uma citação, o articulista insere ao texto o caráter persuasivo que reside no discurso retórico que por sua vez, busca a partir das ideias dispostas, criar um efeito de confiabilidade por parte do leitor. Essas ideias foram identificadas em retórica de diversas maneiras, de acordo com as fases que marcam o renascimento da retórica. Assim, o discurso persuasivo é todo o enunciado que tem o objetivo de persuadir o ouvinte com base em estratégias discursivas que podem estar relacionadas às escolhas linguísticas, a exemplo da utilização de figuras de linguagem, as quais persuadem ao enfatizar o sentido das sentenças.

O que se percebe é que a retórica vem sendo transformada dia após dia em ferramentas úteis que se ligam à linguagem humana, mostrando como a linguagem pode se servir de discursos persuasivos e de escolhas feitas no momento de proferi-los.

Concordando com Reboul (1998), com o passar do tempo, as transformações produzidas pela utilização do discurso retórico estiveram relacionadas a uma característica comum a todas as fases pelas quais a retórica foi registrada. Essa característica comum é o objetivo da persuasão do auditório, que esteve presente nas três fases retóricas.

A razão disso se justifica por a retórica possuir características funcionais que apontam para a utilização de funções retóricas, que são específicas do discurso e que representam também as outras que têm a função de persuadir, como, por exemplo: os argumentos, incluindo a estes o de autoridade, as figuras de retórica, o reconhecimento da tríade aristotélica, os *topoi*, dentre outras. Nessa concepção, há de se notar que o

conhecimento dessas funções possibilita que as pessoas utilizem a linguagem de maneira mais eficaz, tornando as defesas de ideias aceitas por parte dos auditórios.

A retórica tem uma função persuasiva que visa a convencer o auditório, a qualquer preço, e que configura o caráter mais poderoso da argumentação, porque para ganhar uma causa, independente de sua natureza, busca-se a aceitação do auditório ainda que o retor esteja revestido de intenções diversas.

A citação como recurso de natureza retórica define os meios de persuasão em dois tipos: as provas inartísticas e as provas artísticas. As primeiras fazem referência às provas que já existem, que não são produzidas durante o discurso, assim como as provas com testemunhas, confissões sob tortura, documentos escritos e outras semelhantes; e provas artísticas, todas as outras que são identificadas no momento do discurso (ARISTÓTELES, (2005, p.96).

O primeiro tipo de prova argumentativa é o *ethos* que possui uma grande relevância, pois sua finalidade integra mais facilmente a confiança de quem profere o discurso para com o auditório, despertando nele maior pretensão a ser persuadido, e também se refere à impressão que o orador transmite de si mesmo. Diz-se que existem dois tipos de *ethos*: um projetado e um real. O primeiro tipo é aquele que é imaginado pelo auditório no primeiro momento, pois o auditório cria uma imagem inicial acerca de quem profere o discurso. O segundo tipo é o que se mostra na realidade, cujas impressões são tidas a partir do que é visto e constatado pelo auditório.

O segundo tipo de prova argumentativa é o *pathos* (efetivo ou projetado) que se refere ao caráter mais emocional que o orador produz no seu auditório, fazendo com que o discurso desperte paixões no auditório. O *pathos* efetivo é o que assegura a paixão, pois o auditório está propenso a aceitar as crenças e emoções do orador, enquanto o *pathos* projetado é o que permite que exista a possibilidade da diferença.

Por fim, aparece o *logos* (projetado ou efetivo), que consiste no próprio discurso argumentativo, constituindo a parte mais importante do discurso. O *logos* projetado é o discurso que se pretende usar, com a verdade do que se espera argumentar, enquanto o *logos* efetivo permite que a argumentação seja adequada às respostas dadas pelo auditório.

Por tudo quanto foi explanado acerca dos estudos retóricos no que diz respeito à própria definição da área escolhida, à prioridade atribuída, ao argumento de citação (localizado na estrutura do real), à exemplificação do argumento enquanto prova, aos lugares da argumentação, dentre outras categorias de análise, infere-se que esse embasamento teórico fundamenta a análise da citação como argumento no gênero artigo científico.

2 OS GÊNEROS NA COMUNIDADE ACADÊMICA

Na tentativa de definir o que seria um gênero textual, verifica-se que, nos estudos voltados à textualidade, algumas definições esclarecem a noção de gênero textual, tipo textual e domínio discursivo. Conforme Marcuschi (2008, p.155):

O gênero textual refere-se aos textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas.

Com certeza, os gêneros são materializados em situações comunicativas que são recorrentes; o tipo textual é responsável por designar um tipo de construção teórica que é definida pela natureza linguística de sua composição; o domínio discursivo compõe práticas discursivas, nas quais podemos constatar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, são próprios ou específicos a esse conjunto, no cotidiano, de modo institucionalizado.

Considerando que a comunicação se dá através do uso da linguagem em contextos situados, os gêneros se manifestam a partir de textos que são reproduzidos em um dado momento, de modo que se tem o gênero textual como o texto propriamente dito, que passa por um processo de materialização em determinada situação sociocomunicativa da vida cotidiana, no momento de ser produzido.

O tipo textual está relacionado à tipologia ou mesmo à natureza do texto, ou ainda, à forma como o texto é disposto a partir das sequências tipológicas do narrar, do descrever, do expor, do argumentar, do injungir e do dialogar. O domínio discursivo, no qual os gêneros se inserem, faz referência às situações ou circunstâncias discursivas, isto é, à produção de discursos, em situações de comunicação, de maneira bastante específica.

É possível identificar um conjunto de gêneros textuais numa mesma instância discursiva, enquadrando-os em suas respectivas tipologias textuais que também são chamadas de sequências retóricas de domínios discursivos.

As pesquisas em gêneros textuais/discursivos estão inseridas em diversos contextos e situações de uso, pois a utilização de um determinado gênero perpassa pelo propósito discursivo, objetivo comunicacional, dentre outros critérios. Essas características também se fazem presentes em gêneros textuais/discursivos de cunho acadêmico, a exemplo do artigo científico que, neste trabalho, tem a base investigativa das citações contidas em sua composição argumentativa de autoridade.

A análise e composição de gêneros textuais/discursivos possuem uma noção retórica de duas naturezas. Uma corresponde à caracterização retórica estrutural que analisa a composição do gênero, por meio das estruturas e composição tipológica, e outra, cuja noção retórica aponta para a identificação dos mecanismos persuasivos que argumentam a partir da negociação das ideias entre retor e auditório.

Na primeira definição, observa-se que o caráter de composição do gênero é retórico, por ser um recurso linguístico e estrutural, e está associado diretamente à aplicação institucionalizada e social do gênero, buscando identificar as características que o compõem em detrimento de sua aplicação em um dado contexto. De acordo com Dionísio e Hoffnagel (2012, p.49), “essa abordagem estrutural serve, portanto, como nexos explicativo entre indivíduos e coletividades, quer dizer, entre a concretude e particularidades da ação, abstração e a longevidade das instituições”.

Na segunda definição ocorre o estudo das partes dos acordos argumentativos que buscam persuadir o auditório a partir de estratégias argumentativas que estão associadas diretamente à Nova Retórica, quando se diz: “As possibilidades de argumentação dependem do que cada qual está disposto a conceder, dos valores que reconhecem, dos fatos sobre os quais expressam seu acordo” (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.125).

Nessas duas vertentes de análise ou aplicação de gênero numa abordagem retórica, percebe-se que as duas concepções retóricas possuem sua relevância, justamente por estabelecerem ou possibilitarem uma análise mais completa dos dados, sendo uma baseada na estrutura e outra na discursividade dos argumentos.

São muitos os benefícios provindos dos estudos em Linguística Textual, desde o surgimento dessa linha de pesquisa em linguística, em consonância com a concepção de texto, de gênero e das partes que o compõem, reconhecendo a sua relevância para entender, por exemplo, as várias definições de texto e como o texto foi visto por diversos autores em várias fases.

Além disso, há de se verificar a validade desses estudos ao dissertar acerca dos gêneros textuais/discursivos que desde os primeiros estudos, no período clássico, já se mostravam produtivos para a compreensão da linguagem, pois estudar essas categorias associadas à sua utilização, no cotidiano, é sempre muito relevante.

Para Silveira (2005), existe no gênero uma aplicação sociorretórica, e isso pode ser justificado por haver um propósito comunicativo específico para cada gênero que, por sua vez, estabelece uma situação de reconhecimento do gênero, procurando dar conta das necessidades específicas nas atividades sociais e culturais.

Nessa concepção, o gênero é entendido como sendo uma entidade discursiva socialmente convencionalizada, porque os usos sociais da língua diversificam-se conforme a diversidade de ações que se realizam nas interações discursivas nas sociedades organizadas, quando, a maioria das situações de uso interacional da língua são convencionalizadas e reiteradas na dinâmica das atividades sociais (SILVEIRA, 2005, p.35).

2.1 Os gêneros do discurso retórico

Os gêneros do discurso retórico foram definidos por Aristóteles como sendo os três grandes gêneros que permitiam o desenvolvimento do discurso retórico. Eram conhecidos como: o epidíctico, o judiciário e o deliberativo, cada qual com suas especificidades que se destinavam aos mais variados propósitos discursivos, cuja base permitia a transmissão de qualquer oratória que visasse a persuadir ou mesmo convencer qualquer auditório e em qualquer situação, posto que a função dos três gêneros se enquadrava ao que se pretendia enunciar.

Acerca do gênero epidíctico, sabe-se que tinha o compromisso de tornar os discursos mais atraentes e agradáveis aos ouvintes para receberem com mais aceitação as demonstrações, as alegações de tempo, de aconselhamento, de exemplificação, dentre outras ações. Esse caráter mais geral possibilitava que o epidíctico fosse destinado a qualquer auditório e, em relação à utilização dos tempos verbais, verifica-se que o tempo privilegiava o presente, pois a discussão buscava persuadir o auditório no momento presente, no agora, ainda que evocasse assuntos passados, ou mesmo relacionados ao que se desejava para o futuro.

Esse caráter mais geral emprega ao discurso epidíctico um revestimento de superioridade discursiva, por se tratar de enunciados que elogiam, a fim de cativar com maior aceitação o auditório que é seduzido pela grandeza e beleza dos discursos.

O segundo gênero, o judiciário, em que é possível argumentar ao ponto de julgar as defesas e acusações, era utilizado nos tribunais. É o gênero judiciário que torna possível julgar as causas em verdadeiras ou falsas, em justas ou injustas, com base em evidências que tornem a argumentação mais forte. O tempo verbal utilizado no judiciário era sempre voltado para os acontecimentos passados, na busca de reunir provas em favor do que esteja sendo julgado.

O terceiro gênero é o deliberativo, destinando-se às assembleias, razão por que se pretende mover o outro a fazer algo, a partir de uma argumentação que possibilite ao orador agir em função do que é útil ou mesmo prejudicial; logo, o deliberativo se referia ao tempo verbal futuro, razão essa por despertar no ouvinte a razão de agir e a aderir às causas futuras (ARISTÓTELES, 2005, p.104).

Existe, portanto, uma expressão diferente que é adequada a cada gênero, sendo correto afirmar que, em toda comunicação, faz-se uso da linguagem que, por sua vez, precisa ser transportada para o ouvinte ou auditório por meio de um gênero, seja da oralidade ou da escrita, sendo que, para que o propósito seja bem sucedido, faz-se necessário que aquele que enuncia tenha em mente o auditório a que se destina a mensagem e também a finalidade e o propósito.

É nessa perspectiva em que se encontra a noção de gênero, criada por Aristóteles, razão pela qual todo gênero corresponde a um propósito comunicativo bem definido, adequando-se ao estilo tipológico, ao assunto e, sobretudo, ao que se pretende fazer com que o auditório aceite. Os gêneros do discurso tinham sua funcionalidade garantida à época, pois satisfaziam às necessidades dos falantes e escritores.

Das primeiras definições de gêneros retóricos surgiram inúmeras definições, abordando aspectos funcionais, descritivos e comunicativos, cada qual com suas especificidades para a transmissão de uma mensagem entre os interlocutores. Desde a antiguidade, os gêneros são representações linguísticas na sociedade por possuírem funções sociais e ideológicas que, muitas vezes, atuam com suas marcas de poder, a partir dos propósitos a que se destinam.

Aristóteles demarcou muito bem os gêneros retóricos utilizados em seu tempo, isso se justifica ao dizer que alguns discursos eram destinados às comunicações em público; outras, para as assembleias; e outras, para as manifestações teatrais, dentre outras. Ao traçar esses usos dos gêneros, Aristóteles (2005) pode mostrar que, para cada situação de comunicação, havia um gênero que lhe servia de suporte para a transmissão de uma mensagem.

Os gêneros possuem aspectos de análise retórica de duas naturezas. A primeira se ancora nos estudos argumentativos da linguagem empregada na construção dos enunciados, quando o orador utiliza as palavras, com o intuito de persuadir ou convencer o auditório a partir das estratégias de escolhas dos argumentos.

O segundo tipo de análise retórica dos gêneros é baseada na estrutura singular, na construção do próprio gênero discursivo que delimita o seu campo de atuação pelas escolhas

feitas, no momento da enunciação, da produção do discurso. Tem sua referência na necessidade de utilização de um gênero específico, cuja estrutura é adequada à situação comunicativa, razão por que para cada situação existe um gênero que comporta a mensagem a ser transmitida.

Há de se notar que existe um aspecto de semelhança entre as duas maneiras de analisar os gêneros: são os fatores sociais de uso, pela escolha dos argumentos e pela estrutura do gênero, com o objetivo de estabelecer a comunicação interpessoal, buscando a melhor maneira de transmitir uma mensagem.

A compreensão de gêneros retóricos é baseada na prática de sua utilização e de suas funções junto ao discurso numa abordagem de uso social da comunicação. Assim, diz-se que o gênero pode: “a) referir-se a uma categoria convencional de discurso; b) ser interpretável por meio de regras; c) ser distinto de forma em um nível particular; d) servir como substância da forma em nível mais alto; e) ser um meio retórico para a mediação das intenções” (MILLER, 2012, p.39).

Com base nessas caracterizações, percebe-se que a primeira, situada na ação retórica de produção do gênero que, como ação, permite que seja impresso o sentido da situação contextual de base mais abrangente, por se tratar da situação comunicativa social.

A segunda caracterização se refere à ação significativa. Essa caracterização se associa diretamente à primeira, pois é relativa ao gênero que, por sua vez, somente é passivo de interpretação por meio das regras que regem o seu funcionamento e sua aplicação, em contexto social de uso, e que, por essa razão, a ação é significativa para a produção de sentido.

Na terceira caracterização, é sabido que todo gênero é distinto de uma forma particular, por se revestir de uma estrutura formal, que lhe permite ser aplicado a um contexto de uso adequado, a depender da situação em que lhe é empregado. Assim, o gênero assume formas e níveis de importância para que possa servir de base na situação discursiva, comportando a mensagem.

A quarta característica é a que se refere ao gênero como uma substância (uma forma) de nível mais alto, o que quer dizer que serve de padrão comum aos usos da linguagem, nos meios socioculturais, isto é, para todas as culturas.

A quinta e última caracterização diz que o gênero é um meio retórico, por se tratar de uma intenção persuasiva que satisfaz às necessidades dos interactantes, no momento da discussão. Esse caráter contempla tanto o princípio estrutural do gênero, como forma, quanto o princípio discursivo-argumentativo.

2.2 O gênero artigo científico

No que concerne à origem do gênero artigo científico, Souza, Vidotti, Foresti (2014), afirmam que se deu a partir das correspondências não diplomáticas trocadas entre as várias cortes europeias, principalmente aquelas entre a França e a Inglaterra. Esse sistema foi adotado como um mecanismo de comunicação muito utilizado para transmitir informações, em cujo conteúdo intelectual das cartas foram sendo incluídos, gradualmente comentários, revisões e juízos sobre determinados assunto e interesse particular. Essas cartas eram responsáveis por assegurar a circulação das ideias.

Com base nessas informações, percebe-se que o gênero artigo científico, à época, não primava pelo caráter de divulgação científica que lhe é inserido atualmente, razão que fazia desse gênero semelhante à carta. Assim, a carta, durante muito tempo, constituiu o meio pelo qual as pessoas puderam se comunicar a distância, pois não se tinha outra forma de comunicação oficial e que fosse utilizada em caráter mais cotidiano.

Numa abordagem que possa justificar o propósito a que se destina o gênero artigo científico, concorda-se com Mueller (1994) e com Medeiros (2000), ao afirmarem que esse gênero serve para a divulgação e preservação do conhecimento que é gerado por meio das pesquisas acadêmicas, contendo o objetivo da comunicação e a autoria dos pesquisadores, junto à comunidade científica na qual o pesquisador estiver inserido.

No que diz respeito ao conteúdo divulgado no artigo científico, isso é variável, posto que se deve considerar o fato de existirem inúmeras linhas. Desse modo, Medeiros (2000) vai dizer que é preciso levar em consideração o tipo de linguagem de que se serve o articulista para expor os seus resultados, sendo possível encontrar conteúdos de natureza analítica, classificatória ou argumentativa.

A identidade do articulista refletida é uma prioridade para assegurar a responsabilidade autoral, isso aponta para a relação de apropriação do conhecimento divulgado no artigo de divulgação científica, a fim de dificultar o plágio, uma vez que os artigos circulam, de maneira imediata nos meios de divulgação. A esse respeito, Ziman (1979, p.08) afirma: “a insistência na questão da prioridade é necessária para impedir fraudes e plágios; é a assinatura nos títulos de propriedade das realizações”.

No que diz respeito à estrutura do artigo científico, diz-se que pode apresentar variações que são determinadas e delimitadas tanto pela linha de pesquisa, quanto pela revista na qual o artigo será veiculado, porém, o conteúdo disposto no artigo segue padrão estrutural

que aponta para a presença de alguns elementos básicos, tais como: título, autor, resumo, palavras-chave, introdução, desenvolvimento da teoria com base na metodologia adotada para a análise dos dados, conclusão e referências bibliográficas.

Ao estudar os meios pelos quais a comunicação científica veicula no meio social, Meadows (1999) afirma que o desenvolvimento do conhecimento científico e da comunicação se deu de maneira organizada pelas comunidades científicas, as quais estabeleceram normas e princípios para melhor organizar a comunicação entre os membros.

Segundo Price (1976), o surgimento dos primeiros periódicos científicos se deu a partir do ano de 1660 com a criação das sociedades científicas da época, na Europa. O avanço científico impulsionou a necessidade de divulgação de pesquisas em várias áreas dos conhecimentos. Isso fez com que os cientistas começassem a escrever artigos científicos ao invés de escrever livros específicos. Segundo esse teórico, a transformação do artigo científico na forma que ele possui atualmente se deu no século XIX, no ano de 1863, embora fossem encontrados artigos publicados em periódicos acadêmicos no ano de 1900.

É perceptível que o estudo dos gêneros textuais é de extrema relevância, pois assim como a retórica passou por fases distintas, os gêneros passaram por processos de evolução, priorizando o gênero como meios de transportar as diferentes mensagens comunicativas diárias em ambiente familiar, profissional, acadêmico, dentre outros.

Os gêneros textuais são revestidos de aspectos sociais e ideológicos que se moldam, para se adequar às necessidades linguísticas de cada grupo da sociedade, desde os mais letrados aos menos. Com o passar dos anos, os gêneros se modificam, alguns caem em desuso e outros, por meio do seu caráter de plasticidade, conseguem se moldar e, conseqüentemente, evoluir.

Segundo Bawarshi e Reiff (2013, p.16), as diversas maneiras de entendimento da natureza dos gêneros têm sido definidas e usadas de tal maneira que refletem a sua etimologia, pois, em diversos momentos e em diversas áreas de estudos, o termo gênero foi definido e muito utilizado como uma ferramenta de classificação, sendo um modo de organizar os diversos tipos de textos.

Essa abordagem põe em evidência que os gêneros assumem as formas e os conhecimentos culturais de todos os falantes no momento da comunicação e na interação, moldando e mediando a linguagem, a partir de estruturas comunicativas presentes na sociedade. Assim, os gêneros, muitas vezes, determinam as formas de ação na organização da comunidade.

Os gêneros discursivos de cunho científico são pertencentes a uma modalidade discursiva que está diretamente associada a paradigmas formais, cuja base se direciona para um público bem específico, pois nem todo auditório ou todo público leitor tem despertado interesse por essa modalidade de gênero discursivo.

Os conhecimentos acadêmicos ou científicos são reproduzidos ou retextualizados, a partir de um modelo bem estabelecido nos estudos da linguagem, razão por que os gêneros científicos, a exemplo do artigo científico, da resenha científica, do resumo, dentre outros, circulam nos meios de divulgação acadêmica, e sua divulgação ocorre com o propósito de transmitir informações das mais diversas áreas do conhecimento.

Essas informações possibilitam que as pesquisas desenvolvidas nas universidades sejam conhecidas pelos leitores e ouvintes interessados, em todos os lugares e de inúmeras maneiras. Isso se dá pela plasticidade contida nos gêneros discursivos que, por sua vez, se moldam às necessidades de divulgação e também evoluem, a fim de servir aos propósitos a que se destinam.

Por os gêneros discursivos serem de natureza bem específica, eles se enquadram nos gêneros destinados aos auditórios particulares, pois ainda que sejam de natureza acadêmica, pertencem a áreas específicas do saber. A essa concepção de tipos de auditório, de discursos destinados aos diversos auditórios, têm-se os chamados gêneros epidíctico, judiciário e deliberativo, cada qual com suas especificidades para atender ao propósito comunicativo.

Assim, ao tratar dos gêneros acadêmicos, deve-se levar em consideração o fato de estarem lidando com um auditório particular, pertencente a um meio cultural, social e ideológico específico e que os gêneros acadêmicos estão limitados a essa comunidade acadêmica para realizar suas divulgações.

No meio acadêmico, os gêneros textuais/discursivos são muito utilizados, justamente por possuírem características de uso bem específicas, assim como é o caso do artigo científico, de natureza acadêmica, por seu caráter argumentativo conferir uma maior amplitude discursiva em meio às suas funções social e retórica. É por meio dessas funções que os conhecimentos acadêmicos são divulgados com mais abrangência, junto à comunidade discursiva que faz uso dessa modalidade de gênero. Sob essa ótica, o gênero artigo científico:

Possui características que excedem as suas limitações expositivas, razão por que permite que seu conteúdo tenha propósitos variáveis, tais como dissertativo ou expositivo que forma um corpo distinto na publicação, trazendo a interpretação do autor sobre um fato noticiado ou tema variado: político, cultural, científico etc. (COSTA, 2009, p.36).

As diversas possibilidades de divulgação de informações no artigo científico somente são possíveis por haver nesse gênero uma estrutura composicional que não é canônica em sua totalidade, muito embora existam particularidades estruturais que são comuns em todo artigo, tais como: apresentação do conteúdo, por meio da introdução; desenvolvimento da tese, a partir de argumentação ou exposição de dados; refutação; apresentação de resultados; métodos utilizados na pesquisa; e, por fim, a conclusão da discussão.

Logo, a escolha do gênero ocorre de acordo com a necessidade de comunicação dessa comunidade ou grupo específico, que, em um dado momento, precisa fazer uso de um gênero para expor certos propósitos comunicacionais.

Semelhantemente, os gêneros de caráter científico se utilizam dessa função sociorretórica para fins específicos, a exemplo do artigo científico que pertence a uma comunidade de pesquisadores e, mais ainda, possui particularidades em sua estrutura composicional, o que garante a ampla divulgação de certos resultados de pesquisas.

Acerca do propósito comunicativo e da função retórica existente nos gêneros científicos, Swales (1990, p.58) define:

O propósito comunicativo é o critério que é privilegiado e que faz com que o escopo do gênero se mantenha focado estreitamente numa determinada ação retórica, compatível com o gênero. Além do propósito, os exemplares do gênero demonstram padrões semelhantes, mas com variações em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público alvo.

Com base no exposto, a escolha de um gênero textual não é aleatória, mas sim consciente, pois na medida em que o propósito comunicativo é identificado, busca-se expor um determinado conteúdo, em um suporte, um gênero específico que comporte a informação, em um espaço adequado às necessidades estruturais e sociais.

A noção de ação retórica é atribuída a essa estrutura particular, sobretudo por reconhecer que o estudo e a análise de gêneros possibilitam entender o funcionamento dos discursos sobre os quais se justificam as intenções comunicativas e os conhecimentos adquiridos nos instantes de interação intermediados a partir dos gêneros.

2.3 A citação no gênero artigo científico

Há ainda a discorrer sobre a constituição estrutural e funcional da citação enquanto recurso textual e retórico no texto acadêmico. Assim, o primeiro ponto a ser discutido diz respeito à estrutura das citações. Para isso, vale salientar que a forma das citações é variável, porque essas citações se constituem numa relação de propósito de utilização em um texto.

No meio acadêmico, os textos assumem significados que são positivos e favorecem para que exista uma boa negociação das ideias dispostas nos textos, mostrando como o conhecimento científico se constrói a partir de fatores estruturais e também retóricos ao justificar o uso da citação.

Para a utilização de uma citação, verifica-se que há normas que regem esse procedimento, podendo ser em forma de citação direta ou indireta. Com isso, o primeiro tipo referencia o fragmento que é transcrito, de maneira original, isto é, tal qual foi escrito ou falado por alguém. No segundo tipo, a citação apresenta uma aproximação muito próxima do que foi dito por alguém; nesse caso, o fragmento transcrito preserva a autoria da autoridade citada. Chama-se a atenção para o fato de em ambos os casos ser preciso indicar a autoria.

Segundo Costa (2009, p.43), a citação é um repertório elaborado de um grupo de textos, segundo critérios sistemáticos diversos (cronológico, autoral, temático, geográfico, histórico etc.), visando a facilitar o acesso a eles. Assim, a citação é uma estrutura que obedece a um paradigma, refletindo a sua natureza identitária onde o tempo de sua produção, a autoria, a coerência, dentre outras categorias, exercem importante influência para o processo de persuasão.

Assim, numa abordagem estrutural e retórica da citação, nota-se que há um cuidado na seleção do fragmento citado, pois reflete o propósito do escritor em selecionar um texto ideal, que satisfaça à necessidade de comprovação do que se diz. Com isso, o caráter retórico se faz presente, porque o fragmento deixa de ser uma mera demonstração e passa a ser uma prova argumentativa.

Ao propor uma discussão acerca da utilização de uma citação, Hoffnagel (2009) afirma: “hoje sabemos que há grandes diferenças de forma e função no uso da citação em áreas de conhecimento distintas. Essas diferenças referem-se também a como, quando e porque um escritor cita, isto é, referem-se à ação retórica que a citação realiza”.

Essa descrição reflete o aspecto funcional da citação que se reveste de um formato retórico de duas naturezas. A primeira referencia a aplicação social, razão por que é utilizada por grupo social que precisa reforçar seus argumentos a partir do prestígio de um especialista. A segunda natureza é argumentativa, pois é o exemplo inserido a fim de fortalecer o que se diz acerca de determinado conteúdo, ou seja, quando o exemplo reforça a regra.

Assim, a citação referencia uma biografia consultada que favorece a elaboração de textos diversos, sobretudo, aqueles que referenciam as pesquisas acadêmicas, tais como tese e artigo, onde são encontradas citações (COSTA, 2009, p.176).

Com isso, entende-se que a citação é uma prática de ação escritura que configura uma intertextualidade, razão que se justifica por constituir um texto que é inserido em outro texto, possibilitando uma ampliação do sentido, cuja finalidade é garantir que o leitor tenha uma boa aceitação do que está sendo defendido. Nesse sentido, a citação é uma intertextualidade, um importante recurso do exterior do texto que passa a ser inserido na estrutura do gênero.

Partindo do princípio que a citação configura uma ação na produção textual de discurso que reproduz uma opinião, conforme Marcuschi (2007, p.146), ao se reproduzirem as opiniões de alguém, procede-se a uma nova seleção de termos e a outra construção sintática.

Desse modo, ao citar as opiniões de outros, em gêneros acadêmicos, o articulista realiza uma ação retórica por meio de uma exemplificação que persuade justamente por conter autoridade formal que indica a posição ideológica que se faz presente, tanto na teoria adotada pelo articulista, quanto pela experiência teórica e acadêmica da autoridade citada.

No meio acadêmico, os escritores precisam recorrer à experiência de alguém para justificar o que se pretende defender. Para isso, faz-se necessário adotar uma metodologia que justifique o formato da citação que será inserida. Esse formato pode ser integral e não integral. O primeiro possibilita uma visão ampla do autor citado no texto. O segundo tipo de citação corresponde a uma identificação simplificada da pessoa citada. Há de se reconhecer que ambas as formas apontam para um mesmo objetivo, o de persuadir, justificado pela evocação do prestígio de alguém no momento de sua referência no texto.

A esse respeito, Swales (1990) diz que, na citação, que se apresenta de maneira integral, o nome do autor citado corresponde a um elemento da sentença. Por outro lado, na citação do tipo não integral, o autor correspondente faz parte da citação, mas está localizada, nos textos, entre parênteses, no sistema autor-data, ou em notas de rodapé, no sistema de numeração.

Percebe-se com isso, que a citação é um recurso textual que obedece a um método escolhido pelo retor (articulista/escritor), para realizar uma ação discursiva que se situa nos estudos relacionados à retórica, pois, é a partir da utilização de uma citação direta ou indireta, que se busca a persuasão de um dado auditório, na tentativa de atribuir uma verdade aceita por meio do prestígio de uma personalidade autoral que transmita confiança junto a uma comunidade discursiva.

A citação, enquanto categoria da textualidade, é reconhecida como sendo um elemento intertextual encontrada de maneira cotidiana em textos comuns, tais como reportagens, artigos acadêmicos ou de opinião, editoriais dentre outros. Segundo Bazerman (2006, p.92-3), existem níveis de intertextualidade que possuem valores, tais como: valor nominal, quando o texto apresenta declarações de outras fontes consideradas autorizadas para a produção de outros textos ou complementar a sequência de outros. Valores de dramas sociais explícitos, ao citar pontos de vista opostos de políticos, de sindicatos, de grupos comunitários e outros. Valores como pano de fundo, apoio ou contraposição sempre que citam enciclopédias, lançam mão de reportagens jornalísticas para confirmar evento ou recorrer a citações de uma obra literária para fundamentar uma análise.

Nesse sentido, cada fragmento de texto citado evoca esferas sociais linguísticas que têm seu uso particular, garantido para estabelecer a semelhança com um determinado tipo de texto. É valor somente através do uso da linguagem e de formas linguísticas onde o texto recorre a recursos linguísticos disponíveis sem chamar a atenção de modo particular da linguagem que está disposta, pois cada texto depende do momento histórico e cultural ao qual está ligado.

Conforme Bazerman (2006, p.94), a citação é uma técnica de representação intertextual e, como tal, apresenta uma tipificação que lhe atribui uma significação para o seu uso em contexto. Assim, em sua caracterização estrutural, a citação pode se apresentar de forma direta e indireta. O primeiro tipo possui marcações próprias, as quais apontam para a identificação precisa do fragmento citado e que, por sua vez, pode vir a ser acompanhado por aspas, pelo adentramento de parágrafo, por caracteres em itálico ou por outro recurso tipográfico destacado das demais palavras do texto.

O segundo tipo, geralmente especifica, de maneira contextualizada, o pensamento do autor citado, procurando, a partir daí, reproduzir o sentido original, a sua interpretação ou a sua perspectiva diante do texto inicial. Desse modo, a citação indireta revela o sentido a partir das palavras e atitudes do articulista, permitindo que a citação tenha seus significados integrados aos propósitos daquele que se utilizada desse recurso.

Para Bazerman (2006, p.95), a citação pode fazer menção a uma pessoa, a um documento ou uma declaração de autores, a depender da familiaridade que se estabelece entre o leitor e a fonte original e com o que a pessoa citada diz. Essa abordagem aponta para a possibilidade de o leitor interagir com a teoria abordada, deixando claro o seu posicionamento diante do assunto abordado, baseando-se em crenças generalizadas.

Por se constituir de citação indireta, o fragmento citado pode ser composto por comentário ou avaliação acerca de uma declaração, de um texto ou de outra voz evocada. Pode ainda estar relacionada ao uso de estilos, de terminologias que podem ser associadas a pessoas ou a grupo de pessoas, ou de documentos específicos.

A partir dessas considerações, verifica-se que o estudo da citação, numa abordagem de intertextualidade, se apresenta em duas formas: A primeira ocorre quando representa, de modo original, o discurso de alguém, e a segunda, quando é expresso de maneira contextualizada, permitindo que sejam inseridas as considerações daquele que utiliza a citação indireta.

2.4 A questão da coesão no gênero artigo científico

A coesão é um recurso textual que é relevante para estabelecer o sentido e a progressão do texto. Na análise da citação, no gênero artigo científico, verifica-se uma marca de coesão muito presente, que é a paráfrase, pois ao interpretar o texto citado, o articulista/retor, geralmente parafraseia o que foi citado, estabelecendo um entendimento entre a citação e a teoria abordada pelo articulista.

Para Antunes (2005, p.47), a coesão possui a função de criar, estabelecer e sinalizar os laços que deixam os vários segmentos do texto ligados, articulados e encadeados. Desse modo, a coesão promove o encadeamento entre as partes constituintes do texto, evitando que as ideias estejam desconexas por ausência de sentido, não somente das palavras que compõem o texto, mas também dos termos que estabelecem a ligação entre os parágrafos. A coesão apresenta três modalidades: de reiteração, de associação e de conexão (ANTUNES, 2005, p.51). A primeira consiste na retomada de elementos que apareceram antes, como ocorre com a repetição e substituição de palavras, evitando o tangencialmente do tema apresentado inicialmente.

No segundo tipo de coesão existe a associação de sentido das palavras que pertencem ao mesmo campo semântico, garantindo que todas as palavras estejam interligadas. Esse tipo de coesão permite que exista uma linearidade no assunto que favorece ao bom entendimento do texto.

O terceiro tipo de coesão também estabelece uma relação semântica e sintática, mas que está diretamente ligada ao sentido que é inserido a partir das conexões existentes entre as partes do texto, isto é, ocorre esse tipo de coesão quando se utilizam os conectivos, como é o caso das conjunções que estabelecem a ligação entre as orações, os períodos e os parágrafos, constituindo um importante recurso textual para estabelecer sentidos adequados às partes do texto.

Ao dissertar acerca dos tipos de coesão, nota-se que a coesão por reiteração (paráfrase) é muito recorrente quando se estuda a relação argumentativa de autoridade da citação, pois, de um modo geral, sempre que se utiliza uma citação na tentativa de criar um argumento de autoridade, faz-se preciso retomar algo que se tenha dito anteriormente ou antecipar algo que será dito, a fim de tornar o argumento válido, ou mesmo para explicar o que foi citado pelo articulista.

A paráfrase acontece sempre que recorremos ao procedimento de voltar ao que já foi dito antes, porém, com outras palavras, como se quiséssemos traduzir o enunciado ou, explica-lo melhor, para deixar o conteúdo mais transparente, sem perder, no entanto, sua originalidade conceitual [...], pois propicia a clarificação de um conceito, de uma informação, de uma ideia por meio de uma nova formulação (ANTUNES, 2005, p.62).

Ao parafrasear um fragmento, o retor/articulista propicia a ligação coerente entre as partes do texto; assim, esse processo de coesão ajuda ao produtor do artigo científico a dar sequência ao texto por meio da reiteração do conteúdo apresentado. Por essa razão, a paráfrase é um recurso explicativo onde aparecem algumas marcas textuais, como: em síntese, em outras palavras, isto é, dentre outras.

Por essa razão, referencia-se a paráfrase como importante elemento de coesão no texto. Para isso, concordamos com Ribeiro (2001, p.95), quando afirma que as paráfrases funcionam como marcas que materializam as atividades argumentativas. Assim, a atividade parafrástica cumpre o papel de retomada do assunto, o que tornam validas as estratégias argumentativas.

A esse respeito, percebe-se que o ato de parafrasear consiste em realizar uma ação, cujo objetivo é manter a coerência do que se diz, mantendo o foco da argumentação no assunto proposto. Com isso, verifica-se que a paráfrase é uma importante estratégia linguística de coesão semântica, pois mantém a unidade de sentido a partir da resignificação e da

preservação do argumento de autoridade, propiciando boa manutenção do sentido, evitando que haja uma quebra na coesão semântica, posto que, muitas vezes, faz-se necessário explicar o enunciado citado.

Ao estudar a citação, em contexto acadêmico, percebe-se a inserção desse recurso por haver a necessidade de estabelecer uma comunicação entre o fragmento citado e o assunto que está sendo discutido. Ao propiciar essa ação, o articulista faz com que a citação esteja sendo utilizada de maneira coerente, possibilitando que a união adequada entre a citação e o enunciado anterior seja considerada uma prova da ocorrência do argumento de autoridade, razão por que o fragmento citado é inserido como uma prova ao utilizar o prestígio de alguém numa área específica.

Com base no que foi exposto, verificou-se que o estudo do gênero artigo científico possui certa relevância por contribuir para o melhor entendimento das caracterizações desse gênero. Quando utilizado pela comunidade acadêmica, o artigo científico possui caracterizações próprias, o que o torna, por natureza, retórico, e que também apresenta algumas particularidades argumentativas, pois o estudo da citação busca elaborar uma discussão acerca do valor argumentativo de autoridade por meio do recurso de citação.

Ao propor esse estudo, verificou-se que existe a presença do elemento de coesão paráfrase, o qual colabora para que a citação esteja associada ao enunciado anterior ao interpretar, explicar ou reforçar o que foi dito.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Faz-se, nesta parte, uma exposição dos aspectos metodológicos e da relevância da metodologia de pesquisa, conceituando e localizando no ambiente acadêmico as categorias: *corpus*, metodologia, tipo de pesquisa, dentre outras. Em seguida, descreve-se o processo de pesquisa adotado para o estudo da citação no gênero escolhido.

Considerar-se que, no meio acadêmico, as pesquisas científicas possuem grande relevância, razão por que há uma busca constante por informações que contribuam para a resolução de problemas existentes no meio social. Essas pesquisas obedecem a uma sistematicidade que aponta para regras específicas, as quais propiciam o bom andamento do fenômeno estudado.

Somando-se a isso, entende-se que as pesquisas possuem níveis acadêmicos variáveis, desde a graduação, com a iniciação científica, até as pesquisas em nível de pós-graduação, possibilitando um amadurecimento à medida que esses estudos se desenvolvem.

As regras que embasam as pesquisas acadêmicas permitem que todas elas possuam uma metodologia adequada a cada situação ou fenômeno investigativo de trabalho, do qual devem seguir certas regras com a finalidade de melhor obter os dados.

Essas regras são regidas pelo método de pesquisa adotado para a realização do processo investigativo, possibilitando um diálogo entre a teoria, a análise e os procedimentos metodológicos durante o desenvolvimento da pesquisa. Acerca do método, Cervo & Bervian (2004) dizem ser o conjunto de processos orientados por uma habilidade crítica e criadora voltada para a descoberta da verdade e para a construção da ciência na qual a pesquisa constitui seu principal instrumento ou meio de acesso.

Em todo caso, o método adotado para a realização das pesquisas de cunho acadêmico tem sua funcionalidade ao permitir uma transformação dos dados em informações relevantes, sejam elas provenientes de estudos qualitativos ou mesmo quantitativos, sejam simultaneamente inseridos na perseguição dos resultados esperados.

O estudo da citação, no gênero artigo acadêmico, identificou que os conhecimentos de base científica possuem características específicas, tornando válidos os resultados obtidos durante o processo, porque a partir desse estudo, verificou-se que são os critérios de análise e investigação que fazem com que o trabalho tenha um caráter comprovatório e identificável no meio acadêmico. Para isso, é preciso que sejam seguidas

algumas regras básicas para constituição do conhecimento científico. Assim, esse conhecimento científico é tido como:

Aquele que exige rigor nas definições e nos métodos para atingi-lo. A ciência vai muito além do senso comum organizado: embora no fundo provenha deste senso comum, a ciência procura colocar-se contra sua superficialidade, sempre buscando a precisão conceitual e metodológica (MOREIRA, 2002, p.10).

Partindo desse caráter científico, o estudo da citação buscou a clareza dos conceitos, referenciando a escolha do aparato teórico e metodológico, para que o texto obtenha uma credibilidade, justificada pela força da autoridade presente nos teóricos evocados nas discussões.

Referencia-se também pesquisa científica por meio de uma linguagem própria e que tem como objetivo a melhor divulgação dos seus resultados junto ao meio acadêmico e social, os quais perpassam os diversos meios de comunicação a partir do gênero adotado para análise. Esse estudo identificou que a linguagem científica é extremamente precisa e deve transmitir uma maior credibilidade ao público, multiplicando o conhecimento acadêmico e servindo de base para solucionar muitos dos problemas encontrados na sociedade.

Ao dissertar acerca do caráter social, presente no meio acadêmico, é relevante mostrar que existe um aspecto da linguagem que se funda nos estudos retóricos e referencia a tríade aristotélica, elevando a análise social da retórica para a tradicional esfera da arte de persuadir. Esse aspecto é enfatizado por Bauer (2002, p.28), ao afirmar: “Consideramos a pesquisa social científica como uma forma de retórica com meios e formas específicas de engajamento, englobando o *logos* o *pathos* e o *ethos*”.

Nesse sentido, o *corpus* deste trabalho é constituído pelo gênero artigo científico que é um texto que exige planejamento, coleta e seleção de material e recorte de dados que serão analisados e relatados (COSTA, 2009, p.34).

3.1 A metodologia associada aos estudos persuasivos

A metodologia utilizada para persuadir o auditório deve estar aprofundada nas expressões, nos modos de pensar e nos conhecimentos dos receptores por ser um diálogo argumentativo. No que diz respeito ao auditório, faz-se necessário que o articulista (retor) reconheça, em seu público, a ideologia dominante (se existir), o sistema de crenças e os valores morais, religiosos e políticos.

Em suma, toda informação transmitida pelo articulista ao seu auditório deve levar em consideração inúmeros fatores que possibilitem uma melhor interação entre as estratégias argumentativas do articulista e do auditório, tais como: o reconhecimento prévio do possível auditório, a imagem positiva do articulista, as crenças do auditório, dentre outros fatores.

Nessa concepção de tríade persuasiva, encontra-se uma justificativa para estudar a argumentação na linguagem, principalmente por referenciar em um evento comunicativo, uma linguagem situada (*logos*), um sentimento que ascende às paixões do auditório, a partir dos torneios discursivos (*pathos*), que, por meio das estratégias utilizadas pelo retor (*ethos*), torna possível estabelecer uma aproximação entre auditório leitor e articulista, diminuindo a distância entre eles por meio das negociações estabelecidas entre as partes.

Este trabalho reconhece que, no processo de escrita de um artigo científico, assim como em todo e qualquer gênero textual/discursivo, o escritor se projeta para um auditório, a fim de que suas informações surtam um efeito positivo e certamente estabeleçam uma boa aceitação por parte dos resultados divulgados nas pesquisas acadêmicas.

Essa linguagem deve ser direcionada ao auditório como sendo a ideal, pois, se assim não for, não surtirá o efeito pretendido, o que se justifica por haver, em meio ao universo acadêmico, muitas áreas de atuação e de pesquisa que, pela diversidade, muitas vezes, não estão associadas. Eis a importância de se conhecer o auditório ideal para o retor que transmitirá a mensagem.

Para que haja essa interação entre o retor e auditório, existe também uma relação de interesse por parte daquele que informa e daquele que faz uso dessas informações, tendo por base o objetivo e o propósito discursivo, cuja estratégia persuasiva pretende, inúmeras vezes, em qualquer produção textual, múltiplas maneiras de uma informação ser veiculada nos diversos meios de comunicação, a partir dos gêneros em determinada tipologia.

3.2 Descrição metodológica da pesquisa

Sabe-se que as pesquisas científicas devem estar inseridas numa metodologia que suporte os acordos metodológicos estabelecidos durante a realização do seu processo, com isso, diz-se que a construção metodológica adotada aqui, é de linha qualitativa e quantitativa por possuir características desses dois métodos.

A pesquisa qualitativa permitir que o trabalho seja realizado em processo, quando o pesquisador é de essencial importância para a pesquisa, sobretudo ao identificar a melhor estratégia de investigação do objeto.

Segundo Moreira (2002, p.16) os dados qualitativos são aqueles que têm como objetivo primordial entender ou mesmo interpretar, com maior abrangência, os fenômenos analisados como os gêneros discursivos de várias tipologias, dentre outros fenômenos. Dessa forma, verifica-se que os dados qualitativos são amplos e incluem os dados provenientes tanto da linguagem oral, quanto da escrita e, até mesmo, de imagens, vídeos, dentre outros exemplos.

Acerca da metodologia quantitativa abordada nesse estudo, verifica-se que pode formular hipóteses e situações sobre os diversos fenômenos estudados, mas como o próprio termo determina, faz-se necessário recorrer aos dados quantitativos, em sentidos numéricos, referenciais que possibilitam a verificação das informações estatísticas inseridas na amostragem por meio de tabelas e gráficos obtidos no decorrer do estudo.

De uma maneira geral, a pesquisa quantitativa, pode assim ser descrita:

Os estudos do campo quantitativo guiam-se pelo modelo de pesquisa conhecido como hipotético dedutivo. Este modelo diz que o pesquisador parte de quadros conceituais de referência tão bem estruturados quanto possíveis (MOREIRA, 2002, p. 16).

Desse modo, a pesquisa quantitativa se traduz por tudo aquilo que pode ser quantitativamente comprovado, possibilitando que os resultados sejam minuciosamente analisados, configurando dados precisos e com a mínima possibilidade de erros estatísticos, pois busca a exatidão dos resultados obtidos durante as análises.

A soma das características qualitativas e quantitativas possibilita uma melhor descrição do processo investigativo da citação no artigo acadêmico nas várias fases de processamento dos dados que subsidiam os conceitos relativos à presença do argumento de autoridade ou da presença do não argumento (artefato), vislumbrando uma maior clareza na análise realizada.

Verifica-se, portanto, que a metodologia utilizada contempla as especificidades adequadas ao estudo da citação, numa abordagem comunicativa e de estrutura retórica.

Essa abordagem metodológica reflete o caráter funcional da pesquisa e aponta para o objetivo deste trabalho na análise das citações, em contexto de uso, no gênero artigo científico, porque analisa, de maneira detalhada, a constituição do argumento de autoridade e indica a importância do olhar investigativo por meio dos resultados.

Sabendo que todas as pesquisas científicas são possíveis de análise, a investigação e interpretação dos dados obtidos apontam para a identificação de questões, que aparecem juntamente com a decisão sobre quais partes do texto devem ser selecionadas para a análise, detalhando a amostragem do material (FLICK, 2004, p.76).

Para que isso fosse possível, fez-se preciso ler, de maneira minuciosa, a teoria adotada quanto aos dados coletados durante a pesquisa. Assim, a leitura, como um todo, foi imprescindível, pois, a partir dela, foi que se teve uma melhor interpretação dos dados de pesquisa.

3.3 O universo da pesquisa

Para a constituição do universo da pesquisa, escolheu-se uma disciplina em nível de pós-graduação que tem como conclusão de curso a exigência de uma produção textual/acadêmica como forma de avaliação, juntamente com outras que integram o quadro das disciplinas para o cumprimento dos créditos nos cursos de mestrado e doutorado.

Optou-se por identificar nesse universo acadêmico quais gêneros textuais/discursivos eram produzidos com mais recorrência pelos alunos, chegando à conclusão de que era o gênero artigo científico, por ter caracterizações adequadas à avaliação dos alunos por parte da teoria ministrada pelos professores.

A produção dos artigos reflete o rendimento de cada aluno, possibilitando aos professores atribuir uma nota adequada e justa, verificando o grau de aprendizagem na disciplina ministrada. Todas as disciplinas tiveram uma padronização, com uma carga horária de 60 horas.

A pontuação dependeria de alguns critérios avaliativos, tais como: o grau de aprendizagem da teoria abordada, em uma linha de pesquisa específica; a qualidade da produção escrita, que refletiria a maturidade leitora de cada aluno, enquanto produtores de textos de natureza discursiva, levando em consideração a tipologia adequada ao gênero solicitado; a quantidade de páginas; o respeito às normas da ABNT; o cumprimento ao prazo de entrega dos trabalhos, dentre outros critérios.

3.4 O *corpus* da pesquisa e a coleta dos artigos

As citações, que compõem o *corpus* deste trabalho, realizaram-se num evento escrito, que se configura como uma prática social bem definida no universo acadêmico. Além disso, as citações foram investigadas à luz dos estudos retórico-textuais, o que permite identificá-las e analisá-las, buscando o enfoque que caracteriza o conceito de argumento de autoridade, contido nos fragmentos.

No trabalho em foco, a coleta do *corpus* se deu de forma intencional, de acordo com o ponto de vista do pesquisador e por questões práticas, como a disponibilidade dos informantes que, de maneira espontânea, doaram os artigos, conscientes de que estes artigos seriam objeto de estudo.

Desse modo, concorda-se com (BAUER e AARTS, 2002, p.45), ao afirmarem: “é uma coleção de dados da linguagem que serve para vários tipos de pesquisa”. Assim, o tipo de *corpus* adotado, aqui, está bem situado no meio acadêmico.

O *corpus* de pesquisa é constituído, então, por artigos científicos que se inserem nas diversas áreas de atuação em Linguística, sendo produzidos por alunos regulares, do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, matriculados nos cursos de mestrado e doutorado em Linguística, com entrada no primeiro semestre de 2013.

O procedimento de coleta dos artigos científicos para a formação do *corpus* se deu durante 1 (um) mês, entre (01/02/2014 a 01/03/2014), quando foram solicitados aos alunos do Programa de Pós-Graduação em Linguística, nos cursos de mestrado e doutorado, os artigos produzidos durante os dois primeiros semestres de 2013, ano de entrada no programa, período entre os meses de março até dezembro de 2013.

O *corpus* analisado é constituído por 22 (vinte e dois) artigos científicos. Desse total, 12 foram doados por alunos do curso de mestrado em Linguística, os quais estão subdivididos pelas seguintes áreas de atuação: Linguística Textual; Linguística Aplicada; Análise do Discurso; e Fonética e Fonologia.

Os outros 10 (dez) artigos foram doados por alunos do curso de doutorado, inseridos nas seguintes áreas de atuação: Linguística Textual; Prosódia; Análise do Discurso; e, finalmente, Fonética e Fonologia.

A catalogação dos artigos doados identificou o número total de vinte e dois (22) artigos científicos. Desse total, foram selecionados, em caráter aleatório, 40% do total, somando a quantidade de 8 (quatro), para que fossem analisadas as citações inseridas nesses

artigos. É importante ressaltar que, ao catalogar os artigos, não foram especificados os nomes dos articulistas, a fim de se obter o máximo de precisão e imparcialidade nos dados.

Enfatiza-se que, a metodologia é qualitativa por trazer, dentre outras características, a descrição, interpretação dos dados e a aproximação entre o pesquisador e o fenômeno estudado. Porém, recorreu-se a procedimentos quantitativos, como dados estatísticos, cuja contribuição não foi desprezada.

3.5 A relevância dos aspectos de autoridade

Entende-se que os aspectos retóricos possuem relevância, pois evoca-se a experiência de uma autoridade, em um determinado assunto, buscando comprovar, por meio de uma chancela⁴ que o conteúdo exposto é digno de crença, por parte do público leitor.

Assim, no meio acadêmico, pode-se afirmar que o estudo se dá em ambiente natural, pois, assim como o gênero artigo científico, o ambiente de pesquisa, também, está inserido nesse espaço, onde a utilização desse gênero fundamenta os estudos e propicia o bom andamento das pesquisas científicas, uma vez que são amparadas por teorias bem estruturadas e que garantem a credibilidade dos resultados obtidos.

A análise contempla a identificação dos graus de autoridade que podem ser: mínimo, médio e alto, identificando a maneira pela qual o argumento contempla a caráter retórico esperado.

3.6 Um modelo de análise do argumento de autoridade

A fim de estabelecer uma exemplificação que sirva de base para a análise da citação como prova de argumento de autoridade, buscou-se o esquema utilizado por Plantin (2008, p. 100), ao estabelecer os critérios que justificam o uso de um argumento como prova.

Para esse teórico, essa prova argumentativa precisa estabelecer a verdade de um fato ou de uma relação de incertos ou contestados (função alética); deve prestar contas de um fato certo, integrando-o em um discurso coerente (uma história ou demonstração); ser

⁴Termo que referencia a citação, enquanto argumento de autoridade.

considerado um fato certo (história-relato - função explicativa); deve ser relativamente evidente; precisa ampliar os conhecimentos (função epistêmica); deve inspirar confiança para convencer (função retórica); e precisa encerrar o debate.

Desse modo, segundo Plantin (2008), esse tipo de prova não é posta em causa facilmente (função dialética), pois tem objetivo de eliminar a dúvida e a contestação, o que dificulta o questionamento, fundando assim uma crença justificada e um consenso legítimo (função social).

Especificado o processo metodológico do trabalho de dissertação, segue a identificação dos artigos que compõem o corpus de pesquisa, sendo identificados em: todos os artigos; produzidos pelos alunos mestrandos; produzidos pelos alunos doutorandos, e artigos analisados.

TÍTULO DOS ARTIGOS ANALISADOS, POR ORDEM DE ANÁLISE

Artigo 1 – A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE LINGUAGENS MULTIMODAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Artigo 2 – ANÁLISE DA IDENTIDADE DO PROFESSOR SOB AS PERSPECTIVAS DE BAUMAN E GIDDENS
Artigo 3 – A SEMÂNTICA NAS GRAMÁTICAS ESCOLARES
Artigo 4 – O PROCESSAMENTO DE SENTENÇAS AMBÍGUAS DO PORTUGUÊS FALADO NO BRASIL À LUZ DE SAUSSURE, BENVENISTE E JAKOBSON
Artigo 5- ENSAIO SOBRE PAPÉIS TEMÁTICOS
Artigo 6 - A LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO: CONCEITOS, CONCEPÇÕES E TEORIAS DE SAUSSURE, BENVENISTE E JAKOBSON
Artigo 7 - EQUIVALÊNCIAS ENTRE CONCEITOS DE SAUSSURE, BENVENISTE E JAKOBSON E O PROCESSO COMUNICATIVO DE RECONHECIMENTO E SÍNTESE DE FALA
Artigo 8 - A COMPREENSÃO RESPONSIVA ATIVA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

4 UM DIÁLOGO ENTRE A TEORIA E OS DADOS

A apresentação e análise⁵ dos dados da pesquisa deste trabalho permitem que as citações utilizadas, em contexto de produção acadêmica, sejam identificadas e analisadas de maneira detalhada por estabelecerem um estudo retórico à luz da argumentação, sendo verificada a ocorrência ou não do argumento de autoridade. Endossando a verificação do argumento, busca-se identificar os casos em que a citação não é utilizada para justificar uma ideia, mas sim, constitui a própria ideia. Nesse caso, não constitui argumento por citação, e sim uma demonstração.

A fim de chegar a uma análise coerente da citação, faz-se necessário recorrer ao que foi proposto na introdução e metodologia dessa dissertação, ao apresentar os critérios que apontam para a validação do argumento de autoridade e também do grau de autoridade desse argumento. Para isso, foram analisados (8) oito artigos científicos, sendo que, desse total, (5) cinco produzidos por alunos mestrandos e (3) três por alunos doutorandos, tendo sido analisadas um total (52) citações.

ARTIGO 1

No artigo tomado para análise, intitulado **A importância da utilização de linguagens multimodais no contexto da Educação de Jovens e Adultos**, o retor 1 se propõe discutir o perfil de alunos inseridos nessa área educativa, apresentando um número total de 12 páginas, contendo onze (11) citações analisadas.

Art. 1/Amostragem 1.1

⁵Refere-se à amostragem, o fragmento analisado, contendo a ideia defendida pelo articulista retor1 e a citação do teórico retor 2, a fim de estabelecerem o argumento de autoridade e o grau de autoridade desse argumento, isto é, serão identificados de acordo com a seguinte nomenclatura: **Art.** Para artigo e **Amostragem** o fragmento contendo o texto do retor 1 e do citado retor 2.

O retor 1 defende a ideia de que o aluno da EJA tem algumas características, afirmando que estas precisavam ser expostas, quando esse público for atendido pela educação básica em todo território nacional. Normalmente, são sujeitos pertencentes à classe popular, os quais trazem carências de emprego, moradia e saúde. Para ratificar isso, busca a citação de Moraes (2006) retor 2, quando afirma: “o aluno da EJA apresenta um conjunto de características muito peculiar que envolve o retorno à escola como sendo a via possível para se alcançar postos mais elevados no mercado de trabalho, um lugar nesse mesmo mercado” retor 2.

O que se vê, no entanto, na citação da amostragem: “ou, ainda, para as mulheres – donas de casa, em específico – uma oportunidade e de vivenciarem uma atividade produtiva diferente das realizadas no interior do próprio lar. (...)”, é uma remissão às mulheres no campo da EJA, assunto não contemplado na totalidade pelo retor 1, o que torna o argumento de autoridade parcialmente designado, podendo ser inserido numa classificação de grau médio na escala construída para o entendimento dos níveis de autoridade do argumento.

Art. 1/Amostragem 1.2

O retor 1 apresenta uma discussão acerca da importância da compreensão em relação ao ato de ler, para a formação humana, dizendo: “Toda essa preocupação com a compreensão deve-se ao fato de que o ato de ler é requisito primordial na formação humana, pois a leitura garante ao indivíduo uma condição de existência ...”. Em seguida, na tentativa de comprovar sua afirmação, busca a referência de Brandão (1990), retor 2, ao afirmar: “O ato de ler é um processo abrangente e complexo de compreensão e inteligência do mundo que envolve uma característica singular e essencial ao homem: sua capacidade simbólica de interagir com o outro pela manifestação da palavra”.

Nota-se, com isso, que a citação do retor 2 condiz semanticamente com a ideia apresentada pelo retor 1, ao referendar “o ato de ler e a preocupação com o processo de leitura”. Ao realizar essa ação retórica, obteve êxito na constituição do argumento de autoridade, pois estabelece um juízo de valor por inserir uma noção de verossimilhança à discussão. Por essa razão, é possível atribuir o grau alto de autoridade do argumento a essa amostragem.

Art. 1/Amostragem 1.3

Nessa amostragem, o retor 1 disserta sobre a leitura, mostrando que se constitui um requisito essencial para a formação social: “A leitura se apresenta, dessa forma, como requisito essencial na formação social, uma vez que o ato de ler representa condição essencial na formação crítica e autônoma do indivíduo”. Depois, para referendar essa afirmação, o retor 2 cita: Bakhtin (2006, p.137): “... encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica”

Observa-se que na citação da amostragem 1.3, o retor 1 discute acerca “da palavra da enunciação” (retor 2), contrariamente à ideia proposta pelo retor 1, que, por sua vez, “a noção de leitura como um requisito essencial na formação do indivíduo”. Não constitui assim um argumento de autoridade, por não condizer semanticamente com a ideia apresentada, atribuindo o grau baixo de autoridade do argumento a essa amostragem.

Art. 1/Amostragem 1.4

O retor 1 disserta acerca da maneira como a leitura se apresenta para a formação social do leitor, dizendo: “a leitura se apresenta, dessa forma, como requisito essencial na formação social, uma vez que o ato de ler representa condição essencial na formação crítica e autônoma do indivíduo”.

Após discutir acerca da referida temática, o retor 1 cita Allende & Condemarín (2002, apud KOCH & ELIAS, 2007, p. 24), que dizem: “A compreensão de um texto varia segundo as circunstâncias de leitura e depende de vários fatores, complexos e inter-relacionados entre si”

O que se nota, entretanto, é que destoa semanticamente do que foi anteriormente proposto pelo retor 1, que trata da “leitura na formação social e individual”. Essa incoerência aponta para a não constituição das características de prova por autoridade do argumento, justamente por, dentre outras características, não estabelecer o caráter de verossimilhança, não estar associada semanticamente ao assunto proposto, acrescentando-lhe o grau de

autoridade do argumento baixo, por não contemplar os requisitos retóricos de validação do argumento de autoridade, como, por exemplo, não estabelecer uma verossimilhança, não expõe um fato certo, não instaurando um valor positivo.

Art. 1/Amostragem 1.5

Nesta amostragem, o retor 1 aborda alguns conhecimentos relativos às práticas de letramento, ao dizer que são desenvolvidas em ambiente escolar, de maneira contextualizada e não em forma de reprodução de teorias, mas em contexto de aprendizado situado, ao afirmar: “... pensar as práticas de letramento desenvolvidas em sala de aula – não apenas no âmbito da apresentação ou reprodução, mas num fazer sentido em contextos situados – contribui significativamente...”. Para mediar essa afirmação, cita Bakhtin (2003, p.282), quando diz: “Falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo”.

Após tratar da questão do gênero como forma básica para servir de modelo para os falantes, aparece, ainda, uma remissão ao vasto universo de gêneros textuais a que os falantes dispõem na hora de produzir e adequar seus discursos: “Dispomos de um rico repertório de gêneros orais (e escritos). Em termos práticos, nós os empregamos de forma segura e habilidosa, mas em termos teóricos podemos desconhecer inteiramente sua existência”.

O que se percebe, portanto, é que, na tentativa de justificar o enunciado com a citação: “Falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo. Dispomos de um rico repertório de gêneros orais (e escritos). Em termos práticos, nós os empregamos de forma segura e habilidosa, mas em termos teóricos podemos desconhecer inteiramente sua existência, verifica-se que destoa, semanticamente, do conceito de práticas de letramento apresentadas pelo retor 1.

Dessa forma, a análise da amostragem 1.5 não possui característica de prova argumentativa de autoridade, pela razão de estar semanticamente incoerente e por não inferir uma noção de verossimilhança. Com isso, o resultado de uma não comprovação das características de autoridade exigidas em uma citação, imprime-se o grau de autoridade argumentativa baixo.

Art. 1/Amostragem 1.6

Na amostragem tida para análise, o retor 1 apresenta um discurso referente ao conhecimento dos gêneros discursivos que podem levar o leitor à melhor condição para compreendê-los. Para isso, o articulista afirma: “Fica evidente... que o conhecimento dos gêneros discursivos, nas diversas esferas do cotidiano, pode proporcionar ao sujeito uma melhor condição para compreender os textos aos quais são expostos, tanto na modalidade oral quanto na escrita”.

Na sequência, para ratificar essa afirmação, o retor 1 cita Soares (2001, p.72), retor 2, que garante: “É nas práticas de letramento que essa condição pode ser aprimorada ou desenvolvida, pois se o letramento é entendido como “o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social”.

Verifica-se, porém, que há uma discrepância entre o discussão estabelecida pelo retor 1 que referencia a utilização dos gêneros numa abordagem dos conhecimentos dos “gêneros nas esferas do cotidiano” e a citação do retor 2, que aborda a questão do “letramento como um conjunto de práticas sociais”.

Ao levar em consideração esse distanciamento entre as temáticas, diz-se que a amostragem 1.6 não possui característica de argumento de autoridade, como: a necessidade de ser coerente semanticamente, para indicar uma verossimilhança e afastar a dúvida. Tão logo, depreende-se que o grau de autoridade do argumento é baixo, pois há um distanciamento entre a proposta do retor 1 e a citação do retor 2.

Art. 1/Amostragem 1.7

O retor 1 inicia a discussão acerca do conhecimento cultural nas práticas de leitura e escritura de gêneros textuais discursivos à luz das práticas de letramento. Para isso, o retor 1 sugere: “Nesse sentido, os sujeitos utilizam o conhecimento cultural nas atividades de leitura e escrita dos mais diversos gêneros discursivos”. Buscando autenticar sua afirmação, referencia Barton (1994, apud JUNG, 2007, p.87), retor 2, quando afirma: “As práticas de letramento são os padrões culturais de uso da leitura e da escrita em uma situação particular” (BARTON, 1994, apud JUNG, 2007, p.87).

Percebe-se, portanto, que a amostragem 1.7 é realmente uma prova, possuindo as especificidades que fazem de uma citação uma parte do argumento de autoridade, pois o retor 2 defende “as práticas de letramento associado aos padrões culturais de uso da leitura”, constituindo assim algumas das características argumentativas, tais como: coerência semântica e noção de verossimilhança temática.

Em consonância com essas características estão aquelas que dizem respeito ao grau de autoridade do argumento ser alto, pois estabelecem no argumento a relação de sentido, o afastamento da dúvida, a relevância do conteúdo proposto pelo retor 1 e pelo prestígio de autoridade do retor 2.

Art. 1/Amostragem 1.8

O retor 1 apresenta uma ideia relativa ao processo de letramento como uma forma de tornar melhor a realidade social do aluno. Para isso, o articulista afirma: “...a proposta do trabalho com letramentos propõe reconhecer o processo de transformação social, pois, somente assim, é que a escola conhece e reconhece a vida social do aluno e ele é inserido na vida em sociedade não apenas como mero coadjuvante...” retor 1.

Com a finalidade de legitimizar sua colocação, o retor 1 cita Rojo (2010, p.200), quando afirma: “escolarização é esperança, e letramentos os meios que todos podem e devem ter para a conquista de um mundo melhor.

No tocante à temática do processo de letramento afirmada pelo retor 1 e confirmada pela citação do retor 2 que diz haver “estudos de letramento comprometidos com o processo de escolarização”, entende-se, portanto, que a amostragem 1.8 constitui um argumento de autoridade por estabelecer uma verossimilhança, afastar a dúvida e encerrar um debate. Essa noção de argumentatividade comporta o grau de autoridade do argumento no grau alto.

Art. 1/Amostragem 1.9

O retor 1 defende a ideia de as imagens não serem bem utilizadas pelos professores em ambiente de sala de aula, referenciando alguns fatores que justifiquem a desvalorização das imagens: "Entretanto, talvez por falta de formação do profissional da educação, talvez pela cultura arraigada na escola, as imagens ainda são enxergadas como meios de menor especialização...".

Para autenticar essa colocação, o retor1 referencia os retores 2, representados por Kress e van Leeuwen (1996), quando afirmam: "A escola marginaliza os textos visuais, o que garante a produção de 'iletrados visuais".

Ao referendar essa abordagem, o retor 2 imprime as características argumentativas como: coerência entre o assunto discutido e o tema da citação, a busca por uma autoridade no assunto de letramento escolar, e outras, das quais o retor 1 necessita para validar a sua afirmação no que se refere "às imagens como forma de letramento em sala de aula". Com isso, atribui-se o grau alto de autoridade argumentativa, por utilizar a citação como uma prova relevante para instaurar a verossimilhança das informações dispostas.

Art. 1/Amostragem 1.10

O retor 1 disserta acerca da definição de textos multimodais, indicando que estes são de caracterização tanto verbal quanto visual, quando afirma: "Dessa forma, são textos multimodais aqueles que se utilizam do código verbal e o visual em sua composição". Em seguida, busca para referendar isso, ao citar Kress e van Leeuwen (1996:183) retor 2, quando dizem: "Textos multimodais são aqueles cujos sentidos são produzidos através do uso de mais de um código semiótico".

A amostragem tida para a análise constitui uma prova argumentativa, por imprimir a noção de autoridade quando estabelece uma relação de coerência na utilização de um mesmo tema ao referenciar a fala do retor 1 e quando cita o retor 2, possibilitando que seja reconhecido o grau de autoridade do argumento alto, visto que retira a dúvida, comprovando a partir da fala de um especialista no assunto dos textos multimodais.

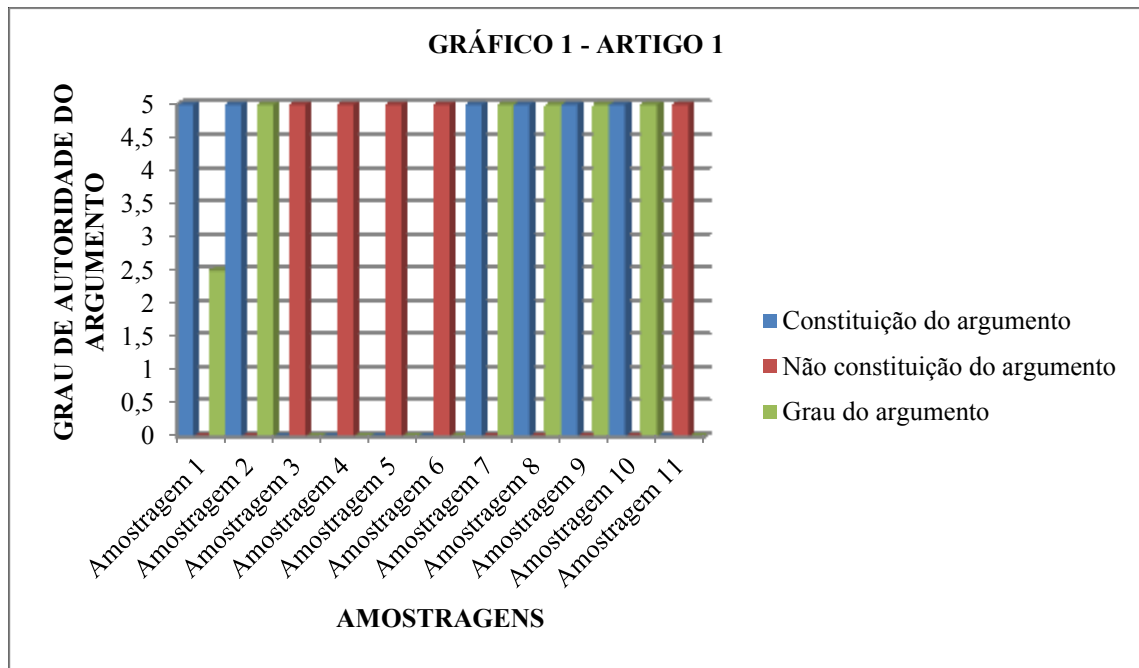
Art. 1/Amostragem 1.11

O retor 1 expõe uma ideia referente à definição de Letramento Multimodal associando a imagens. Para isso, o articulista afirma: “O letramento multimodal é a junção da leitura e a interpretação dos textos verbais e não verbais, através, das figuras com a leitura visual. Ao propor essa afirmação, o retor1 ratifica suas ideias ao citar Halliday (1994 p.101, apud GVD) retor 2, quando este garante:

Segundo a GVD (Gramática do Design Visual) Gramática vai além de regras formais de correção. Ela é um meio de representar padrões da experiência. Ela possibilita aos seres humanos construir uma imagem mental da realidade, a fim de dar sentido às experiências que acontecem ao seu redor e dentro deles.

Há, pois, uma contradição entre os assuntos dispostos na afirmação do retor 1, ao propor uma discussão acerca do letramento multimodal e entre o que foi exemplificado na citação do retor 2, que referencia a “Gramática do Design Visual”, que normatiza a representação dos padrões de textos visuais”. Diz-se, portanto que a amostragem 1.11 não possui características de argumento de autoridade, as quais dentre outras seguem: a necessidade de ser coerente semanticamente, inserir uma noção de verossimilhança e afastamento da dúvida. Tão logo, depreende-se que o grau de autoridade do argumento é baixo, pois há um distanciamento entre a proposta do retor 1 e a citação do retor 2.

Quadro 1 – resumo das análises do artigo 1



Autor: dados da pesquisa

Tendo por base o quadro acima, verifica-se que, a análise do primeiro artigo indica a ocorrência de seis (6) amostragens que constituem o argumento de autoridade, por conter as características necessárias para a identificação do referido argumento. A análise aponta, ainda, para a não ocorrência do argumento de autoridade em cinco (5) amostragens, confirmando que, as amostragens não possuem os aspectos identitários do argumento de autoridade.

Somando a isso, verifica-se, ainda, que o grau de autoridade do argumento ocorreu nos três níveis, sendo portanto, assim descritos: cinco (5) graus alto, por conterem todas as características de prova argumentativa, as quais foram indicadas na metodologia. Um (1) grau médio, por estar parcialmente designado, quando não abordou na totalidade o assunto discutido pelo retor 1 e por fim, cinco (5) ocorrências do grau baixo, por não estarem, semanticamente, associadas ao assunto proposto na discussão.

ARTIGO 2

O segundo artigo escolhido para análise, sob o título **Análise da identidade do professor sob as perspectivas de Bauman e Giddens (ano)**, estabelece uma discussão

teórica acerca da identidade do professor que está inserido em ambiente de sala de aula, apresentando um número total de dez (10) páginas, contendo sete (7) citações analisadas.

Art. 2/Amostragem 2.1

O retor 1 discute as concepções modernas sobre identidade do sujeito, afirmando que as concepções modernas sobre identidade partem do princípio de mobilidade e fluidez, enxergando um sujeito “relativamente livre” para escolher e se construir socialmente, construindo sua identidade, diferenciando-se do sujeito estável das concepções pré-modernas vivenciadas. Em seguida, para validar sua afirmação, cita Mocellin (2008), retor 2, ao dizer:

uma grande mudança está em curso na atualidade, e se torna cada vez mais radical a cada deslocamento do tempo e do espaço de suas dimensões tradicionais. E assim, as identidades nesse novo período também se tornam diferentes das identidades sólidas da primeira modernidade.

Ao comparar as duas ideias apresentadas na amostragem 1, ocorre, claramente, um distanciamento entre o assunto proposto pelo retor 1 que disserta sobre “as concepções modernas sobre identidade do sujeito” e o que está disposto na citação do retor 2, pelo que discorre: “mudança que ocorre no curso da atual modernidade”.

A partir da análise da amostragem, verifica-se, que, não possui características de prova argumentativa de autoridade, as quais delimitam essa prática argumentativa como sendo um recurso que busca uma coerência semântica entre os assuntos dispostos na discussão, amplia o sentido das ideias, e outras. Por não apresentar coerência de sentido entre a afirmação do retor 1 e a citação do retor 2, diz-se que o grau de autoridade do argumento é baixo.

Art. 2/Amostragem 2.2

O retor 1 propõe uma discussão acerca do estilo de vida, vivenciado no cotidiano, ao dizer: “formas de comer, formas de vestir, modos de agir, lugares frequentados. Porém as rotinas estão sempre abertas a mudanças”. Na sequência, para elucidar a ideia anterior, o retor 1 cita Mocellin (2008, p. 17), retor 2, que garante: “Porém, as rotinas estão sempre abertas a

mudanças. Cada pequena decisão que é tomada no nosso cotidiano contribui para a alteração dessas rotinas, e, portanto, para a reformulação do eu. São escolhas sobre como agir e sobre quem ser”.

Há uma coerência de sentido entre a afirmação do retor 1, ao estabelecer o “estilo de vida que é vivenciado no cotidiano” e o que afirma o retor 2, quando diz: “cada pequena decisão que é tomada no nosso cotidiano contribui para a alteração dessas rotinas”, sendo dessa maneira, um argumento de autoridade, pois a citação liga-se semanticamente ao assunto proposto pelo articulista e também é nítida a noção de verossimilhança das ideias dispostas pelos retores. Essa abrangência semântica alargou o sentido, instaurando a confiança no enunciado pelo retor 1, com isso, atribui-se o grau de autoridade do argumento como sendo alto.

Art. 2/Amostragem 2.3

O articulista inicia a discussão a partir da citação de Bauman (1998): “o projeto moderno prometia libertar o indivíduo da identidade herdada. Só transformou a identidade, que era questão de atribuição, em realização – fazendo dela, assim, uma tarefa individual e da responsabilidade do indivíduo”.

Em seguida, para ratificar isso, o articulista diz: “A busca do indivíduo por marcas que o diferencie em meio à sociedade leva muitas vezes à aquisição de bens não necessários, mas que momentaneamente o insere em determinados grupos, passando então a se sentir aceito e parte do coletivo” retor 2.

Nesse momento, há um tangenciamento do assunto citado pelo retor 2 quando afirma: “o projeto moderno prometia libertar o indivíduo da identidade”, fazendo com que a citação não contemple em sua totalidade o retor 1 quando propõe: “a busca do indivíduo por marcas que o diferencie em meio à sociedade leva muitas vezes à aquisição de bens não necessários”. Com isso, diz-se que a amostragem 2.3 é um argumento de autoridade, no entanto por contemplar, parcialmente as características do argumento, atribui-se o grau de autoridade do argumento é médio.

Art. 2/Amostragem 2.4

O retor 1 discute acerca da identidade de certa professora inserindo um fragmento do *corpus* ao analisar a fala do professora: “Estou atuando há onze anos como professora, tenho 40 anos e sou formada em História com especialização em Gestão escolar. Atualmente, estou trabalhando com alunos do 6º ao 9º ano, entretanto, já vivenciei experiências desde a Educação Infantil ao Ensino Médio”.

Na sequência, para justificar a fala da professora e embasar a análise feita a partir do relato da professora, o retor 1 insere três citações, em sequência: Para Bauman (2005), retor 2: “identidade é um monte de problemas e não uma campanha de tema único”. Bauman (2005, p.18-19), retor 2, diz: “as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados”.

Mais uma vez, o retor 1 insere outra citação, recorrendo a Giddens (2002, p.81), retor 3: “Na alta modernidade dispomos de uma pluralidade de escolhas em relação ao nosso estilo de vida. Isso não significa que todas as possibilidades estão abertas para todos, nem que as pessoas façam suas escolhas sabendo de todas alternativas disponíveis”.

Realizada a análise, verifica-se que a disposição das citações não justifica o que foi exemplificado pelo retor 1, pois essas citações não serviram de base para uma discussão, mas somente foram utilizadas como demonstrações. Por não inserir à amostragem as características de um argumento de autoridade, tais como: noção de verossimilhança e alargamento do sentido. Logo, por verificar há ausência desses critérios de validade do argumento, tendo essa amostragem o grau baixo de autoridade do argumento.

Art. 2/Amostragem 2.5

O retor 1 apresenta o fragmento de uma análise que tem como assunto as dificuldades diárias enfrentadas nas escolas. Para isso, o retor 1 apresenta o depoimento do professor que diz:

É viver a cada dia um desafio, tendo em vista as dificuldades que as escolas brasileiras enfrentam, bem como a crise na educação. Outro fator bastante contraditório está no interesse de nossos alunos, que, em virtude do ambiente

familiar, os problemas sociais e a falta de políticas públicas não têm perspectivas de futuro.

Após isso, o retor 1 ratifica o fragmento por meio da citação de Bauman (2005, p.18), retor 2: “em nossa época líquido-moderna, o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados”.

Na sequência, o retor 1 cita outra vez Bauman (2005, p.37), retor 2, ao dizer:

Se os compromissos, incluindo aqueles em relação a uma identidade particular, são “insignificantes”, você tende a trocar uma identidade, escolhida de uma vez para sempre, por uma “rede de conexões”. Tendo feito isso, contudo, assumir um compromisso e torna-lo seguro parece muito mais difícil do que antes.

O emprego das citações, não constitui um argumento de autoridade, pois não há uma coerência semântica entre o fragmento apontado pelo articulista e as citações que seguem. Na primeira citação, o retor 2 discute sobre o aspecto de uma “época líquido-moderna”, destoando do que foi citado anteriormente pelo retor 1 quando apresentou o depoimento do professor, ao abordar “os desafios enfrentados pela escola”.

Por não estabelecer uma relação coerente de sentido entre o assunto proposto pelo retor 1 e o retor 2, atribui-se o grau de autoridade baixo ao argumento.

Art. 2/Amostragem 2.6

Na sequência das análises, aparece um depoimento de um professor que disserta acerca do comportamento dos alunos. retor 1: “Certamente muito diferente, pois tínhamos alunos que se dedicavam mais e respeitavam os professores, além do acompanhamento da família.

Na sequência, o retor 1 continua a discussão acerca do perfil da família atual, que sofre a influência dos fatores que tornam o tempo mais escasso, tais como o trabalho e outros afazeres do dia a dia, dizendo: “hoje as famílias estão cada vez mais esfaceladas, sobrecarregadas de trabalho e outros afazeres, não tem tempo para acompanhar a educação de seus filhos. Entretanto, a diferença está na satisfação profissional, ou seja, fazer o que se gosta”.

Na tentativa de justificar a análise feita, a partir do depoimento do professor, o retor 1 cita o retor 2: “Você só tende a perceber as coisas e coloca-las no foco do seu olhar

perscrutador e de sua contemplação quando elas se desvanecem, fracassam, começam a se comportar estranhamente ou o decepcionam de alguma outra forma” (BAUMAN, 2005, p.23)

Em seguida, o retor1 cita Bauman (2005, p.37), retor 2, que diz: “quando a qualidade o deixa na mão ou não está disponível, você tende a procurar a redenção na quantidade”.

Realizada a análise, percebe-se que há uma inadequação na utilização das citações, isso pode ser comprovado pela incoerência semântica entre o depoimento do professor apresentado pelo retor 1, ao referenciar “o comportamento dos alunos” e os temas das citações do retor 2, quando na primeira discute acerca da “percepção das coisas a partir das mudanças” e, na segunda citação, do retor 2, ao tratar do tema “a busca da qualidade”.

Nessa amostragem não se encontram as características que asseguram o argumento de autoridade, tais como: a relação semântica, o caráter de verossimilhança, nem o afastamento da dúvida, o que imprime ao fragmento o grau baixo de autoridade do argumento.

Art. 2/Amostragem 2.7

O retor 1, ao analisar o depoimento de uma certa professora, disserta acerca da identidade que é construída no indivíduo a partir do convívio com outras pessoas. Para isso, o retor 1 utiliza o depoimento que diz: “Primeiro tive um exemplo, minha mãe, uma professora dedicada e competente. Outro fator que contribuiu foi que de forma coerente assumi o compromisso com a educação, faço realmente o que gosto; por isso reafirmo o compromisso e não mudaria de profissão”.

Para ratificar o que foi dito acerca do depoimento da professora, o retor 1 insere três citações, o que garante uma série de demonstrações: “as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas (BAUMAN, 2005, p.19) retor 2.

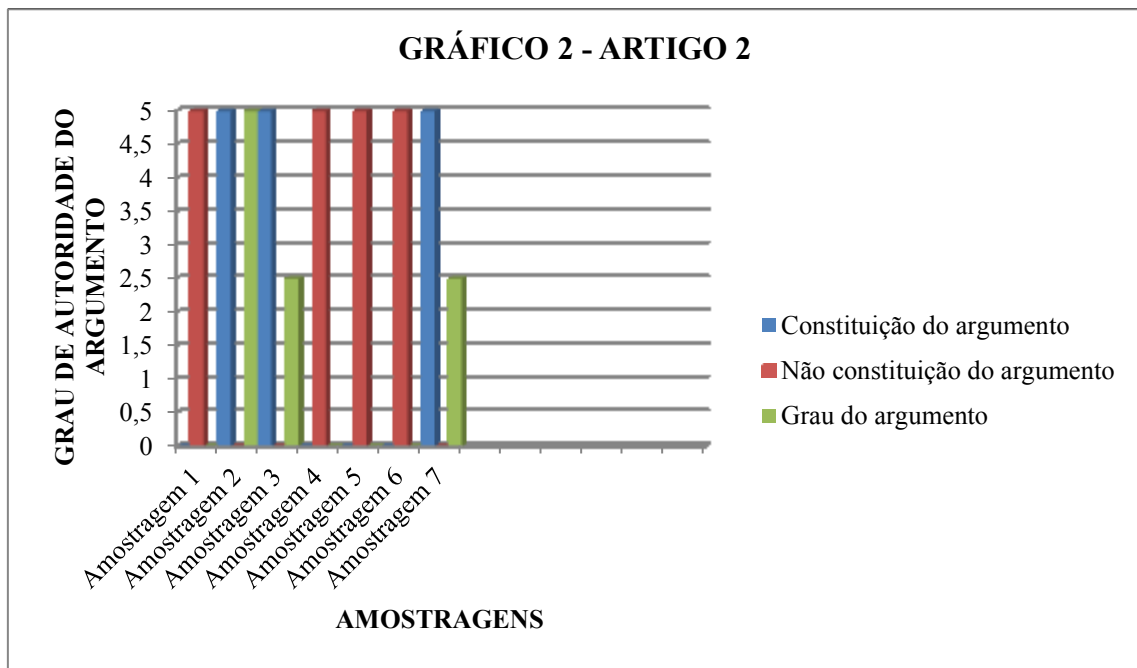
Em seguida, o retor 1 cita Bauman (2005, p.17) ao afirmar: “Ainda ressalte-se que para Bauman “tornamo-nos conscientes de que o pertencimento e a identidade não têm a

solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis”.

Na sequência, o retor 1 cita Giddens (2008), que diz: “vivemos hoje diante de um pluralismo de autoridades”.

De modo geral, somente a primeira citação constitui uma prova argumentativa de autoridade, em virtude de as duas citações seguintes terem sido utilizadas em forma de demonstrações, razão por que para que uma citação seja inserida como prova, faz-se necessário que exista um diálogo anterior, ocasionando o grau médio de autoridade do argumento.

Quadro 2- resumo das análises do artigo 2



Autor: dados da pesquisa

A interpretação do quadro indica que do total das sete amostragens, em três delas ocorreram o argumento de autoridade quando as citações constituíram-se a partir das caracterizações de prova tais como foram mencionadas na metodologia. Em seguida, aparecem as considerações acerca da não constituição do argumento (artefato) em quatro (4) amostragens, isto é, quando as citações foram inseridas sem que houvessem ligações semânticas com o que foi discutido pelo retor 1. Na sequência, as considerações sobre o grau de autoridade, mostraram haver: 1 de nível alto na amostragem 2. Nas amostragens 3 e 7, o nível identificado foi o médio, pois as citações não contemplaram o assunto em sua totalidade.

Por fim, as ocorrências de (4) graus baixo nas amostragens 1, 4, 5, 6 por não estarem relacionadas ao conteúdo mencionado pelo retor 1.

ARTIGO 3

O artigo tomado para análise intitula-se, **A semântica nas gramáticas escolares**, apresenta uma discussão acerca dos significados, o que leva à existência de várias semânticas, apresentando um número total de seis (6) páginas contendo, uma (1) citação analisada.

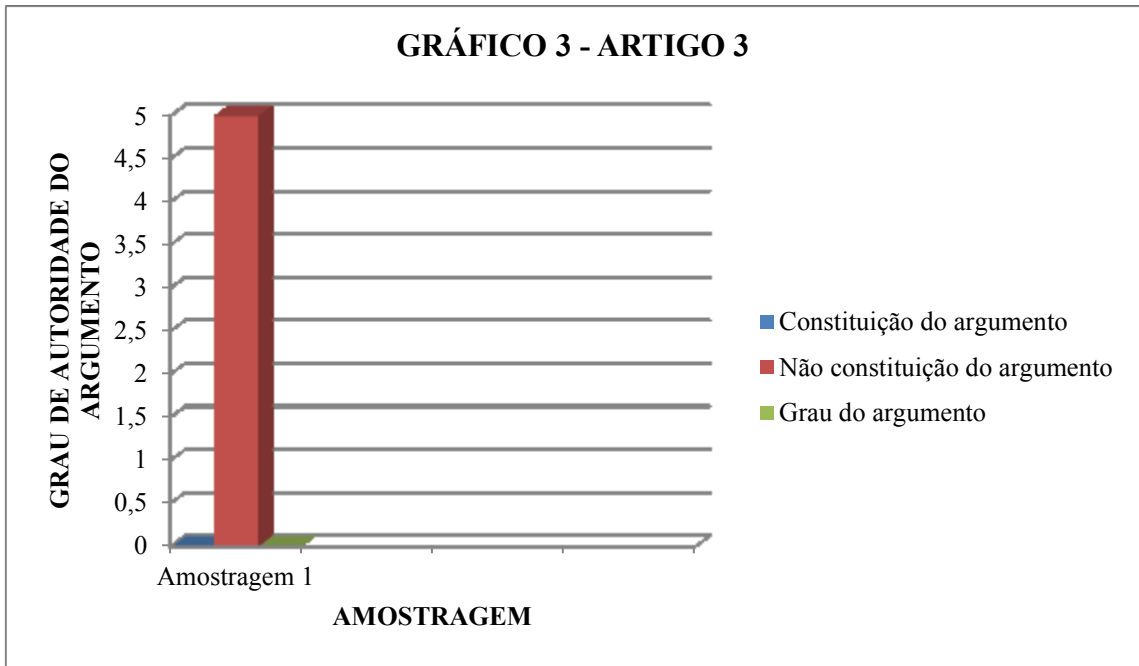
Art. 3/Amostragem 3.1

Nessa amostragem, o retor 1 discute acerca da semântica nas gramáticas escolares, afirmando não haver uma maior preocupação em mostrar as mudanças de sentido ocorridas no momento em que o tempo verbal é conjugado em frases complexas. Na tentativa de tornar válido o que foi dito, o retor 1 cita Oliveira et.al (2001, p.70), retor 2, quando afirma:

Os alunos facilmente compreenderiam a noção da densidade, de sua divisão em intervalos e momentos e das propriedades de quem goza (transitividade, irreflexibilidade, assimetria). Também não seria difícil fazer-lhes entender que um intervalo pode ser fechado, aberto, com início marcado e final desconhecido ou vice-versa e que em frases complexas há situações que estabelecem entre si relações de precedência, de inclusão, de disjunção e de sobreposição.

Existe na citação uma incoerência do assunto proposto pelo retor 1, quando afirma a existência de “um problemática em não haver nas gramáticas a distinção entre Tempo e Tempos verbais. Por não haver na amostragem 3.1 uma coerência semântica entre o assunto proposto pelo retor 1 e a citação do retor 2, compreende-se que o grau de autoridade do argumento é baixo.

Quadro 3-resumo das análises do artigo 3



Autor: dados da pesquisa.

No quadro da amostragem 3.1, observa-se que, não houve a função de argumento de autoridade, o que também identificou o grau baixo de autoridade na citação utilizada, acarretando numa incoerência semântica.

Amostragem 4

O artigo tomado para análise, intitula-se: **O processamento de sentenças ambíguas do português falado no Brasil à luz de Saussure, Benveniste e Jakobson**, o retor 1 estabelece uma discussão acerca da teoria de Saussure, Benveniste e Jakobson e como contribuíram para um melhor entendimento da enunciação para que o processo comunicativo se estabeleça. Apresenta onze (11) páginas e nove (9) citações.

Art. 4/Amostragem 4.1

O retor 1 disserta acerca da noção de ambiguidade, afirmando que, em um breve contexto histórico, o processamento de sentenças ambíguas, não se pode deixar de destacar o estruturalismo funcional de Jakobson que sobrepuja a função poética a função referencial, mostrando que pode haver ambiguidade do código no processo de comunicação.

Objetivando justificar a ideia apresentada, cita Houaiss e Villar (2001, p. 183) retores 2, quando dizem: “ambiguidade é a propriedade que possui diversas unidades linguísticas (morfemas, palavras, locuções, frases) de significar coisas diferentes, de admitir mais de uma leitura”.

Na citação referenciada, nota-se que o fragmento constitui um argumento de autoridade, pois estabelece a função persuasiva do discurso, a partir da comprovação por citação do que pretende afirmar, com isso, insere ao argumento, o grau alto de autoridade.

Art. 4/Amostragem 4.2

No tocante a essa amostragem, o retor 1 continua a descrever o que significa a ambiguidade quando diz que as ambiguidades são processadas pelas pessoas através do *parser*, uma espécie de analisador mental de sentenças. Para subsidiar o tema abordado e atribuir credibilidade, cita Maia e Finger (2005, p. 15) retores 2, que definem esse processo como sendo “parte integrante dos processos de produção e compreensão da linguagem e também é conhecido como ‘mecanismo humano de processamento de frases’”.

A citação dos retores 2 inserem-se a partir da ideia que esse processo se justifica pela “compreensão da linguagem”, o que torna a amostragem uma prova de argumento de autoridade, pois apresenta coerência semântica, garantindo a credibilidade do assunto, defendido por meio das autoridades especialistas na ideia proposta. Essa abordagem tende a garantir o grau alto de autoridade do argumento.

Art. 4/Amostragem 4.3

O retor 1 explica como se dá o processamento da linguagem humana quando afirma: “dentre os modelos teóricos que tentam explicar como se processa a produção e compreensão da linguagem na mente humana, destaca-se a Teoria *Garden Path* (TGP)”, “Teoria do Labirinto”. Para tornar essa explicação válida, o retor 1 cita Dillinger (1992), retor 2, que, por sua vez, concordando semanticamente, instaura a noção de verossimilhança, ao afirmar: “As estratégias de processamento de sentenças são semelhantes aquelas que são utilizadas em um labirinto. Nem sempre as escolhas serão condizentes com a interpretação adequada, uma vez que existem variadas possibilidades de entradas no *parser*”.

Ao analisar a alegação do retor 2, acerca da “Teoria do Labirinto”, observa-se que há o cumprimento dos critérios que torna válido o argumento de autoridade, tais como: ampliar o sentido do fragmento, retirar a dúvida e atribuir credibilidade ao que foi dito. Semelhantemente, o grau é alto pela relevância e verdade das informações comprovadas, dentre outras.

Art. 4/Amostragem 4.4

O retor 1 propõe uma discussão acerca da definição e tipos de prosódia, alegando que há de se considerar os “tipos de prosódias em contexto de um enunciado”. Para asseverar a discussão, cita Crystal (1969), retor 2, que assegura:

um enunciado constitui-se de componentes segmentais e não segmentais. Estes incluem os aspectos prosódicos, paralinguísticos e não linguísticos”. Em seguida, o retor1 explica o termo prosódia, afirmando que “já os elementos prosódicos geralmente estão presentes na fala e estão relacionados aos aspectos de altura, intensidade, duração e pausa.

A amostragem é uma prova argumentativa ao concordar semanticamente com a ideia proposta pelo retor 1 e pelo retor 2 quando defendem os tipos de prosódias, corroborando para instaurar a autoridade por citação. Nessa mesma linha retórica, diz-se que grau de autoridade do argumento é alto, por se tratar de uma informação importante para o entendimento da teoria.

Art. 4/Amostragem 4.5

O retor 1, articulista, disserta sobre questões prosódicas, ao tratar do esforço físico e da intensidade e da dimensão auditiva, afirmando:

quando o falante apresenta um esforço físico, acusticamente apresenta-se a intensidade e na dimensão auditiva percebe-se o volume do som. E, o tempo despendido para o falante executar os movimentos articulatórios corresponde acusticamente ao tempo, e auditivamente à duração.

Em seguida, para justificar o exposto cita Couper-Kouhlen (1986), quando diz: “portanto, os parâmetros acústicos de frequência fundamental, intensidade e tempo, correspondem respectivamente à melodia (*pitch*), altura e duração no nível perceptivo”.

O que se percebe, é que a discussão proposta pelo retor 1 e a citação do retor 2 contemplam as especificidades que garantem a presença do argumento de autoridade, isto é, por estabelecer caráter de verossimilhança, a coerência semântica estabelecida entre as duas partes da amostragem, possibilitando o reconhecimento do grau de autoridade do argumento em nível alto, o que pode ser justificado pela necessidade de, dentre outras características, estar associado semanticamente ao assunto, estabelecendo uma coerência entre a discussão do retor 1 e a citação do retor 2.

Art. 4/Amostragem 4.6

O retor 1 discute acerca da teoria saussuriana, atestando que Saussure considera a língua (*langue*) como um sistema de signos constituídos por dois elementos inseparáveis e que se complementam, o significante e o significado. O significante é a imagem acústica, a representação psíquica do som, enquanto que o significado é o sentido, o conceito, a ideia, que se forma a partir de uma representação mental à qual o significante remete.

Em seguida, para reforçar essa afirmação cita Benveniste (2006, p. 225) retor 2, quando ratifica o conceito saussuriano de signo linguístico ao, estabelecer uma relação entre seus constituintes, afirmando: “o significante não é apenas uma sequência dada de sons que a

natureza falada, vocal, da língua exigiria; ele é a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo”.

Ao analisar a amostragem 4.6, nota-se que a discussão subsidiada pelo retor 1 e pelo retor 2, acerca do “signo linguístico”, é uma prova por argumento de autoridade, pois apresenta coerência semântica entre o assunto proposto e a citação, amplia o significado do enunciado, dentre outros elementos. Pela mesma razão, assevera-se que o grau de autoridade do argumento é alto.

Art. 4/Amostragem 4.7

O retor 1 discute acerca das unidades constitutivas do sistema da língua, afirmando que se encontram organizadas através de relações sintagmáticas e paradigmáticas. Para isso, diz: “As relações sintagmáticas consideram a linearidade do significante, ou seja, os signos se apresentam de forma sucessiva, linear, obedecendo uma determinada ordem”.

Objetivando comprovar sua afirmação, cita Martelotta (2012, p. 121), retor 2, quando ratifica: “devemos entender como sintagmáticas as relações *in praesentia*, ou seja, entre dois ou mais termos que estão presentes (anteriores ou subsequentes) em um mesmo contexto sintático”.

A citação do retor 2 prossegue, mostrando como acontece a relação paradigmática, a partir de um termo existente e um outro que não estão aparentes, mas que corroboram para a caracterização do paradigma.

[...] As relações paradigmáticas manifestam-se como relações *in absentia*, pois caracterizam a associação entre um termo que está presente em um determinado contexto sintático com outros que estão ausentes desse contexto, mas que são importantes para a sua caracterização em termos opositivos.

Percebe-se, portanto, que a teoria discutida pelo retor 1 e a citação do retor 2 apresentam-se como uma prova, porque constituem um argumento de autoridade, apontando para as características que validam esse argumento, por exemplo, em concordar semanticamente com o assunto discutido, ampliar o sentido e retirar a dúvida. Essa ordem de fatores contribui para o reconhecimento do grau de autoridade do argumento ser alto.

Art. 4/Amostragem 4.8

O retor 1 referencia a teoria de Saussure e de Benveniste. Para isso, parafraseia a teoria desses dois teóricos, a fim de discutir acerca do objeto de estudo de Saussure e, em seguida, a teoria de Benveniste, quando afirma: “de acordo com Benveniste, ‘eu’ sou o sujeito quando manifesto minha subjetividade através da apropriação individual da língua, quando ocorre a semantização e a enunciação”.

O retor 1 assegura: Saussure não se aprofundou nos estudos sobre a fala (*parole*), justamente por ser uma manifestação individual da linguagem, algo irrepetível, assistemático.

Como se percebe, na primeira parte, o retor 1 apresentou a teoria de Saussure, no que se refere ao estudo da fala. E na sequência, vai discutir acerca da teoria de Benveniste, sobre o estudo da enunciação, como segue: “Já Benveniste se aprofundou nos estudos sobre a enunciação, a língua posta em uso, apesar de também considerar a enunciação como a utilização da língua através de um ato individual e irrepetível, uma vez que o tempo, o espaço e a pessoa jamais são os mesmos no uso da língua”.

A fim de tornar válida a discussão acerca dos postulados de Saussure e Benveniste, o retor 1 cita Benveniste (2006, p.69), que diz:

A língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada um se apropria pelo ato de linguagem e que, em cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, se torna único e sem igual, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira.

A amostragem aponta para a existência do argumento de autoridade, pois a discussão acerca de Saussure e Benveniste está semanticamente coerente com o que foi comprovado pela citação, estabelecendo o grau de autoridade alto.

Art. 4/Amostragem 4.9

O retor 1 apresenta uma ideia referente ao processo comunicativo, ao afirmar que a teoria de Jakobson define as seis funções comunicativas que determinam o seguinte esquema de comunicação: remetente (função emotiva) – destinatário (função conativa) –

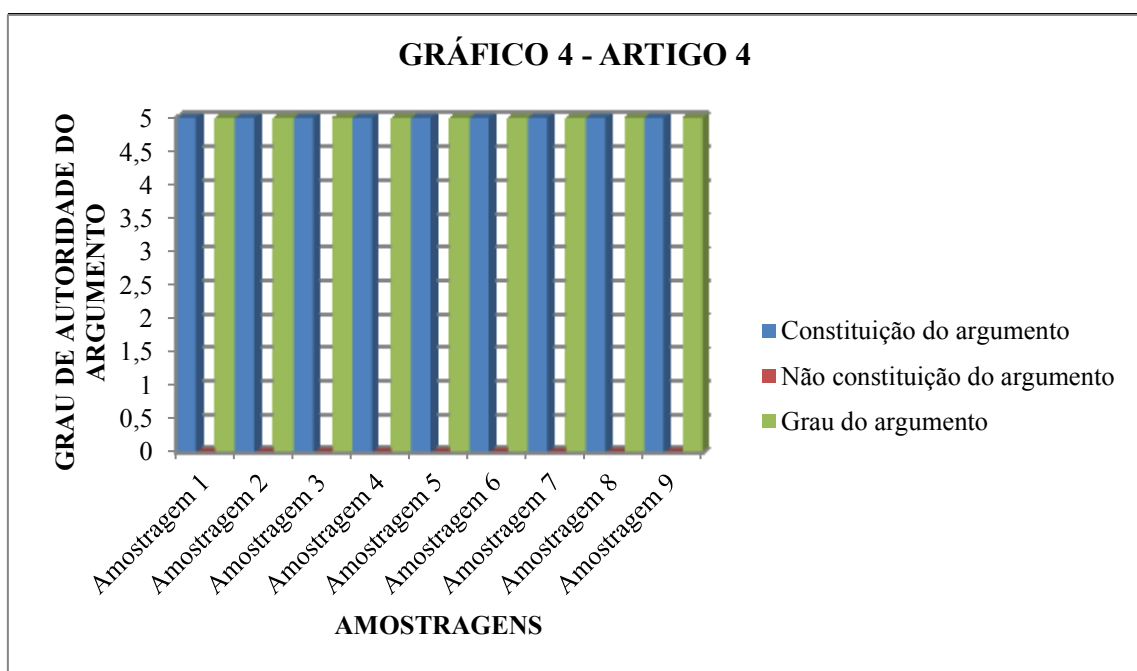
contexto (função referencial) – contato (função fática) – código (função metalinguística) – mensagem (função poética).

Para assegurar a verossimilhança das ideias dispostas, o retor 1 cita (JAKOBSON, 2003, p. 123), retor 2, ao propor a teoria da comunicação e os elementos que a constituem: “O REMETENTE envia uma MENSAGEM ao DESTINATÁRIO. Para ser eficaz, a mensagem requer um CONTEXTO a que se refere, apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização”.

Nessa citação, o retor 2 aponta os elementos que constituem o processo de comunicação, referenciando o remetente, a mensagem e o destinatário. Nesse processo constituinte, na segunda parte da citação do retor 2 aparecem as considerações referentes aos elementos código e o canal de comunicação, como assim referencia o autor: “um CÓDIGO total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário; e finalmente, um CONTACTO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação”.

Ao analisar a amostragem, verifica-se a ocorrência do argumento de autoridade ao fazer uso de uma citação do retor 2, pois atribuiu credibilidade às ideias do retor 1, ao referenciar “o processo de comunicação de Jakobson”, ampliando o sentido, retirando a dúvida e garantindo o grau alto de autoridade do argumento.

Quadro 4 -resumo das análises do artigo 4



Autor: dados da pesquisa.

A interpretação dos dados do artigo 4 indicam que, as nove (9) amostragens constituíram o argumento de autoridade, apontando para o grau alto de autoridade do argumento, por terem contemplado todas as especificidades desse argumento. Não havendo, portanto, casos de (artefatos) nem de graus baixo e médio.

Amostragem 5

No artigo tomado para análise, intitulado **Ensaio sobre papéis temáticos**, o retor 1 se propõe descrever e refletir as atribuições teóricas dos papéis temáticos, considerando algumas diferentes conceituações e tratamentos e como podem ser finalmente aplicáveis ao português do Brasil. O artigo apresenta um número total de (8) páginas, contendo quatro (4) citações analisadas.

Art. 5/Amostragem 5.1

O retor 1 sustenta a ideia de que os papéis temáticos, associados aos conteúdos semânticos, ao fazerem referência, insistem em um modelo, “segundo o qual o conteúdo semântico dos papéis temáticos é levado em consideração”.

Para apoiar o referido conceito de papéis temáticos, ratifica isso, buscando Moreira (2000, 21), que diz: Isso se deve à existência de alguns dados das línguas que corroboram a necessidade de uma teoria gramatical distinguir semanticamente esses papéis.

A primeira parte da citação aponta para o que se refere aos dados relativos ao papel semântico. Na segunda parte da citação, o retor 2 apresenta uma abordagem acerca da natureza semântica desses papéis que influenciam a estrutura sintática: “Se existem questões de natureza semântica, mais especificamente, questões envolvendo o conteúdo semântico dos papéis temáticos que restringem e/ou ordenam a estruturação sintática das orações, elas devem fazer parte de uma teoria gramatical”.

A amostragem exibe uma citação em que o retor 2 apresenta características de prova por autoridade, como: coerência semântica, inspira confiança. Pela mesma razão, diz-se

que o grau de autoridade do argumento é alto, porque trata-se de uma informação relevante na área do estudo em foco.

Art. 5/Amostragem 5.2

O retor 1 defende um raciocínio acerca da preocupação com a definição dos elementos (sentenças) que compõem os papéis semânticos, numa abordagem semântica e sintática, provocando uma aproximação entre os formalistas, principalmente, os gerativos – e os funcionalistas, que passam a reconhecer os papéis temáticos como funções de caso e categorias metafóricas. Para comprovar o que diz, cita Givón (1984, p.105) quando diz:

O fato de a estrutura sintática de uma simples sentença está descrita em termos de regras gramaticais – relações gramaticais – assumidos pelos participantes do evento é, naturalmente, em parte, uma questão de definição. [...] as sentenças simples exibem um estranho isomorfismo entre semântica e sintaxe, quando comparadas a outros tipos de sentenças.

O que se observa é que a amostragem contempla a noção de argumentatividade, uma vez que o retor 1 aborda: “os papéis temáticos”, associando as considerações do que é ratificado pelo retor 2 com: “as sentenças simples exibem um estranho isomorfismo entre semântica e sintaxe”, quando comparadas a outros tipos de sentenças, compreende-se que a ideia defendida e a citação utilizada pelo articulista, exercem a função de argumento de autoridade, constituindo uma prova argumentativa por contemplar as especificações necessárias para constituir o argumento de autoridade por ser de autoria confiável, ser semanticamente coerente com o assunto proposto e por essa configuração, também apresenta grau alto de autoridade do argumento.

Art. 5/Amostragem 5.3

O retor 1 referencia o conteúdo semântico dos papéis temáticos que se definem a partir da família de acarretamentos lexicais, partilhados por argumentos da mesma posição sintática aberta por um verbo. Para comprovar isso, cita Dowty (1986, p.75), retor 2:

A teoria semântica completa, de língua natural, deve nos permitir descrever os vínculos lexicais de verbos. Por exemplo, se uma sentença x construir y é

verdadeira, então é necessariamente também verdade que x executa ações propositais, e resultam dessas ações uma estrutura ou outro artefato y vindo a existir e assim por diante.

Na presente citação, verifica-se que a abordagem teórica aponta para o que constitui a teoria semântica, o que permite a descrição lexical dos verbos. Na sequência da citação, responde-se ao que seriam os significados postulados e as construções sintáticas, mostrando que são vinculadas lexicalmente, como mostra a segunda parte da citação: “Os significados postulados, construções sintáticas (em situação semântica), decomposições lexicais ou algum outro meio são próprios para descrever vinculações lexicais, contanto que concordem em ser descritíveis” retor 2.

A análise da amostragem em tela constitui o argumento de autoridade, pois estabelece uma coerência de sentido com a ideia proposta pelo retor 1: “acarretamentos lexicais, partilhados por argumentos da mesma posição”, ampliando o sentido, encerrando a discussão, possibilitando o reconhecimento do grau de autoridade do argumento em nível alto.

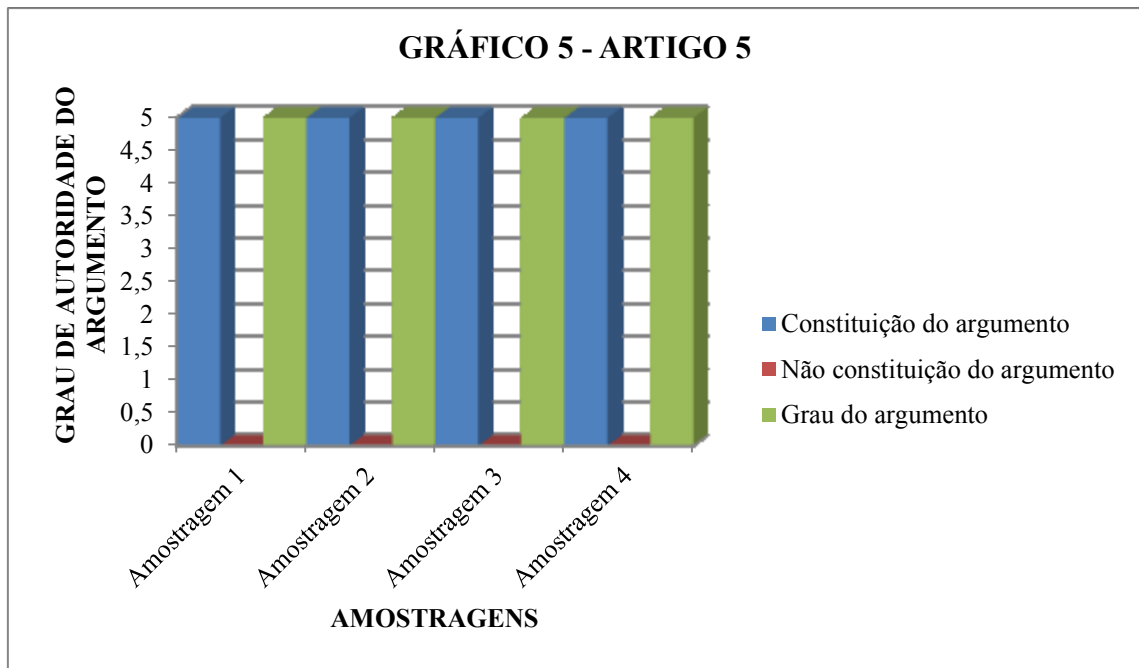
Art. 5/Amostragem 5.4

O retor 1 exemplifica o que seria o papel temático de um argumento, por meio da explicação de uma sentença que diz: “*João **quebrou o vaso com um martelo***”, o papel temático atribuído a *João* é o grupo de propriedades semânticas atribuídas a *João*, estabelecidas pelos acarretamentos decorrentes da proposição *João quebrar vaso com martelo*. A fim de comprovar o que foi exemplificado, o articulista cita Cançado, (2005, 28) retor 2:

O papel temático de um argumento, ou seja, a função semântica que determinado argumento exerce em uma sentença, é definido como sendo o grupo de propriedades atribuídas a esse argumento a partir das relações de acarretamentos estabelecidos por toda a proposição em que esse argumento encontra-se.

O que se percebe, ao analisar a citação é que na amostragem, há referência do argumento de autoridade, porque apresenta características do argumento, como: estar semanticamente associado ao assunto exemplificado pelo retor 1, ampliando o sentido do fragmento por utilizar uma citação que encerra o debate, possibilitando a identificação do grau alto de autoridade do argumento.

Quadro 5-resumo das análises do artigo 5



Autor: dados da pesquisa.

A partir da interpretação dos dados contidos no artigo 5, observa-se que, as seis (6) amostragens de citações estabelecem a função de argumento de autoridade, pois possuem todas as características de prova por autoridade. Acerca do grau de autoridade do argumento, verifica-se que há somente, a presença do grau alto, não havendo, portanto, referências aos graus baixo e médio.

ARTIGO 6

Art. 6/Amostragem 6

No artigo tomado para análise, intitulado **A linguística da enunciação: conceitos, concepções e teorias de Saussure, Benveniste e Jakobson**, o retor 1 se propõe apresentar a Linguística da Enunciação, analisando conceitos saussurianos que foram incorporados por essa teoria, bem como apresentando o pensamento, conceitos e ideias dos teóricos Benveniste

e Jakobson nesta perspectiva. O artigo apresenta um número total de (16) páginas, contendo (4) quatro citações analisadas.

Art. 6/Amostragem 6.1

O retor 1 apresenta conceitos das teorias saussurianas, bem como alguns conceitos de teóricos, tais como Benveniste e Jakobson. Na sequência, cita Flores (2008, p. 11) retor 2, quando afirma: “de maneira geral, as teorias da enunciação estudam as marcas do sujeito no enunciado e não o próprio sujeito”. Ao analisar a citação da amostragem, verificou que a citação do retor 2 concorda semanticamente com a ideia proposta pelo retor 1: “A linguística da enunciação”, diz-se que a citação apresenta características de prova de autoridade, porém, o que se observa, no tema abordado na citação não contempla, na totalidade, o assunto apontado pelo retor 1, ao indicar a teoria de todos esses teóricos, o que aponta para o grau médio de autoridade o argumento.

Art. 6/Amostragem 6.2

O retor 1 indica a abrangência da Linguística da Enunciação e define o que seria essa teoria, afirmando:

“Em amplo sentido, a Linguística da Enunciação abrange diversas correntes de estudo da língua que adotam a concepção de linguagem como processo de interação”. Nesse momento, ao tratar da caracterização que detém a perspectiva funcionalista em oposição a uma perspectiva formalista, o retor 1 cita Flores (2001 *apud* FLORES, 2008, p.107), quando diz:

A linguística da enunciação toma para si não apenas o estudo das marcas formais no enunciado, mas refere-se ao processo de sua produção: ao sujeito, tempo e espaço. A linguística da enunciação deve centrar-se no estudo das representações do sujeito que enuncia e não no próprio sujeito, objeto de outras áreas.

Percebe-se, portanto que na amostragem, a citação do retor 2 completa a discussão proposta pelo retor 1, atribuindo as características de prova necessárias para que seja

instaurado o argumento de autoridade, pois estabelece a noção de verossimilhança, a partir de uma afirmação comprovada por uma autoridade no assunto, estabelece uma coerência semântica entre o que foi dito pelo retor 1, possibilitando o reconhecimento do grau alto de autoridade do argumento.

Art. 6/Amostragem 6.3

O retor 1 traz uma abordagem acerca da comunicação, segundo a teoria de Jakobson, quando sugere: “Roman Jakobson teve mais de seiscentas publicações, estudando diversos temas, como o folclore, a poesia, a fonologia, a crítica literária, a aquisição de linguagem, as línguas do mundo, a patologia de linguagem”. Para ratificar essa afirmação, cita Flores e Teixeira (2008, p.22) retores 2:

Jakobson pode ser considerado um dos primeiros linguistas a pensar sobre as questões de enunciação, porque sua teoria das funções da linguagem e seu trabalho sobre os shifters são algumas das primeiras sistematizações que se tem em linguística sobre o lugar do sujeito na língua.

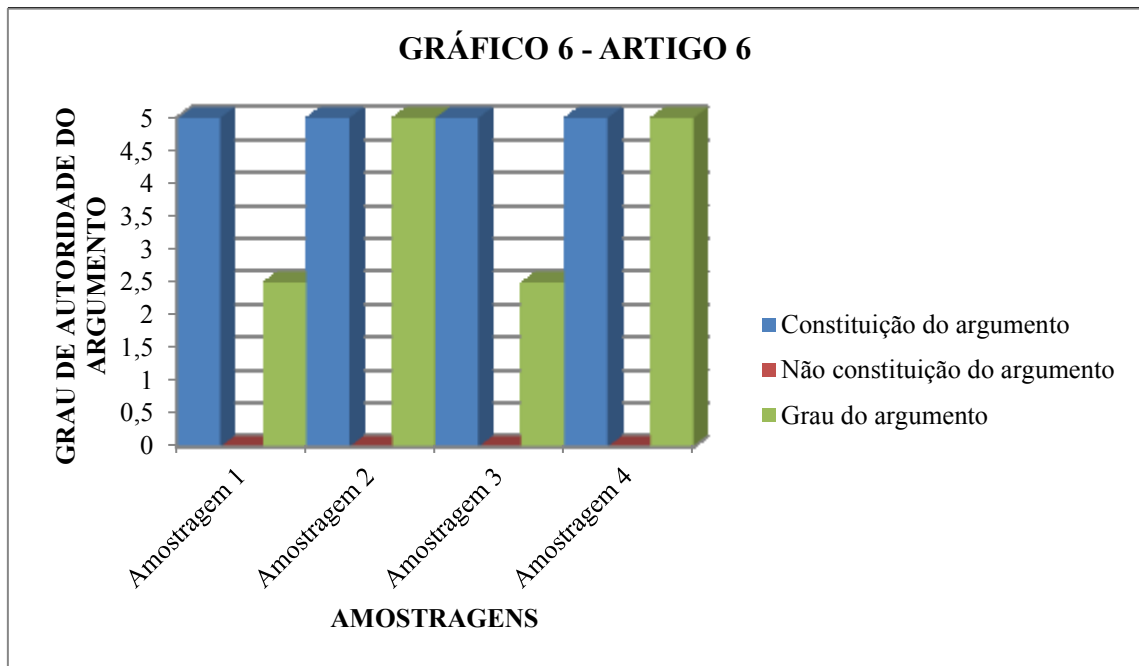
A amostragem constitui parcialmente o argumento de autoridade, por tangenciar o tema proposto na discussão, contemplando garantindo a constituição parcial do argumento de autoridade. Isso pode ser percebido quando o retor 1 discute a ideia de “os estudos de Jakobson terem tido muita repercussão a partir dos temas propostos”, opondo essa ideia à citação do retor 2 que trata da questão da enunciação”. Esse tangenciamento entre as ideias propostas assevera o grau médio de autoridade do argumento.

Art. 6/Amostragem 6.4

O retor 1 disserta acerca da teoria de Jakobson, explicando a função do pronome “eu” enquanto código da mensagem, afirmando: “No pronome “eu” tem-se aquilo que remete ao código e aquilo que remete à mensagem”. Para assegurar seu ponto de vista, cita Flores e Teixeira (2008), retores 2, quando diz: “o que conduz a que a teoria de Jakobson (enunciativa) é a presença do locutor no enunciado, pois, em relação ao índice, o ‘eu’ relacionado ao locutor remete à mensagem, ou seja, está em relação com a enunciação”.

A análise da amostragem aponta para o que é uma prova argumentativa de autoridade, quando estabelece uma coerência no sentido entre o que o retor 1 afirma: “um dos primeiros linguistas a pensar sobre as questões de enunciação” e a citação dos retores 2 “o que conduz a que a teoria de Jakobson (enunciativa) é a presença do locutor no enunciado”. Realizar essa união entre as ideias dispostas, instaura-se a noção de grau alto de autoridade do argumento.

Quadro 6-resumo das análises do artigo 6



Autor: dados da pesquisa.

Ao interpretar as informações contidas no quadro 6, verifica-se que as quatro (4) amostragens possuem a função de argumento de autoridade, não havendo ocorrências de artefatos, quando não ocorre o argumento de autoridade. No que se refere aos graus de autoridade, observa-se, pois a presença de dois níveis alto, nas amostragens 2 e 4, e nível médio em 1 e 3.

ARTIGO 7

Neste artigo, tomado para análise, intitula-se **Equivalências entre conceitos de Saussure, Benveniste e Jakobson e o processo comunicativo de reconhecimento e síntese de fala**, o retor objetiva verificar equivalências entre conceitos abordados por Saussure, Benveniste e Jakobson e o processo comunicativo de reconhecimento e síntese de fala. O artigo apresenta um número total de (11) onze páginas, contendo (8) oito citações analisadas.

Art. 7/Amostragem 7.1

O retor 1 apresenta uma ideia que aponta para a história dos estudos relacionados aos mecanismos de produção de fala, dizendo que, desde a antiguidade, o homem demonstrava interesse em desvendar os mecanismos de produção da fala, construindo máquinas dotadas dessa capacidade. E longe de constituir uma ameaça, tratou-se de um trajeto que muito contribuiu para o entendimento, através de reflexões tecnológicas e científicas, do que é mais humanamente característico: a capacidade de falar.

Com a intenção de validar o que foi dito acerca da história dos mecanismos de fala, o retor 1 cita Barbosa (2001, p. 52), retor 2, ao dizer: “A história da síntese da fala inicia-se com os sacerdotes gregos os quais para impressionar seus fiéis, utilizavam estátuas falantes de deuses e heróis míticos”.

Inicialmente, verificou-se na presente citação, a referência à síntese de fala ao ser utilizada pelos gregos. E na sequência da citação, aparece a referência a esses estudos, numa abordagem da comunicação científica no século XVIII, quando diz: “No século XVIII a comunidade científica continuou acalorando discussões filosóficas sobre a realização dos mecanismos de produção dos sons no intuito de criar um dispositivo que fosse capaz de simular a voz humana”.

Em virtude da coerência que segue na temática defendida pelo retor 1 ao discutir: “a história dos estudos relacionados aos mecanismos de produção de fala” e o assunto citado em retor 2, ao tratar da história da síntese, diz-se que há uma referência de argumento de autoridade, pois, ao conciliar o assunto disposto pelo retor 1 de modo coerente, objetivando

instaurar a noção de verossimilhança, portanto alongando o sentido do fragmento, reconhece-se que o grau de autoridade do argumento é alto.

Art. 7/Amostragem 7.2

O retor 1 afirma que existe a necessidade premente de informações que visem ao aperfeiçoamento dos sistemas computacionais automáticos prosódicos, dizendo:

Contribuir para o aperfeiçoamento de sistemas computacionais que realizam o processamento automático da fala, consiste inclusive no auxílio da melhoria da qualidade de vida de pessoas com necessidades especiais, tais como as com deficiência auditiva ou visual, uma vez que tanto o reconhecimento quanto a síntese de voz são importantes tecnologias assistivas.

Para embasar essa afirmativa, cita Crystal (1969, p.253) e Cagliari (1983, p.42), retores 2, quando dizem:

Vários trabalhos evidenciam a importância de se levar em consideração os elementos prosódicos (computacionais) durante a análise de eventos de linguagem, contudo, ainda não dispomos de uma descrição clara e completa do funcionamento do fenômeno suprasegmental nas línguas, apesar de sua importância.

Realizada a análise da amostragem, observa-se que quando o retor 1 discutiu acerca da necessidade premente de informações que visem ao aperfeiçoamento dos sistemas computacionais, insere uma citação que, pelo que se observa, constitui um argumento de autoridade, visto que a citação está associada semanticamente ao assunto proposto pelo retor 1 ao tratar da importância dos elementos prosódicos computacionais. Com isso, atribuindo-se o grau alto de autoridade do argumento, pois credibiliza a ideia discutida pelo retor 1.

Art. 7/Amostragem 7.3

O retor 1 disserta acerca da teoria de Saussure quando referencia a linguagem, afirmando que Saussure define a linguagem como uma capacidade humana cuja manifestação individual é a fala, e o produto social é a língua, sendo, portanto, impossível conceber uma sem a outra.

Para atribuir credibilidade à ideia apresentada, cita Martelotta et al (2012, p.116) retor 2: Saussure considera que “a língua é, ao mesmo tempo, o instrumento e o produto da fala.

Ao analisar a amostragem, verifica-se que há uma coerência semântica entre a ideia apresentada pelo retor 1: teoria de Saussure e o postulado no retor 2: acerca da definição de língua para Saussure”, fazendo com que a amostragem seja considerada um argumento de autoridade, isto é, torna válida a argumentação por citação, porque, insere a verossimilhança da informação transmitida, ratificando o grau de autoridade alto.

Art. 7/Amostragem 7.4

O retor 1 discute acerca da comunicação artificial e da grande capacidade de armazenamento de dados, afirmando que seria possível estabelecer uma comunicação, assim como os humanos, fazendo um questionamento sobre a comunicação transmitida pelas máquinas: “como então poderíamos conceber uma comunicação estabelecida entre humanos e máquinas?”

Para responder a essa pergunta, o retor 1 cita Saussure (2002, p.21) retor 2: “se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua”.

Na amostragem, o retor 1 discutiu acerca da “comunicação artificial”, lança uma problemática e obteve êxito na construção da autoridade por ligar essa ideia a um tema coerente semanticamente ao responder: “se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua” retor 2, respondendo, a partir da citação, isto é, ao comparar a linguagem humana e a capacidade de armazenamento de dados das máquinas, verifica-se que apresenta características do argumento, como: amplia o sentido do fragmento, busca eliminar a dúvida, fazendo com que o grau de autoridade do argumento seja alto.

Art. 7/Amostragem 7.5

O retor 1 apresenta uma ideia referente à teoria de Saussure, ao dizer: “Assim, Saussure aborda a dualidade entre significante (imagem acústica) e significado (conceito), duas faces indivisíveis do signo linguístico, além disso, o som não existe por si mesmo, trata-se de um instrumento do pensamento”.

Para ratificar essa afirmação, cita (SAUSSURE, 2002, p.16), retor 2: “o som, unidade complexa acústico-vocal, forma por sua vez, com a ideia, uma unidade complexa, fisiológica e mental”.

O que se percebe, logo, é que o retor 1 insere um argumento de autoridade, ao discutir sobre: “a dualidade entre significante e significado” fazer uso de uma citação que esclarece: “o processo comunicativo” retor 2, ampliando o sentido, retirando a dúvida. Acerca do grau de autoridade do argumento, diz-se que, por estabelecer uma coerência de sentido entre as partes constituintes da amostragem, estabelecendo uma noção de verossimilhança, atribui-se o grau alto.

Art. 7/Amostragem 7.6

O retor 1 aborda a teoria de Benveniste, ao tratar da enunciação, dizendo: “Influenciado por Saussure, Benveniste cria a Teoria da Enunciação, indo além de Saussure nos estudos sobre a fala, a produção do enunciado”. Em seguida, para reforçar a ideia apresentada, cita Normand (2012, p.14), retor 2: enquanto Saussure, em termos metodológicos prioriza o estudo da língua, recortando-a como objeto de análise, Benveniste, parte da análise formal, tal como foi preconizado por Saussure, atribuindo um lugar especial ao sentido e chega ao discurso.

Existe uma coerência entre a ideia discutida pelo retor 1: a influência de Saussure sobre Benveniste e o fragmento citado em retor 2: Benveniste, parte da análise formal, tal como foi preconizado por Saussure estabelecendo o argumento de prova de autoridade, pois aponta para a verossimilhança dos dados apontados e a teoria do autor citado, inserindo a noção de grau alto de autoridade do argumento, ou seja, atribuiu credibilidade ao fragmento e afastou a dúvida.

Art. 7/Amostragem 7.7

O retor 1 aborda uma discussão referente à comunicação jakobsoniana, que sugere uma estrutura capaz de transmitir uma ideia, levando em consideração todas as partes que compõem a mensagem, tais como: o remetente, o código e outros que são produzidos pelo enunciador da mensagem. Para isso, o retor 1 diz:

Ancorado na sua teoria da comunicação, Jakobson propõe algumas condições para que a mensagem enviada de um remetente a um destinatário seja compreendida. Em outras palavras, o contexto deve ser apreensível pelo destinatário, ele deve conhecer um conjunto de elementos relacionados ao momento da produção da mensagem, inclusive dados referentes ao assunto em pauta.

Na citação 7.7, o retor 1 abordou a teoria de Jakobson, ao passo que aborda as condições necessárias para que a mensagem seja bem estruturada a ponto de ser bem compreendida. Ainda, na mesma citação, posteriormente, o tema prossegue, ao afirmar, que é preciso que haja a presença da conversação.

“É preciso um código, um conjunto de signos convencionais que seja conhecido entre remetente e destinatário. Sendo um canal físico e uma conexão psicológica que possibilite a troca de informações”.

Na tentativa de ratificar essa afirmação, o retor 1 cita Jakobson (2003, p. 122-129) retor 2:

Estipulou seis funções da linguagem, a referencial que diz respeito ao contexto, a emotiva, que está centrada no remetente, a conativa que influencia o comportamento do destinatário, a fática que enfoca o canal, (...) e a poética que foca na forma da mensagem, projetando o eixo da seleção em relação ao da combinação dos elementos linguísticos.

Ao analisar a amostragem, verifica-se que é uma prova por autoridade por haver uma coerência semântica entre o assunto apresentado pelo retor 1: “à comunicação jakobsoniana” e cita retor 2: “seis funções da linguagem”. Com base nessa análise, observa-se que decerto o grau de autoridade do argumento é alto por instaurar a verossimilhança das ideias dispostas.

Art. 7/Amostragem 7.8

Ao tratar da seleção dos elementos linguísticos que serão utilizados nas pesquisas em Síntese de Fala, o retor 1 afirma: “A síntese de fala é feita pela equivalência semelhança ou dessemelhança, e não pelo caráter informacional desses elementos”.

A fim de complementar essa ideia, na sequência, o retor 1 discute que a máquina não possui certas características humanas, tais como: o psíquico e o fisiológico, fazendo necessária a interferência humana nesse processo de produção de fala mecânica.

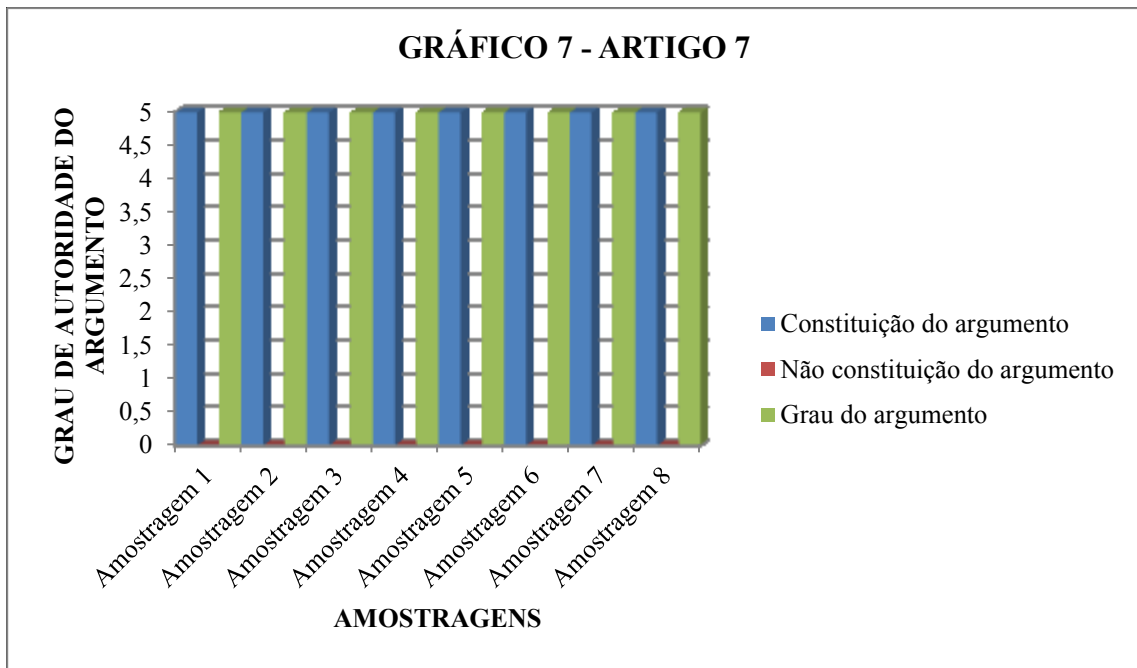
Mas, na interação aqui abordada, a máquina não dispõe dessa capacidade psíquica e fisiológica, daí a necessidade de ultrapassar o funcionamento mecânico e extrair de maneira eficiente informações do sinal de fala, de modo que um ouvinte humano não consiga perceber a diferença entre os dois.

Em seguida, na tentativa de justificar sua afirmação, parafraseia Barbosa (2001, p. 68) retor 2, ao citar: “Quando a pesquisa em Síntese de Fala conseguir obter a fala sintética com a naturalidade indistinta da humana, teremos entendido melhor o que e quem somos”.

A citação, inicialmente, trata da síntese de fala, ao propor a possibilidade de produzir fala sintética. Somando a isso, em seguida, a citação traz uma abordagem interdisciplinar em ciências Humanas e Naturais: “Além disso, trata-se de um lugar interdisciplinar, de reconciliação entre as disciplinas, entre as Ciências Humanas e Naturais, preenchendo lacunas criadas através de teorias e expandindo modelos de produção de fala como formas de explicação do falar”.

Quando o retor 1 compara: a linguagem humana e a capacidade de armazenamento de dados das máquinas, à citação do retor 2: “pesquisa em Síntese de Fala consegue obter a fala sintética com a naturalidade indistinta da humana”, há nesse fragmento, o argumento de autoridade por responder ao que é dito acerca da capacidade de armazenamento de dados, inserir a noção de verossimilhança das ideias, ampliar o sentido do fragmento por utilizar uma citação coerente semanticamente ao assunto, garantindo o grau alto de autoridade do argumento.

Quadro 7-resumo das análises do artigo 7



Autor: dados da pesquisa.

A interpretação dos dados do artigo 7 indicam que as oito (8) amostragens constituíram o argumento de autoridade, apontando para o nível alto de autoridade do argumento, pois contemplaram todas as especificidades desse argumento. Não havendo, portanto, casos de (artefatos) nem médio.

ARTIGO 8

No artigo tomado para análise, intitulado **A compreensão responsiva ativa no contexto da Educação de Jovens e Adultos**, o retor 1 reflete sobre a importância de se trabalhar a leitura na educação de Jovens e Adultos na perspectiva da compreensão ativa, a partir da contribuição da teoria bakhtiniana acerca de dialogismo e interação, apresentando um número total de onze (10) páginas e oito (8) citações analisadas.

Art. 8/Amostragem 8.1

O retor 1 defende a ideia de que o aluno da EJA se insere em um contexto educacional que tem suscitado inúmeras discussões e reflexões, sobretudo para tarefa de conhecer esses sujeitos, se situar em uma perspectiva micro quando se pensa em quem são e o que eles esperam. Acerca desse assunto, o articulista afirma: “Nessa perspectiva, linguagem é uma das habilidades que deve ser aprimorada”.

Para confirmar sua exposição cita Bakhtin (2003, p. 261) retor 2, que diz: “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem.”

A análise aponta para o uma prova por argumento de autoridade, porque apresenta semanticamente coerência com o tema proposto pelo retor 1: “linguagem como sendo uma das habilidades que deve ser aprimorada” e a citação em retor 2: “a linguagem enquanto atividade humana”, estabelecendo uma verossimilhança e ratificando o grau alto de autoridade do argumento.

Art. 8/Amostragem 8.2

O retor 1 afirma que, em se tratando de linguagem, “os alunos da Educação de Jovens e Adultos apresentam uma particularidade bem marcada pelas experiências já vivenciadas, necessitando, pois, que essa seja aprimorada para que eles possam atuar efetivamente como sujeitos”.

Para credibilizar seu ponto de vista, o retor 1 cita Goulart (2011, p.43), retor 2, quando diz:

os conhecimentos e os valores que construímos na vida cotidiana são muito fortemente arraigados em cada um de nós. Estão ligados às histórias de nossas famílias, de nossos grupos sociais, às nossas experiências no mundo, enfim, são povoadas de muitas visões de mundo, muitas palavras, muitas vozes, de várias origens, que dialogicamente se fundam no social, um social não homogêneo.

O retor 1 discute acerca “da postura dos alunos da Educação de Jovens e Adultos dizendo que esses alunos apresentam uma particularidade bem marcada pelas experiências já vivenciadas”, e em seguida, cita retor 2: “os conhecimentos e os valores que construímos na vida cotidiana”, constitui uma prova por argumento de autoridade, pois existe uma relação

coerente semântica entre as ideias dispostas em retor 1 e retor 2, atribuindo o grau alto de autoridade do argumento.

Art. 8/Amostragem 8.3

O retor 1 traz a ideia de que os alunos da EJA são sujeitos que podem atuar efetivamente em seus contextos sociais, articulando experiências sociais que já possuem com as novas experiências adquiridas.

Para validar essa afirmação acerca da atuação dos alunos da EJA, o retor 1 cita Bakhtin/Volochinov (2006, p.136-7), retor 2: “Qualquer tipo genuíno de compreensão deve ser *ativo*, deve conter já o germe de uma resposta. Só a compreensão ativa nos permite apreender o tema, pois a evolução não pode ser apreendida, senão com a ajuda de um outro processo evolutivo”.

Na primeira parte da citação, o retor 2 abordou a noção de compreensão ativa e na segunda parte, referencia o processo de compreensão a partir da palavra enunciada o que corrobora a produção de outra resposta (réplica).

Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica.

Ao comparar os postulados do retor 1: “o aluno da EJA enquanto sujeito de compreensão ativa” e a do retor 2: “Só a compreensão ativa nos permite apreender o tema, pois a evolução não pode ser apreendida”, diz-se que exerce a função de argumento de autoridade, constituindo uma prova argumentativa, pois contempla as especificações necessárias para constituir o argumento de autoridade por ser de autoria confiável, ser semanticamente coerente com o assunto proposto, reforçando a presença do grau alto de autoridade do argumento.

Art. 8/Amostragem 8.4

O retor 1 aborda o ambiente da sala de aula, afirmando que é espaço de constante diálogo e de interação, pode-se promover o aprimoramento desse tipo de compreensão, pois a escola é um ambiente de formação do sujeito.

Em seguida, insere uma citação de RANGEL (2007, p. 28): “é o espaço responsável pelo adentramento do sujeito em vivências tais que, necessariamente, viabilizem um projeto de compreensão de mundo”.

Ocorre o argumento de autoridade, porque confere credibilidade às afirmações do retor 1, ao abordar: “o ambiente da sala de aula” e a citação em retor 2: “é o espaço responsável pelo adentramento do sujeito em vivências”, pois ampliaram o sentido, retiraram a dúvida a partir da utilização coerente da citação, fazendo com que o grau do argumento de autoridade seja alto.

Art. 8/Amostragem 8.5

O retor 1 discute a ideia da Compreensão Responsiva Ativa, para isso, afirma: “A Compreensão Responsiva Ativa dá-se a partir do processo dialógico da comunicação humana entre os interlocutores envolvidos, ainda que não haja um interlocutor real”.

Na sequência da citação do retor 2, a noção de Compreensão Responsiva Ativa está para a ação que se desenvolve tanto na relação imediata, quanto na participação do outro no momento de fala ao afirmar: “ação esta que se desenvolve não somente na relação imediata dos interlocutores, mas também com o discurso do outro visto em outros momentos e outras formas na relação dialógica”.

Para ratificar isso, o retor 1 cita Bakhtin/Volochinov (2006):

esses autores afirmam que, todo ato de compreensão é uma resposta, onde o conceito de resposta é bem amplo, pois vai além do esquema de que para cada pergunta há uma resposta, mas na teoria bakhtiniana, resposta é toda atitude que o interlocutor apresenta ideologicamente a respeito do discurso em pauta.

Observa-se, portanto, que a amostragem analisada apresenta as características de prova por autoridade, pois quando o retor 1 discute “a ideia da Compreensão Responsiva Ativa” e na sequência, cita o retor 2 “todo ato de compreensão é uma resposta”, estabelece a

confiança ao citar uma comprovação, insere a noção de coerência e indica um grau alto de autoridade do argumento.

Art. 8/Amostragem 8.6

O retor 1 discute acerca do contexto da Educação de Jovens e Adultos, afirmando: “a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é caracterizada pela oferta de educação para pessoas com experiências diferenciadas de vida e de trabalho.

Na afirmação do retor 1, verifica-se que, inicialmente, há uma preocupação em caracterizar a Educação de Jovens e Adultos, cuja base da discussão é a experiência que as pessoas inseridas, nesse processo de aprendizagem, trazem consigo. Em seguida, apresenta essa modalidade de ensino processual ao longo da vida: “Constitui-se como uma modalidade da Educação Básica que garante a jovens e adultos o direito a formar-se na especificidade de seu tempo humano e assegura-lhes permanecer e continuar seus estudos ao longo da vida”.

Depois, confirma sua ideia citando o Caderno do MEC (2007, p.23), retor 2: “[...] os programas de EJA têm sido crescentemente procurados por um público heterogêneo, cujo perfil vem mudando em relação à idade, expectativas e comportamento”.

Na primeira parte dessa citação, a discussão aponta para o crescimento no público que procura essa modalidade de ensino, por permitir a presença de um público heterogêneo.

Trata-se de um jovem ou adulto que historicamente vem sendo excluído, quer pela impossibilidade de acesso à escolarização, quer pela sua expulsão da educação regular ou mesmo da supletiva pela necessidade de retornar aos estudos.

A segunda parte da citação tratou do público que esteve sendo excluído da escola, mas que, por outro lado, pode se inserir na modalidade EJA, sobretudo pela necessidade de voltar à escola.

Não é só o aluno adulto, mas também o adolescente; não apenas aquele já inserido no mercado de trabalho, mas o que ainda espera nele ingressar; não mais o que vê a necessidade de um diploma para manter sua situação profissional, mas o que espera chegar ao ensino médio ou à universidade para ascender social e profissionalmente.

Por fim, a terceira parte da citação mostrou que a necessidade de retomar os estudos se deu por haver diversas circunstâncias, tais como: o mercado de trabalho, a necessidade de um diploma, e outras.

A análise da amostragem aponta para a existência do argumento de autoridade, pois o assunto proposto está semanticamente coerente entre as ideias apresentadas pelo retor 1

que discutiu: “contexto da Educação de Jovens e Adultos” e o que foi citado em retor 2: “os programas de EJA têm sido crescentemente procurados por um público heterogêneo”. Essa adequação indica o grau alto de autoridade.

Art. 8/Amostragem 8.7

O articulista referencia o processo de alfabetização de jovens e adultos por parte do professor, atuando na modalidade da EJA, o qual deve conhecer as relações sociais onde os alunos estão inseridos e, para desenvolver habilidades que eles precisam, deve explorar diversas situações de seu cotidiano em sala de aula e o aprimoramento da compreensão ativa nesse contexto tem grande relevância.

Na sequência, o retor 1 cita Freire (2002, p. 58), retor 2, quando diz: “Para ser um ato de conhecimento, o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo”.

A amostragem apresenta as características de prova, constituindo um argumento de autoridade, quando o retor 1 diz: “o processo de alfabetização de jovens e adultos por parte do professor” estabelece a confiança, ao citar retor 2 que tratou: “o processo de alfabetização entre educador e educando”, dessa forma, há uma correlação semântica entre o que foi dito pelo retor 1 e o citado em retor 2, reforçando o grau alto do argumento de autoridade.

Art. 8/Amostragem 8.8

O articulista disserta sobre o processo, de escolarização/alfabetização”, afirmando:

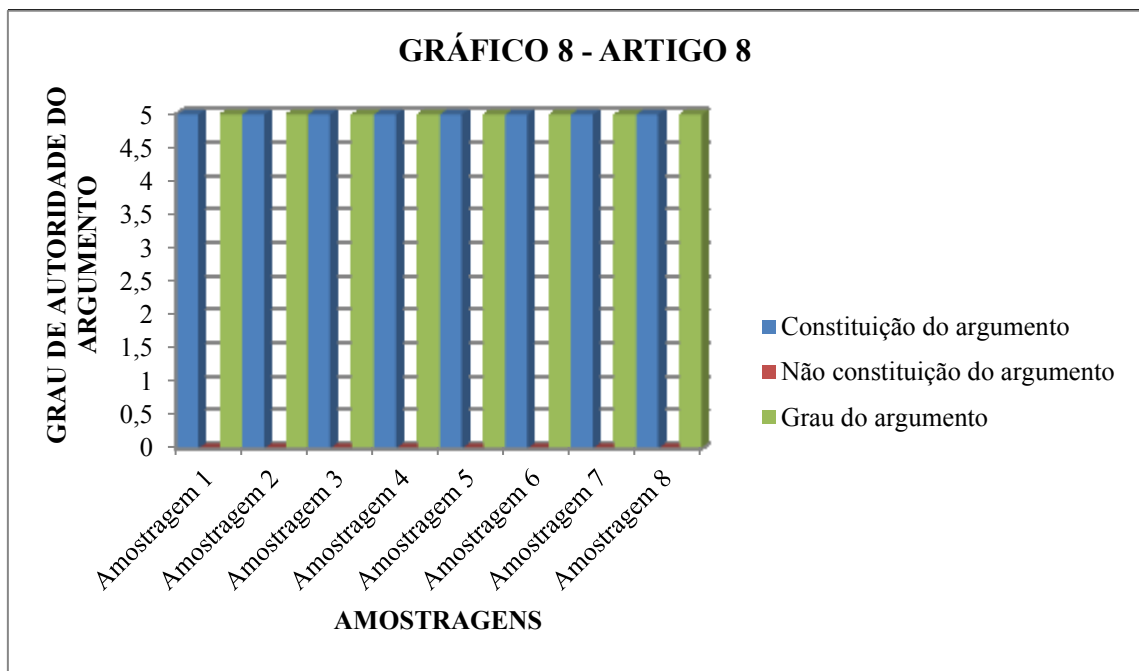
A alfabetização não representa o simples ato de ensinar a ler e a escrever, pois isto já não se constitui como necessidade primordial de convivência, mas alfabetização representando letramento, ou seja, fazer uso da leitura e da escrita de modo efetivo em contextos historicamente situados, compreendendo para agir responsivamente.

Para ratificar essa afirmação, cita Rojo (2010, p. 200) retor 2: “a escolarização é esperança, e letramentos os meios que todos podem e devem ter para a conquista de um mundo melhor”.

Ao analisar a amostragem, diz-se que é uma prova por autoridade, por haver dentre outras características de prova argumentativa por autoridade, uma coerência semântica entre o assunto discutido pelo retor 1: “a alfabetização não representa o simples ato de ensinar a ler e a escrever,” e pela citação do retor 2: “A escolarização é esperança, e letramentos os meios que todos podem e devem ter para a conquista de um mundo melhor”.

Com base nesses dados analisados, pode-se dizer que o grau de autoridade do argumento é alto, pois instaurar a verossimilhança das ideias dispostas e outras características.

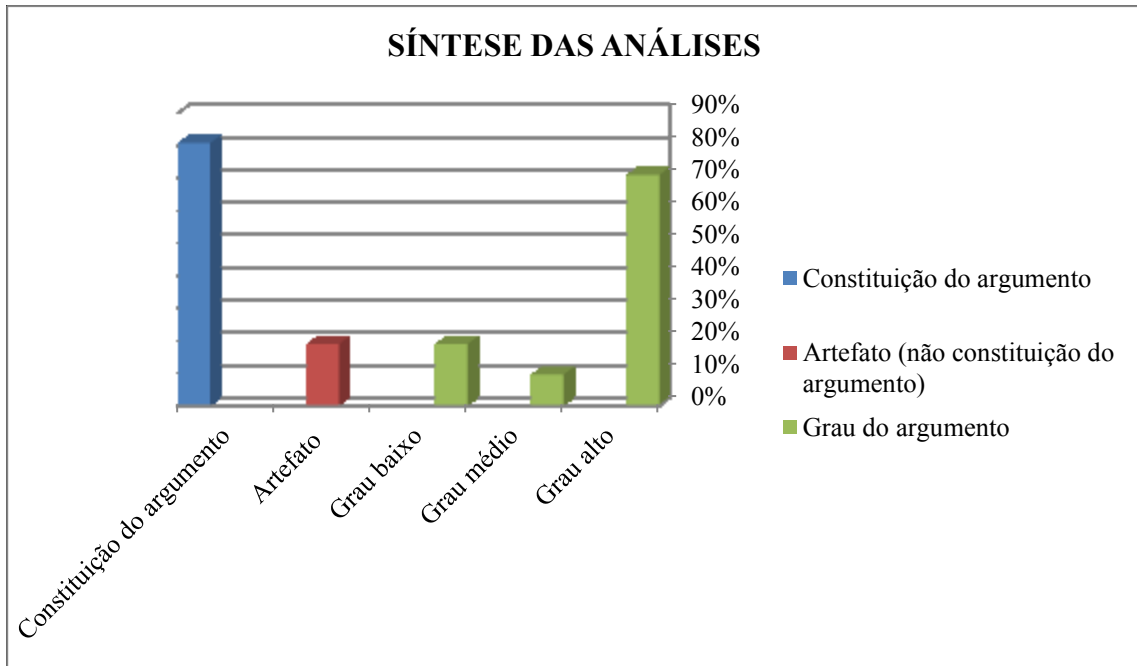
Quadro 8 -resumo das análises do artigo 8



Autor: dados da pesquisa.

As informações contidas nos gráficos das amostragens mostraram os casos em que ocorreram ou não o argumento de autoridade nas amostragens, bem como o grau em que cada amostragem se enquadrou. A esse respeito, em síntese, segue um último gráfico explicativo onde, de maneira geral, ratificam-se o percentual das informações explicitadas nas análises dos oito (8) gráficos.

Quadro 9 -resumo das análises do artigo 9



Autor: dados da pesquisa.

No que diz respeito ao argumento de autoridade, o quadro-síntese indica os percentuais da ocorrência, da não ocorrência do argumento (artefato) e os referidos graus de autoridade. Esse quadro revela as seguintes informações: 52 amostragens com citações constituem 100% dos dados analisados. Desse total, 81% das amostragens constituem argumento de autoridade e 19% são artefatos.

No que se refere ao grau de autoridade do argumento, 71% das amostragens, isto é, 37 citações possuem grau alto, 10% que correspondem às cinco (5) amostragens que indicam o grau médio, e 19% referenciam as 10 amostragens com grau baixo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A citação no gênero textual/discursivo artigo científico é utilizada como um recurso retórico que contribui para instaurar a confiabilidade no auditório (leitor) acerca do que se pretende confirmar por meio da função persuasiva do discurso, e o fragmento citado liga-se a uma ideia anterior para constituir a função retórica de argumento de autoridade. Neste trabalho, o estudo da citação se constitui a partir da utilização adequada da experiência de um especialista, o que leva a entender, portando, a sua validação enquanto prova argumentativa.

Para o estudo da citação enquanto prova argumentativa, tomaram-se os critérios estabelecidos por Plantin (2008), ao afirmar que uma prova argumentativa deve, dentre outras características, estabelecer a verdade de um fato ao integrar-se em um discurso coerente, sendo a prova, relativamente evidente, vislumbra-se ampliar e estabilizar os conhecimentos apresentados pelo retor 1, ao imprimir uma ideia de confiança pela verossimilhança das informações citadas, o que torna possível encerrar um debate.

Acerca das análises realizadas, verificou-se que nos artigos analisados, os articulistas (retores 1) utilizaram muitas citações, constituindo o argumento de autoridade, em um alto grau de complexidade, isto é, de boa assimilação do argumento de autoridade. Essa informação pode ser comprovada pelo fato de terem sido analisadas 52 amostragens com citações. Destas, 42 constituíram o argumento de autoridade, diz-se isso, ao constatar a presença das características de prova apresentadas na metodologia e no diálogo com a teoria adotada ao tratar da argumentação.

Das demais amostragens analisadas, associam-se aquelas 10 restantes, que não contemplaram o argumento de autoridade (artefato). Isso revela a não absorção do conteúdo que forma o argumento de autoridade, razão que se assevera por não conter as características argumentativas de que se espera em uma citação, pois, dentre outras características, não mantiveram as relações de sentido estabelecidas, isto é, não havia uma correlação semântica apropriada entre a ideia proferida pelo retor 1 (articulista) e o que foi citado em retor 2 (autoridade), na tentativa de estabelecer a confiabilidade nas amostragens que contiveram a citação.

Apesar de o número maior ter sido relativo à absorção do argumento de autoridade, disso se pode inferir: a) a falta de domínio do conteúdo do retor 2 pelo retor 1, mostra talvez, a ausência de circulação no assunto em discussão, b) aparece uma incidência

maior nas de autoridade citadas em detrimento das do articulista, c) há a portabilidade da ideia de artefato⁶ na citação, embora não tendo sido com grande evidência. A noção de artefato, aqui referenciada aponta para uma aplicação mecânica de uma citação, quando não há uma busca pela comprovação do que se diz.

Com isso, verifica-se que de modo geral, as citações, no gênero artigo científico, devem ser empregadas, na tentativa de construir uma ideia verossímil, refletindo o caráter confiável do retor 1 em detrimento das expectativas do auditório. Nessa linha argumentativa, identificou-se a relevância dos graus de autoridade desse argumento, ao mostrar que há um padrão a ser seguido para melhor atingir o potencial argumentativo que se espera numa argumentação por autoridade no gênero de cunho acadêmico. Dessa forma, acredita-se que as citações quando, adequadamente empregadas, no gênero artigo científico, cumprem a função persuasiva esperada.

Com ênfase na teoria argumentativa, pôde-se observar que um argumento exerce a função retórica por se estruturar em torno de uma prova confirmativa de exemplo, que diferentemente da demonstração, não consegue contemplar com propriedade as especificidades de uma prova argumentativa. Diz-se isso por haver na demonstração uma possibilidade de lançar ideias soltas em uma discussão, diferentemente do que se espera de um exemplo, que deve ser utilizado para assegurar uma experiência comprovada por alguém, a fim de ratificar uma ideia.

Assim, o estudo do argumento apontou para o que foi chamado de critérios de validação da prova, servindo isso para a análise das cinquenta e duas (52) citações encontradas, nos oito (8) artigos analisados, o que possibilitou a busca de uma correlação semântica entre as partes que constituíram a amostragem, a ampliação do sentido das ideias dispostas, a instauração de uma noção de verossimilhança, o afastamento da dúvida e o encerramento de uma discussão.

Somando a esses dados, observou-se, ainda o grau de autoridade do argumento em cada amostragem de citação. A referência ao grau de autoridade do argumento, acredita-se ser uma contribuição desse trabalho, posto que é uma categoria que surgiu a partir da necessidade de medir o nível de autoridade do argumento, em outras palavras, notou-se que, até então, não se tinha conhecimento de um grau que medisse o nível de argumentatividade de uma prova por exemplificação de autoridade.

⁶ Entende-se o termo artefato à amostragem que contém a citação, não contemplando as características do argumento.

Quanto ao referido grau, diz-se haver três (3) níveis de reconhecimento, sendo eles: baixo, com ocorrência de dez (10) amostragens quando não contemplaram as especificidades de que se esperam de uma prova; grau médio contendo cinco (5), quando contempla parcialmente essas necessidades de validação de uma prova, pois no grau médio, é possível identificar um tangenciamento da ideia disposta ou mesmo por não conter na citação todas as ideias referenciadas pelo retor 1. E por fim, a referência ao grau alto com 37 ocorrências por considerar que este grau apresenta uma discussão cuja base é uma argumentação verossímil, menos previsível, estando associada semanticamente ao assunto proposto na discussão e outros.

Acerca dos conhecimentos retóricos, buscou-se a referência de alguns elementos que estiveram associados à pesquisa em foco, tais como: as funções retóricas mostram o uso da citação que induz à presença de uma função persuasiva do discurso; a função hermenêutica por haver a necessidade de interpretar os dados das amostragens; a função pedagógica por sugerir que há uma ordem para a utilização da citação, quando esta necessitar ser inserida para comprovar algo que tenha sido apresentado anteriormente, e a função heurística quando se busca encontrar uma nova informação, ou mesmo a constituição de uma informação importante para ampliar a ideia do retor 1.

Ainda em relação aos conhecimentos retóricos, buscou-se referenciar o aspecto textual, tanto do gênero artigo científico, enfatizando o aspecto composicional de uso desse gênero no meio acadêmico, como também as considerações acerca da citação enquanto recurso textual que apresenta aspectos de coerência e de coesão como aparece em paráfrases, contextualizando o assunto discutido pelos retores 1 e 2.

Esses dados são relevantes por estabelecerem um padrão de qualidade das amostragens, em que a citação serviu de base para instaurar a presença do argumento de autoridade nos textos acadêmicos, observando que a descrição da teoria mostrou que a citação não deve ser inserida sem que cumpra o objetivo argumentativo de prova a que se destina. Assim, ao afirmar que uma autoridade pode validar uma argumentação, leva-se em consideração o prestígio do especialista que, por sua vez, serve de base retórica para instaurar a prova de que se vale o retor, a fim de garantir sua afirmação.

As características de prova argumentativa que nortearam as análises possibilitaram a obtenção de um resultado mais preciso das amostragens, presentes nos artigos científicos analisados. Desse modo, para chegar a essa conclusão, fez-se preciso adotar uma teoria que contemplasse tanto os aspectos retórico/argumentativos, quanto aqueles de natureza textual, utilizados na identificação das características do gênero acadêmico estudado.

Para subsidiar o processo de pesquisa, buscou-se uma metodologia qualitativa e quantitativa que contemplem as necessidades do trabalho, tais como: a identificação e escolha da teoria adotada, a descrição, a interpretação, o processamento de coleta dos dados e das informações obtidas durante os resultados das análises nas amostragens.

Essa metodologia contribuiu significativamente para o desenvolvimento de todas as etapas de construção da dissertação do trabalho, porque mostrou ser possível sua realização, observando as fases da sua realização tais como: a leitura minuciosa dos textos relacionados à retórica/argumentação e à textualidade, bem como a melhor estratégia de identificação, escolha, coleta e interpretação do corpus de pesquisa.

Tornou-se possível responder aos questionamentos feitos no início do trabalho relacionados às citações na tentativa de criar-se argumento de autoridade, possibilitando daí a existência de graus dessa autoridade, a fim de cumprir a função persuasiva da linguagem.

Este trabalho defende a ideia de que os mecanismos escolhidos para a realização das análises das amostragens pôde contribuir significativamente para o estudo da citação em gêneros de cunho acadêmico, a exemplo do artigo científico. Assim, acredita-se, portanto, que a relevância desse trabalho se deu por ratificar uma discussão acerca da utilização adequada da citação no ato constitutivo do argumento de autoridade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé (2005) **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola Editorial.
- ARAUJO, Don Luis de Mata Araujo. **Retórica i Poética dela estinguida** Real Casa de Caballeros Pages de S. M., i actualmente de Literatura em los Estudios Nacionales de S. Isidro, Director de la Academia Nacional Greco-latina. 6ª ed. Madrid, 1845.
- ARISTÓTELES. **Retórica**, 2ª edição, revista, Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Departamento Editorial da INCM). Revisão do texto: Levi Condinho, 2005.
- BAWARSHI, Anis S. **Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino/** Anis S. Bawarshi, Mary Jo Reiff; tradução Benedito Gomes Bezerra... [et al.].-1. ed. São Paulo: Parábola, 2013.
- BAUER, M.; AARTS, B. **A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos**. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 39-63.
- BAZERMAN, Charles. **Gênero, agência e escrita /** Charles Bazerman; Judith Chambliss Hoffnagel, Angela Paiva Dionísio (organizadoras); tradução e adaptação Judith Hoffnagel.- São Paulo: Cortez, 2006.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Pratices Hall, 2004.
- COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais/** Sérgio Roberto Costa. 2 ed. rev. Amp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- DIONÍSIO, Ângela Paiva; HOFFNAGEL, Judith Chambliss. **Gênero textual, agência e tecnologia: estudos /** Ângela Paiva Dionísio, Judith Chambliss Hoffnagel (organizadoras); [tradução de textos para o português Judith Hoffnagel]. – São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- FLICK, **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Uwe Flick; trad. Sandra Netz. – 2. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2004.
- HOFFNAGEL, Judith C. Hoffnagel. **A prática de citação em trabalhos acadêmicos**. In. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 10/ 1/ 2009.

_____. **Argumentação em teses e dissertações**: versos introdutórios às citações. In XVIII Conic e II Coniti. UFPE/CTG – 24 a 26/11/2010.

KOCH, Ingedore. **Introdução à Linguística Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore. **Linguagem e persuasão**. Ingedore Villaça Koch. Cortez Editora, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO et aliae (orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucena, 2002, p. 19-36.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268 p.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamento, resumos, resenhas. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2000. 237p.

MEYER, Bernard. **A arte de argumentar**: com exercícios corrigidos/ Bernard Meyer; tradução Ivone C. Benedetti. – São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

MEYER, Michel, – **A retórica**/ Michel Meyer; revisão técnica Lineide Salvador Mosca; tradução Marly N. Peres. – São Paulo: Ática, 2007.

MEYER, Michel, – **Questões de retórica**: Linguagem, Razão e Sedução / Michel Meyer; revisão técnica Lineide Salvador Mosca; tradução Marly N. Peres. – São Paulo: Ática, 2007.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa** / Daniel Augusto Moreira. – São Paulo: Pioneira, 2002.

MUELLER. **O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico**: tópicos para estudo. Ciência da informação, Brasília, v.23, n.3 p.309-317, 1994.

PERELMAN, Chaïm. **Retóricas**/ Chaïm Perelman; tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. – São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERELMAN, Chaïm - **Tratado da Argumentação**: a nova retórica/Chaïm Perelman, Lucie Olbrechts-Tyteca; tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. Revisão de tradução Eduardo Brandão 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1996.

- PERELMAN, The new encyclopaedia britannica. **Rhetoric**. Chaïm Perelman). 1986. Vol. 26.
- PLANTIN, Christian. **A argumentação**. Cristian Plantin; tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- PRICE. **O desenvolvimento da ciência**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1976. p. 96.
- REBOUL, Oliver. **Introdução à Retórica**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- RIBEIRO, N. B. **A paráfrase**: uma atividade argumentativa. 2001. 159f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- SANTOS E MELO, **Retórica e análise da conversação**: um encontro possível em gêneros discursivos / Deywid Wagner de Melo, Maria Francisca Oliveira Santos, organizadores. – Maceió: EDUFAL, 2011. 235 p. il.
- SILVEIRA, Maria Inez Matoso. **Análise de gênero textual**: concepção sócio-retórica/ Maria Inez Matoso Silveira. – Maceió: EDUFAL, 2005.
- SOUSA, Américo. **A persuasão** / Américo de Sousa. Beira Interior Covilhã, 2001. Serviço Gráfica da Universidade da Beira.
- SOUZA, VIDOTTI, FORESTI. **Critérios de qualidade em artigos e periódicos científicos**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v16n1/06.pdf>. Acesso em: 11 de dezembro de 2014. P. 71-89.
- SWALES, J. M. **Genre analysis**: English in academic and researching settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TOULMIN, Stephen Edelston. **Os usos do argumento** / Stephen Toulmin; tradução de Reinaldo Guarany. -2ª ed.- São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- ZIMAN J. **Conhecimento público**. São Paulo: Itatiaia 1979. 163 P.

LISTA DE TABELAS

TABELA 2 - TÍTULO DOS ARTIGOS COLETADOS

Artigo 1 – ABORDAGENS E CONCEITOS DA SOCIOLINGÜÍSTICA
Artigo 2 – ENSAIO SOBRE PAPÉIS TEMÁTICOS
Artigo 3 – UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA SÚMULA 385 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ
Artigo 4 – CONTROVÉRSIAS EPISTEMOLÓGICAS EM LINGÜÍSTICA: O LEGADO DE SAUSSURE NA BERLINDA
Artigo 5 – CONCEPÇÃO DE LÍNGUA, GÊNERO E DIALOGISMO: UMA REFLEXÃO DO ENSINO DA LÍNGUA À LUZ DO CÍRCULO DE BAKHTIN
Artigo 6 – DA CONCEPÇÃO DE LÍNGUA COMO ESTRUTURA A UM OBJETO DE ESTUDO NOS NÍVEIS FONÉTICOS E FONOLÓGICOS
Artigo 7 – A SEMÂNTICA NAS GRAMÁTICAS ESCOLARES
Artigo 8 – UM PASSEIO PELAS CONCEPÇÕES FUNDAMENTAIS DA MORFOLOGIA
Artigo 9 – LETRAMENTO: DESAFIO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA
Artigo 10 – EQUIVALÊNCIAS ENTRE CONCEITOS DE SAUSSURE, BENVENISTE E JAKOBSON E O PROCESSO COMUNICATIVO DE RECONHECIMENTO E SÍNTESE DE FALA
Artigo 11 – LINGÜÍSTICA APLICADA CONTEMPORÂNEA
Artigo 12 - LETRAMENTOS E MODERNIDADE(S)
Artigo 13 – A LÍNGUA PARA SAUSSURE, BENVENISTE, JAKOBSON E BAKHTIN: CONCORDÂNCIAS E DIVERGÊNCIAS – PONTOS DE VISTA E OBJETOS
Artigo 14 – SELEÇÃO E COMBINAÇÃO <i>VERSUS</i> RELAÇÕES ASSOCIATIVAS E SINTAGMÁTICAS: O ESTUDO DA METÁFORA EM MANCHETES
Artigo 15 – ANÁLISE DA IDENTIDADE DO PROFESSOR SOB AS PERSPECTIVAS DE BAUMAN E GIDDENS
Artigo 16 – O PROCESSAMENTO DE SENTENÇAS AMBÍGUAS DO PORTUGUÊS FALADO NO BRASIL À LUZ DE SAUSSURE, BENVENISTE E JAKOBSON
Artigo 17 – ESTRATÉGIAS RETÓRICO-DISCURSIVAS DE ENVOLVIMENTO NO GÊNERO DISCURSIVO FÓRUM PERMANENTE: UMA ANÁLISE NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)
Artigo 18 – AS MARCAS DE <i>ESTILO</i> NUMA PERSPECTIVA BAKHTINIANA EM PRODUÇÕES DE ARTIGOS DE OPINIÃO DE ALUNOS NO CURSO DE LETRAS
Artigo 19 – O ESTATUTO DA LINGÜÍSTICA COMO CIÊNCIA A PARTIR DA TEORIA SAUSSURIANA DO SÉCULO XX
Artigo 20 - A COMPREENSÃO RESPONSIVA ATIVA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Artigo 21 – A LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO: CONCEITOS, CONCEPÇÕES E TEORIAS DE SAUSSURE, BENVENISTE E JAKOBSON
Artigo 22 – A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE LINGUAGENS MULTIMODAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

TABELA 3 – ARTIGOS PRODUZIDOS POR MESTRANDOS

Artigo 1- DA CONCEPÇÃO DE LÍNGUA COMO ESTRUTURA A UM OBJETO DE ESTUDO NOS NÍVEIS FONÉTICOS E FONOLÓGICOS
Artigo 2 - A SEMÂNTICA NAS GRAMÁTICAS ESCOLARES
Artigo 3- UM PASSEIO PELAS CONCEPÇÕES FUNDAMENTAIS DA MORFOLOGIA
Artigo5- LETRAMENTO: DESAFIO DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA
Artigo 6- LINGUÍSTICA APLICADA CONTEMPORÂNEA
Artigo 7- LETRAMENTOS E MODERNIDADE(S)
Artigo 8- A LÍNGUA PARA SAUSSURE, BENVENISTE, JAKOBSON E BAKHTIN: CONCORDÂNCIAS E DIVERGÊNCIAS – PONTOS DE VISTA E OBJETOS
Artigo 9- SELEÇÃO E COMBINAÇÃO <i>VERSUS</i> RELAÇÕES ASSOCIATIVAS E SINTAGMÁTICAS: O ESTUDO DA METÁFORA EM MANCHETES
Artigo 10- ANÁLISE DA IDENTIDADE DO PROFESSOR SOB AS PERSPECTIVAS DE BAUMAN E GIDDENS
Artigo 11- A COMPREENSÃO RESPONSIVA ATIVA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Artigo 12- A LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO: CONCEITOS, CONCEPÇÕES E TEORIAS DE SAUSSURE, BENVENISTE E JAKOBSON
Artigo 13- A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE LINGUAGENS MULTIMODAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

TABELA 4 –ARTIGOS PRODUZIDOS PELOS DOUTORANDOS

Artigo 1 – ABORDAGENS E CONCEITOS DA SOCIOLINGUÍSTICA
Artigo 2 – ENSAIO SOBRE PAPÉIS TEMÁTICOS
Artigo 3 – UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA SÚMULA 385 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ
Artigo 4 – CONTROVÉRSIAS EPISTEMOLÓGICAS EM LINGUÍSTICA: O LEGADO DE SAUSSURE NA BERLINDA
Artigo 5 – CONCEPÇÃO DE LÍNGUA, GÊNERO E DIALOGISMO: UMA REFLEXÃO DO ENSINO DA LÍNGUA À LUZ DO CÍRCULO DE BAKHTIN
Artigo 6 – EQUIVALÊNCIAS ENTRE CONCEITOS DE SAUSSURE, BENVENISTE E JAKOBSON E O PROCESSO COMUNICATIVO DE RECONHECIMENTO E SÍNTESE DE FALA
Artigo 7 – O PROCESSAMENTO DE SENTENÇAS AMBÍGUAS DO PORTUGUÊS FALADO NO BRASIL À LUZ DE SAUSSURE, BENVENISTE E JAKOBSON
Artigo 8 – ESTRATÉGIAS RETÓRICO-DISCURSIVAS DE ENVOLVIMENTO NO GÊNERO DISCURSIVO FÓRUM PERMANENTE: UMA ANÁLISE NO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)
Artigo 9 – AS MARCAS DE <i>ESTILO</i> NUMA PERSPECTIVA BAKHTINIANA EM PRODUÇÕES DE ARTIGOS DE OPINIÃO DE ALUNOS NO CURSO DE LETRAS
Artigo 10 – O ESTATUTO DA LINGUÍSTICA COMO CIÊNCIA A PARTIR DA TEORIA SAUSSURIANA DO SÉCULO XX

TABELA 5 –ARTIGOS ANALISADOS, PRODUZIDOS POR MESTRANDOS

Artigo 1- A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE LINGUAGENS MULTIMODAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
Artigo 2- ANÁLISE DA IDENTIDADE DO PROFESSOR SOB AS PERSPECTIVAS DE BAUMAN E GIDDENS
Artigo 3- A SEMÂNTICA NAS GRAMÁTICAS ESCOLARES
Artigo 4- A LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO: CONCEITOS, CONCEPÇÕES E TEORIAS DE SAUSSURE, BENVENISTE E JAKOBSON
Artigo 5- A COMPREENSÃO RESPONSIVA ATIVA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

TABELA 6 –ARTIGOS ANALISADOS, PRODUZIDOS POR DOUTORANDOS

Artigo 1- O PROCESSAMENTO DE SENTENÇAS AMBÍGUAS DO PORTUGUÊS FALADO NO BRASIL À LUZ DE SAUSSURE, BENVENISTE E JAKOBSON
Artigo 2- ENSAIO SOBRE PAPÉIS TEMÁTICOS
Artigo 3- EQUIVALÊNCIAS ENTRE CONCEITOS DE SAUSSURE, BENVENISTE E JAKOBSON E O PROCESSO COMUNICATIVO DE RECONHECIMENTO E SÍNTESE DE FALA

ANEXOS

(ARTIGOS ANALISADOS POR ORDEM DE ANÁLISE)⁷

⁷ Os artigos analisados não sofreram alterações estruturais tais como: tamanho da fonte, tipo de fonte, espaçamento e alinhamento de parágrafos etc. No entanto, para manter a integridade das informações contidas, fez-se necessário retirar o nome dos articulistas para manter a fidelidade dos dados contidos nos artigos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA
FACULDADE DE LETRAS – FALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA – PPGLL
MESTRADO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

**A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE LINGUAGENS MULTIMODAIS NO CONTEXTO
DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Maceió/AL

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA
FACULDADE DE LETRAS – FALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA – PPGLL
MESTRADO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

**A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE LINGUAGENS MULTIMODAIS NO CONTEXTO
DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Trabalho solicitado pelo Professor Dr. Paulo Rogério Stella, como requisito para aprovação na disciplina “Linguagens e Tecnologias da Informação”, no Curso de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

Maceió/AL

2014

A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE LINGUAGENS MULTIMODAIS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

RESUMO

Um indivíduo alfabetizado, não necessariamente, é um indivíduo letrado. Um indivíduo letrado faz uso da prática de leitura e escrita no contexto social como forma de inserir-se nos mais variados segmentos, em uma prática de releitura e reescrita. A sociedade contemporânea se apresenta para o sujeito com novas e constantes exigências que incidem sobre a função social da escola em seu processo de ensino e aprendizagem. Os textos se apresentam para o sujeito de diversos modos, o que exige da escola a utilização de práticas de letramento também multimodais, no intuito de melhor contribuir com o letramento desses alunos no seu cotidiano. A Educação de Jovens e Adultos apresenta algumas peculiaridades que devem ser conhecidas e consideradas no processo de ensino e aprendizagem, principalmente no que se refere à utilização da linguagem. Na tentativa de construir um diálogo entre a significação e representação textual no contexto de EJA, este trabalho faz referência à importância da utilização de linguagens multimodais no contexto de EJA. O trabalho está dividido em quatro partes, a primeira procura situar quem são os alunos de EJA; a segunda aborda a temática compreensão leitora; a terceira reafirma o que é e como se dá o letramento e a quarta conceitua, ao tempo em que sugere a utilização da linguagem multimodal na escola.

Palavras-chave: letramento, educação de jovens e adultos e multimodalidades.

1. Introdução

No contexto educacional, uma das maiores preocupações nos últimos tempos está relacionada à leitura, pois esta se apresenta como habilidade essencial para o ingresso e a participação na sociedade letrada em que vivemos, constituindo-se, desta forma, como poderosa ferramenta para que se compreenda a sociedade e para que haja comunicação humana.

No entanto, para que a leitura seja desenvolvida de forma correta, faz-se necessário expor os alunos as mais diversas práticas de letramento. Somente com o bom desenvolvimento dessas práticas, o que significa dizer, de forma orientada, na escola é que o aluno se tornam de fato: leitor, com o desenvolvimento da competência discursiva para falar, escutar, ler e escrever nas diversas situações de interação social que eles se encontram no cotidiano.

No processo de ensino e aprendizagem da leitura, que tem seu início marcado na alfabetização, que é justamente quando a criança ou adulto aprende os signos gráficos, faz-se necessário ensinar os alunos a lerem ao invés, apenas, de decodificar esses signos linguísticos, o que significa: compreender, relacionarem-se com as mais variadas situações a que os alunos estão expostos.

Para os alunos da Educação de Jovens e Adultos, esse processo de alfabetização tem uma particularidade bem marcada, estamos nos referindo aqui a jovens e adultos que trazem para o espaço escolar muitas práticas de letramento. São alunos oriundos de diversas situações socioeconômicas que se traduzem em situações privilegiadas quanto a determinados letramentos.

Neste processo de ensino e aprendizagem é imprescindível que o aluno tenha as imagens como recurso incentivador que possa orientar sua formação, ainda mais com alunos de EJA que, na maioria das vezes, apresenta uma visão ampliada de mundo, mesmo que ainda não tenham tido total acesso a escolarização.

Percebe-se que, atualmente, existe uma grande preocupação a fim de que sejam desenvolvidas práticas de letramento multimodais na escola. No entanto, faz-se necessário conhecer determinada prática, para ter consciência de sua importância. É preciso entender a noção de ideologias e que elas embasam a escolha desta ou daquela prática multimodal.

Diante do exposto, será discutido neste trabalho, como as práticas de letramento multimodais podem contribuir na formação de jovens e adultos. Apresenta-se, aqui, a perspectiva de que quanto mais os alunos estiverem conscientes e dotados da competência comunicativa multimodal, mais estarão preparados para ler e compreender, pois vivemos em um contexto multimodal.

2. Quem são os alunos de EJA

Pensar na Educação de Jovens e Adultos, na contemporaneidade, desperta muitas situações que exige do profissional, que atua nesta modalidade de ensino, conhecer e formar-se para atender os anseios dos alunos. Há de se considerar a situação contextual dos alunos em uma perspectiva micro, quando se pensa em quem são e o que eles esperam e em uma perspectiva macro, quando pensamos em que habilidades devem ser desenvolvidas e aprimoradas.

Algumas características precisam ser expostas quanto a esse público atendido pela educação básica em todo território nacional.

Normalmente são sujeitos pertencentes à classe popular, que trazem grandes carências de emprego, moradia, saúde, entre outras. A esse respeito Moraes (2006, p. 05), afirma:

o aluno da EJA apresenta um conjunto de características muito peculiar que envolve o retorno à escola como sendo a via possível para se alcançar postos mais elevados no mercado de trabalho, um lugar nesse mesmo mercado, ou, ainda, para as mulheres – donas de casa, em específico – uma oportunidade e de vivenciarem uma atividade produtiva diferente das realizadas no interior do próprio lar. Em geral, esse aluno chega à escola com grande receio de não conseguir cumprir com as exigências institucionais e, ao mesmo tempo, apresenta uma visão de escola completamente atrelada à perspectiva empirista de educação. Isto o leva a refutar quaisquer propostas de ensino que sejam distintas do conhecido e ‘clássico’ modelo de uma aula transmitida via quadro de giz, com pouco diálogo, muita cópia e repleta de exercícios repetitivos para que o aluno execute.

Os alunos de EJA estão, muitas vezes, à margem da sociedade em todos os aspectos, sendo moradores de periferia onde os serviços básicos de infraestrutura públicos são poucos e insuficientes para atender a demanda, principalmente no tocante à saúde, ao trabalho e ao lazer.

A maioria desses alunos tem uma renda insuficiente para manter a família, o que justifica que grande parte deles sejam atendidos pelo Programa Federal do Bolsa Família. Na maioria dos casos eles não têm oportunidade de aproveitar o que a sociedade contemporânea tem oferecido econômica e culturalmente. A escola acaba transformando-se na única forma de acesso a atividades culturais e de lazer.

Como já foi muitas vezes debatido, as infrequências, que geram afastamentos, evasões e permanências, são intimamente ligados ao cotidiano desse público. As situações mais comuns são: violência, processos migratórios, sub-empregos, trabalhos precários e temporários, intempéries climáticas, demandas familiares (gravidez, separações, resistências de maridos, cuidado com os filhos, etc.).

Cada dia tem se revela uma faixa etária atendida cada vez mais juvenil. Aspecto que aponta para alunos matriculados no período diurno, ou ainda, que por diversos motivos foram levados a interromper seus estudos, mas agora procuram retomar sua vida estudantil.

O crescente número de adolescentes e jovens demandam da escola uma adequação às características da faixa etária, sendo que o aspecto da socialização tem se mostrado o fator mais atrativo para estes jovens.

Grande parte dos jovens que frequentam essas salas de aulas já formaram famílias, por isso assumem papéis adultos, lutam pela sobrevivência das mesmas.

Os alunos adultos, pais e mães de família, trabalhadores e idosos são pessoas que não estudaram ou que há muito deixaram de estudar e agora vem em busca do resgate de sua condição de cidadãos através do estudo. Normalmente esses alunos, alé de frequentarem a escola, trabalham o que representa, na maioria dos casos dificuldade de aprendizado.

3. Compreensão Leitora

Sabe-se que muitos trabalhos têm sido desenvolvidos a fim de que a compreensão do aluno, tanto em sala de aula como fora dela, seja cada vez mais aprimorada. No entanto, é notório que ainda há muito a ser feito, apesar das contribuições das mais diversas pesquisas, na área educacional e, mais recentemente, da Linguística Aplicada. Isso porque ainda é apresentada nas mais diversas estatísticas uma preocupante defasagem de compreensão em alunos dos mais diversos níveis de ensino, mas na Educação Básica é que devem ser empreendidos maiores esforços no sentido de minimizar essa defasagem.

Toda essa preocupação com a compreensão deve-se ao fato de que o ato de ler é requisito primordial na formação humana, pois a leitura garante ao indivíduo uma condição de existência que supera a reprodução dos fatos sociais, elevando-o à condição de autor de sua própria história. Para Brandão (1997), “o ato de ler é um processo abrangente e complexo de compreensão e intelecção do mundo que envolve uma característica singular e essencial ao homem: sua capacidade simbólica de interagir com o outro pela manifestação da palavra”. Com Bakhtin e seu círculo, esse conceito de leitura se completa. A partir do conceito de interação, esse filósofo da linguagem afirma que

a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica (2006, p. 137).

No entanto, para que essa compreensão seja mais bem desenvolvida, ou aprimorada, é necessário um trabalho mais sistematizado, o que requer uma prática pedagógica mais eficiente tanto do professor quanto de todos envolvidos no processo.

Faz-se necessário, assim, um investimento efetivo nos procedimentos metodológicos adotados em sala de aula, no intuito de desenvolver essa compreensão, pois somente dessa forma pode-se garantir uma sociedade mais crítica, responsável e cidadã. “A compreensão de um texto varia segundo as circunstâncias de leitura e depende de vários fatores, complexos e inter-relacionados entre si” (ALLIENDE & CONDEMARÍN, 2002 apud KOCH & ELIAS, 2007, p. 24).

A leitura se apresenta, dessa forma, como requisito essencial na formação social, uma vez que o ato de ler representa condição essencial na formação crítica e autônoma do indivíduo. Nesse sentido, torna-se compromisso de toda a sociedade, mas sobretudo da escola, unir esforços nesse processo de formação do sujeito, pois isso eleva as relações de convivência humana.

Assim, pensar as práticas de letramento desenvolvidas em sala de aula – não apenas no âmbito da apresentação ou reprodução, mas num fazer sentido em contextos situados – contribui significativamente no processo de compreensão responsiva ativa.

A respeito disso Bakhtin afirma que,

falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo. Dispomos de um rico repertório de gêneros orais (e escritos). Em termos práticos, nós os empregamos de forma segura e habilidosa, mas em termos teóricos podemos desconhecer inteiramente sua existência (2003, p. 282).

Fica evidente, então, que o conhecimento dos gêneros discursivos nas diversas esferas do cotidiano pode proporcionar ao sujeito uma melhor condição para compreender os textos aos quais são expostos, tanto na modalidade oral quanto na escrita.

É nas práticas de letramento que essa condição pode ser aprimorada ou desenvolvida, pois se o letramento é entendido como “o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social” (SOARES, 2001, p. 72), as práticas de letramento “são os padrões culturais de uso da leitura e da escrita em uma situação particular” (BARTON, 1994, apud JUNG, 2007, p. 87). Nesse sentido, os sujeitos utilizam o conhecimento cultural nas atividades de leitura e escrita dos mais diversos gêneros discursivos.

E na escola essa utilização pode ser melhor aprimorada em atividades de leitura para que a compreensão instrumentalize os sujeitos para atuarem em seus papéis sociais.

4. Letramento

Nos dias atuais, ser alfabetizado, significando saber ler e escrever, representa condição insuficiente para responder adequadamente às demandas contemporâneas. Há algum tempo atrás bastava que a pessoa soubesse assinar seu nome e decodificar textos simples. Hoje, no entanto, ler de forma mecânica não garante a uma pessoa interação plena com os diferentes tipos de textos que circulam na sociedade. Faz-se necessário não apenas decodificar sons e letras, mas entender os significados e usos das palavras em diferentes contextos.

Desta forma, nas sociedades letradas, ser alfabetizado é insuficiente para vivenciar plenamente a cultura escrita e responder às demandas da sociedade.

Mas o que é letramento? É mais do que alfabetização, é ensinar a ler e escrever em um contexto onde a leitura e a escrita tenham sentido e façam parte da vida do indivíduo. O letramento tem como objetivo a reflexão dos aspectos sociais da língua escrita. O que significa adotar no ensino uma concepção social da escrita, em oposição com uma concepção tradicional que considera a aprendizagem de leitura e produção textual como a aprendizagem de habilidades individuais.

Trabalhar com as perspectivas dos letramentos no processo educacional traz uma forte relação com a postura da sociedade contemporânea. Isto porque a proposta do trabalho com letramentos propõem reconhecer o processo de transformação social, pois, somente assim, é que a escola conhece e reconhece a vida social do aluno e ele é inserido na vida em sociedade não apenas como mero coadjuvante, mas como autor de sua história.

A esse respeito Rojo (2010, p. 200) afirma que escolarização é esperança, e letramentos os meios que todos podem e devem ter para a conquista de um mundo melhor.

Na concepção do trabalho dos letramentos na escola temos maiores possibilidades de proporcionar ao processo de ensino-aprendizagem uma leitura de mundo, não apenas como meros leitores, mas como indivíduos, cidadãos, homens e mulheres de direitos e deveres que tem muito a aproveitar da sociedade, mas também muito a oferecer.

Em sentido amplo, letramento é superior a alfabetização, pois designa práticas de leitura e escrita. A pessoa tem sua entrada no mundo da escrita se dá pela aprendizagem de toda tecnologia envolvida no aprendizado do ato de ler e escrever. O aluno deve aprender a fazer uso e envolver-se nas atividades de leitura e escrita. Desta forma, para entrar no universo do letramento ele precisa apropriar-se do hábito de buscar nos mais variados meios de informação e comunicação conviver efetivamente com a leitura, apropriando-se do sistema de escrita.

5. A Linguagem Multimodal na Escola

As práticas de letramento trazem as práticas de leitura e de escrita, que também são consideradas práticas sociais e a escola precisa, para atender as necessidades do sujeito, rever sua

prática pedagógica, de tal forma que o aluno, através destas práticas, possa inserir-se na sociedade onde vive e desenvolver-se em toda sua amplitude.

O avanço das novas tecnologias digitais pressupõem novas práticas de letramento, instituindo-se em letramento multimodal. Considerando-se, desta forma, textos multimodais são aqueles que auxiliam a produção significativa através das imagens e que já fazem parte do processo de ensino e aprendizagem nas escolas de educação básica.

Entretanto, talvez por falta de formação do profissional da educação, talvez pela cultura arraigada na escola, as imagens ainda são enxergadas como meios de menor especialização que a linguagem verbal. A escola marginaliza os textos visuais, o que garante a produção de ‘iletrados visuais’, como considera Kress e van Leeuwen (1996).

O letramento visual se apresenta como uma necessidade de ser desenvolvida. A Gramática do Design Visual, proposta por estes autores, surge como uma ferramenta de auxílio para a análise de textos visuais, servindo para a construção e análise crítica desses textos.

A GDV auxilia a verificação das diversas maneiras que o texto não verbal pode ser representado e procura orientar o professor da importância de ser trabalhada a compreensão e produção de textos dialógicos por meio de ensino visual.

As habilidades de texto hoje, ao tempo em que acompanham os avanços da tecnologia, devem inserir os sujeitos a diversas práticas de letramento, tornando-os cada dia mais letrado e participante da sociedade. Por isso é que, como ela continua a afirmar, as práticas de textos são compostas de diferentes linguagens semióticas, que podem trazer em sua apresentação, como: fala, escrita, comunicação visual e sonora, utilização de recursos computacionais e tecnológicos, onde os diferentes gêneros discursivos devem desenvolver a produção e a interpretação dos mais variados textos.(p. 24)

A escolha de práticas de letramento visuais ou verbais dá-se, sempre, a partir gêneros discursivos escolhidos para serem trabalhados.

A multimodalidade no ensino de línguas é carregada de valores ideológicos, desta forma, as práticas de letramento devem levar o sujeito a indagar e responder questionamentos, a desenvolver e aprimorar a consciência crítica frente às imagens lidas.

Entende-se que, para trabalhar a multimodalidade na escola, o aluno precisa: primeiro, saber como se dá esse tipo textual no seu contexto social, cultural e histórico; segundo, perceber como as imagens se relacionam em sua dinâmica de respostas as atividades sociais, fazendo uma integração das imagens com a linguagem verbal e por fim, conhecer como os textos funcionam, de maneira a tornar a sua escolha mais consciente e responsável.

A partir de um trabalho sistematizado com textos multimodais na escola, dá-se ao aluno a oportunidade de tornarem-se sujeitos mais críticos, conscientes e participativos para uma sociedade mais cidadã. Sujeitos que façam escolhas mais criteriosas e responsáveis.

Assim, a escola deve atentar ao uso crescente de textos não verbais e textos multimodais. O uso destes textos deve proporcionar aos alunos as condições para que eles cheguem ao letramento. O aluno precisa desenvolver a aptidão para as múltiplas linguagens que lhes são apresentadas em todo o seu contexto social, tornando-os capaz de atribuir sentido ao que lê, ou seja, capaz de utilizar essa prática de leitura em situações cotidianas da sua vida.

Textos multimodais, de acordo com Kress e van Leeuwen (1996:183), são aqueles cujos sentidos são produzidos através do uso de mais de um código semiótico. Dessa forma, são textos multimodais aqueles que se utilizam do código verbal e o visual em sua composição.

6. Considerações:

Letramento multimodal é a junção da leitura e a interpretação dos textos verbais e não verbais, através, das figuras com a leitura visual. Segundo a GVD (Gramática do Design Visual): “Gramática vai além de regras formais de correção. Ela é um meio de representar padrões da experiência. Ela possibilita aos seres humanos construir uma imagem mental da realidade, a fim de dar sentido às experiências que acontecem ao seu redor e dentro deles” (HALLIDY, 1994 p.101, apud GVD).

No letramento multimodal estão envolvidas as práticas de leituras e escritas, essas por sua vez, também são consideradas práticas sociais, indispensáveis para o nosso cotidiano.

Em uma sociedade cada vez mais visual, é cada vez mais comum a utilização de textos multimodais, pois eles apresentam várias linguagens, com suas representações e significações. É também, cada vez mais comum, o uso da imagem na comunicação verbal e não verbal, principalmente na internet e mídia.

A habilidade de utilização da linguagem multimodal permite aos sujeitos que interaja, a partir dos textos aos quais é expostos, imaginar e repensar sua realidade contextual. Qualquer texto é uma estrutura ativa que dá possibilidade ao aluno de ampliar sua visão de mundo em seu contexto social.

A utilização de textos multimodais é um recurso significativo no processo de ensino e aprendizagem de línguas em sala de aula em sala de aula, apresentando-se coo um instrumento para constatar como os alunos veem os textos que combinam o verbal e o visual.

É verdade que hoje existe uma grande preocupação dos docentes de como enriquecer suas aulas e promover uma educação mais eficiente e significativa para seus alunos.

Faz-se referência, diante do que fora abordado, à grande importância de se ter domínio sobre a utilização da linguagem multimodal na escola, mas especificamente em contextos de jovens e adultos, onde possa se propor atividades de análise crítica de textos que possam ajudar o estudante a entender e interpretar o escrito e debater com seus pares a prática social. É necessário buscar formar o sujeito consciente de sua postura social.

Referências:

BAKHTIN, Mikhail (V.N. Volochínov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados, 1989.

KRESS, G.; van LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. Londres: Routledge, 1996.

_____, G. *Literacy in the new media age*. New York: Routledge, 2003.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROCHA, Harrison da. *Repensando o ensino de língua portuguesa: uma abordagem multimodal*. In: VIEIRA, Josenia Antunes et al. *Reflexões sobre a língua portuguesa. Uma abordagem multimodal*. Petrópolis: Vozes, 2007.

SOARES, L. (Org.). *Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____, *Educação de jovens e adultos: o que revelam as pesquisas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

ANÁLISE DA IDENTIDADE DO PROFESSOR SOB AS PERSPECTIVAS DE BAUMAN E GIDDENS

RESUMO

Neste trabalho busca-se estudar as marcas de identidade presentes nos discursos do professor em sala de aula por meio de uma entrevista realizada com três professores em sala de aula de Educação Básica. Buscamos como aporte teórico Bauman (2001, 2005), MOCELLIN (2008) e HALL (1992). A identidade na era Moderna e Pós-moderna é algo muito controverso e desde algum tempo vem sendo discutida, pois entendê-la como marca genuína do indivíduo ou construção social ainda não está muito claro para os estudiosos da linguagem, assim como de outras áreas do conhecimento. O professor tem sua identidade, na atualidade bastante questionada, pois por ser um formador de opinião está sempre sendo questionado em relação seu papel em sala de aula e o que acredita, sua marca identitária está presente muitas vezes nas falas e posturas que adota em sala de aula, mesmo tentando se manter em uma posição didático-pedagógica neutra. A identidade está na pauta das mais variadas discussões sociais ou linguísticas, pois ela é parte fundamental de um processo de mudança social.

Palavras-chave: professor, identidade, era moderna e pós-moderna,

INTRODUÇÃO

A sociedade pós-moderna possui a peculiaridade de estar em constante mudança levando o indivíduo a ser mutável e buscar a evolução e adaptação a contextos diferentes. Os sujeitos sociais estão em permanente questionamento a cerca, inclusive de sua própria identidade. Neste contexto, analisaremos a identidade constitutiva do professor que é um formador de opinião a partir dos mais variados contextos e padrões sociais e que precisa conviver com sujeitos em formação que pertencem a contextos sociais dispares e variados, assim como culturas diversas.

A questão das identidades emerge na sociedade contemporânea com a construção genuína de um indivíduo. O que faz o sujeito ser distinto entre tantos que o cercam, o sujeito acredita precisar ter características que podem ser encaixadas em muitos lugares e esferas sociais sem, contudo deixar de ser quem é e de se constituir, enquanto agente crítico social. O discurso do professor reflete sua formação social e que por meio de suas práticas em sala deixam evidente sua identidade, por meio de um discurso marcado sócio-historicamente.

As concepções modernas sobre identidade partem do princípio de relativo, de mobilidade e fluidez enxergando um sujeito “relativamente livre” para escolher e se construir socialmente, construindo sua identidade, diferenciando-se do sujeito estável das concepções pré-modernas vivenciadas. Para Mocellin (2008), “uma grande mudança está em curso na atualidade, e se torna cada vez mais radical a cada deslocamento do tempo e do espaço de suas dimensões tradicionais. E assim, as identidades nesse novo período também se tornam diferentes das identidades sólidas da primeira modernidade.” Diante das discussões a cerca da modernidade HALL (2006. P. 9-10), diz que “processos de mudança, tomados em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental e abrangente que somos compelidos a perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada.”

O sujeito desloca-se motivado pela necessidade de adaptar-se ao contexto social que se encontra. Com isso, sua identidade é fragmentada para que se constituam outras identidades requeridas pelas circunstâncias imediatas. As condições modernas de vida fazem com que os indivíduos se deparem com uma grande variedade de escolhas. Os estilos de vida são ligados a rotinas cotidianas: formas de comer, formas de vestir, modos de agir, lugares frequentados. Porém as rotinas estão sempre abertas a mudanças. Cada pequena decisão que é tomada no nosso cotidiano contribui para a alteração dessas rotinas, e, portanto, para a reformulação do eu. São escolhas sobre como agir e sobre quem ser (MOCELLIN 2008, P. 17).

Para Bauman (1998), “o projeto moderno prometia libertar o indivíduo da identidade herdada. Só transformou a identidade, que era questão de atribuição, em realização – fazendo dela, assim, uma tarefa individual e da responsabilidade do indivíduo”.

A busca do indivíduo por marcas que o diferencie em meio a sociedade leva muitas vezes a aquisição de bens não necessários, mas que momentaneamente o insere em determinados grupos, passando então a se sentir aceito e parte do coletivo. Tudo passa ser transitório inclusive quem somos, a mudança nos leva a inversões de valores, a sempre estarmos nos questionando e nos transvestindo de novas identidades que se adaptem a situação vivida.

Análise da identidade do professor

A questão da identidade na sociedade contemporânea é um conceito não resolvido e nem consensual. Pensar sobre o que faz de um indivíduo genuinamente distinto e único nos leva a refletir sobre quem somos e como nos constituímos enquanto indivíduos. Em meio a estes questionamentos abordamos o papel do professor em formar e transformar como um formador de opinião e mediador do conhecimento dos inúmeros alunos a quem dedicam boa parte de sua vida em ensinar.

A partir uma entrevista realizada com três professoras de escola pública analisaremos suas identidades e como enxergam o papel do professor atualmente. A professora 1 está aposentado, sempre ensinou em escola pública na educação básica. A professora 3 atualmente, ensina em escola pública de educação básica de 6º ao 9º ano.

A seguir buscamos entender as questões da identidade do professor a partir de uma entrevista realizada como as professoras de educação básica:

Entrevista

1 - Tempo de profissão, sexo, idade e formação e nível que ensina?

PROFª 1 – 30 anos de profissão, feminino, 50 anos de idade e Pedagogia e Educação Básica;

PROFª 2 – 11 anos, feminino, 47 anos de idade e Pedagogia e Educação Básica.

PROFª 3 – Estou atuando há onze anos como professora, tenho 40 anos e sou formada em História com especialização em Gestão escolar. Atualmente, estou trabalhando com alunos do 6º ao 9º ano, entretanto, já vivenciei experiências desde a Educação Infantil ao Ensino Médio.

Para Bauman (2005, p.25), “ identidade é um monte de problemas e não uma campanha de tema único”. Diz ainda que as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados. (BAUMAN 2005, p. 18-19)

Constituir-se, enquanto professora parece ser algo realizado durante uma vida de escolhas em prol da formação requerida pela profissão. A identidade parece ser construída por meio de uma sucessão de experiências e não por algo que possuímos desde sempre sem que tenhamos a opção de escolher.

Para Giddens (2002, p.81), “ na alta modernidade dispomos de uma pluralidade de escolhas em relação ao nosso estilo de vida. Isso não significa que todas as possibilidades estão abertas para todos, nem que as pessoas façam suas escolhas sabendo de todas alternativas disponíveis.”

2- O que é ser professor na contemporaneidade?

PROF^a 1 – É trabalhar com amor, mesmo diante das dificuldades e procurar superá-las.

PROF^a 2 – É trabalhar com as diferenças e fazer com que o aluno se desenvolva, enquanto pessoa.

PROF^a 3 – É viver a cada dia um desafio, tendo em vista as dificuldades que as escolas brasileiras enfrentam, bem como a crise na educação. Outro fator bastante contraditório está no interesse de nossos alunos, que em virtude do ambiente familiar, os problemas sociais e a falta de políticas públicas não têm perspectivas de futuro.

Bauman (2005, p. 18), cita que “ em nossa época líquido-moderna, o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados”.

Ainda citando Bauman (2005, p. 37),

“ Se os compromissos, incluindo aqueles em relação a uma identidade particular, são “insignificantes”, você tende a trocar uma identidade, escolhida de uma vez para sempre, por uma “rede de conexões”. Tendo feito isso, contudo, assumir um compromisso e torna-lo seguro parece muito mais difícil do que antes”.

Observa-se que para as professoras ensinar na sociedade contemporânea não é apenas cumprir as atribuições que lhe são atribuídas, mas ir além é fazer da profissão um ato de cuidado com próximo atendendo as necessidades do aluno enquanto ser que estabelece uma relação afetiva.

Nas condições da alta modernidade, não só seguimos estilos de vida, mas num importante sentido somos obrigados a fazê-lo – não temos escolha senão escolher. Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque forma material a uma narrativa particular da auto-identidade.

3 – O que era ser professor a dez anos atrás?

PROF^a 1 – Era ser um profissional com muito medo, mas com muita vontade de superar as dificuldades e vencer os desafios.

PROF^a 2 – Para mim foi mais difícil por não ter experiência.

PROF^a 3 – certamente muito diferente, pois tínhamos alunos que se dedicavam mais e respeitavam os professores, além do acompanhamento da família, hoje as famílias estão cada vez mais esfaceladas, sobrecarregadas de trabalho e outros afazeres, não tem tempo para acompanhar a educação de seus filhos. Entretanto, a diferença está na satisfação profissional, ou seja, fazer o que se gosta.

“Você só tende a perceber as coisas e coloca-las no foco do seu olhar perscrutador e de sua contemplação quando elas se desvanecem, fracassam, começam a se comportar estranhamente ou o decepcionam de alguma outra forma”. (BAUMAN 2005, p. 23)

Para Bauman (2005, p. 37), “ quando a qualidade o deixa na mão ou não está disponível, você tende a procurar a redenção na quantidade”.

Perceber as mudanças permite ao indivíduo também diferenciar a temporalidade que marca cada mudança de conceito e de sentido que construímos durante nossa vida. A identidade é tão fluida

que mesmo o indivíduo não se dando conta das mudanças ele consegue perceber as praticas diferentes que adota nos mesmos contexto vivencia.

4 – Como gostaria de ser lembrado no futuro?

PROF^a 1- Como uma professora que sempre procurou dá o melhor de si para seus alunos e vê-los crescer.

PROF^a 2 – Como alguém que semeou e germinou bons frutos para o futuro.

PROF^a 3 – Certamente como alguém que acreditou em cada sonho que meus alunos confidenciaram e que consegui colaborar com novas experiências e aprendizagens, proporcionando uma reflexão em suas vidas, e acima de tudo elevando a sua autoestima, na certeza de que cada um foi e é responsável por seus atos e consequentemente por seu sucesso.

A resposta da professora 3 nos remete a ideia da pós-modernidade de que cada um é responsável suas escolhas e pela construção de sua identidade. Pois, citando Giddens (2002), “o eu é visto como um projeto reflexivo, pelo qual o indivíduo é responsável”. Ou seja, somos responsáveis por nossos atos e escolhas, que a nossa identidade é constituída por nossas escolhas cotidianas.

“ ‘Reconhecimento’ pode ser aquilo que mais faça falta a um ou outro grupo dos bem-sucedidos”, (BAUMAN 2005, P. 43).

Bauman (2005, p. 30), ainda cita que “ quando a identidade perde as âncoras sociais que o faziam parecer “natural”, predeterminada e inegociável, a “ identificação” se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um nós a que possam pedir acesso”.

Há a necessidade de pertencimento ao que é social, pois o indivíduo é único em sua construção, mas não se vê distinto dos conceitos convencionalizados pela sociedade que o cerca.

5 – Quais suas dificuldades em relação á interação em sala de aula?

PROF^a 1 – Criar e desenvolver um trabalho que possa fazer com que o aluno tenha atenção e melhore o seu comportamento.

PROF^a 2 – Fazer os alunos parar para ouvir com atenção.

PROF^a 3 – Sinceramente nenhuma, visto que procuro ouvir e ajudar meus alunos em suas necessidades e dificuldades, além de manter uma relação de respeito e amizade.

Podem-se perceber duas posições distintas: uma em que busca-se que o aluno seja conduzido a um determinado comportamento imposto pelo professor, de autoritária (professoras 1 e 2) e uma outra postura que parece enxergar o aluno em sua individualidade como ser que possui características próprias e que devem ser respeitadas, (professora 3). Isso nos permite citar Bauman quando diz:

A identificar-se com significa dar abrigo a um destino desconhecido que não se pode influenciar, muito menos controlar

6 – Quais suas maiores dificuldades, no geral, em sua profissão?

PROF^a 1 – Trabalhar com turmas multisseriadas, e lidar com a indisciplina dos alunos.

PROF^a 2 – Lidar com as dificuldades de aprendizagem dos alunos, as diferenças culturais e sociais da comunidade escolar.

O professor está imerso em seu cotidiano em um ambiente condensado de identidades múltiplas e muitas vezes conflitantes que se torna um dilema a ser trabalhado pautando-se em um conceito de indivíduo constituído integralmente por entornos sociais. Para Giddens (2002, apud, MOCELLIN, 2008, P.20), “a fragmentação significa uma diversificação dos contextos de interação. Esse dilema se resolve como o uso da diversidade para a criação de uma identidade que incorpore os diferentes contextos numa narrativa integrada, fazendo dos diversos “eus” um só”.

7 – Por que escolheu ser professor? Mudaria de profissão?

PROF^a 1 - Escolhi ser professora porque na época era a única profissão que eu poderia estudar para ser, não havia muitas opções, me realizei sendo professora, então não deixaria de ser professora.

PROF^a 2 – Porque no momento era o curso mais procurado. Se fosse começar hoje eu mudaria.

PROF^a 3 – Primeiro tive um exemplo, minha mãe, uma professora dedicada e competente. Outro fator que contribuiu foi que de forma coerente assumi o compromisso com a educação, faço realmente o que gosto; por isso reafirmo o compromisso e não mudaria de profissão, pois me sinto realizada e grata sempre que reencontro algum de meus ex alunos que afirmam, e agradecem, pelo tempo que trocamos conhecimento e experiências.

Segundo Bauman (2005, p. 19), “ as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”.

Destaca-se que o anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo”. Com base nisto, “ pessoas cujas processos de vida são desmembrados numa sucessão de projetos de curta duração, não há tempo para que descontentamentos difusos se reduzam á busca por um mundo melhor... Tais pessoas prefeririam um hoje diferente para cada um a pensarem seriamente num futuro melhor para todos. Em meio ao esforço diário apenas para se manter á tona, não há espaço nem tempo para uma visão da boa sociedade.

Identificar-se com a escolha que o indivíduo faz nem sempre é uma questão fácil, pois o contexto social e circunstâncias motivam a escolha, mas não significa a real opção que se deseja fazer. Entretanto, para alguns indivíduos senhores de suas decisões a escolha é diretamente relacionada ao que se almeja como objetivo de vida. Segundo Giddens (2008),

“vivemos hoje diante de um pluralismo de autoridades. A ciência, a religião, os governos, todos participam de decisões sobre temas que se cruzam e inter-relacionam. Essa pluralidade fornece várias opções aos indivíduos, mas os colocam diante das incertezas que diversas visões, muitas vezes opostas, fazem surgir quando se busca fazer a melhor das escolhas.

8 – Como se descreve, enquanto professora sua didática e metodologia de ensino em sala?

PROF^a 1 – Sou bem tradicional, busco ter resultado ao fim do ano letivo, procuro sempre está próxima aos alunos, pois só assim posso ajudá-los, mas sempre procuro acompanhar a introdução das novas metodologias e tento levar para minha sala de aula, quando vejo que o aluno não acompanha não utilizo. A criança precisa ser alfabetizada na idade escolar, independentemente, da metodologia utilizada.

PROF^a 2 – Procuro sempre está inovando e buscando novas metodologias. É fundamental para o professor está sempre buscando e estudando, pois nunca saberemos tudo e os alunos mudam muito e a metodologia precisa acompanhar as necessidades que eles apresentam e nunca ser a mesma a ser utilizada a cada ano.

PROF^a 3 – De forma dinâmica, criativa e participativa, procuro partilhar e receber no cotidiano da sala de aula as experiências e conteúdos trabalhados. Procuro levar meus alunos a

refletirem no dia-a-dia sobre suas ações e acima de tudo mostrar que cada um pode ajudar o mundo a ser melhor e fazer a diferença.

A identidade precisa ser constituída a partir de situações que mudam e se reestruturam a cada momento.

Uma das principais características da modernidade tardia, como prefere chamar, a radicalização da reflexividade: cada vez mais as práticas sociais são revisadas mais rapidamente sob a luz de conhecimentos – estes, agora, produzidas mais rapidamente e em maior quantidade. Essa radicalização da reflexividade torna a modernidade tardia ainda mais imprevisível, e impede qualquer possibilidade de ordenamento racional da sociedade e do meio ambiente.

Com base nisto, observamos que ser professor é algo já determinado na vida das entrevistadas, entretanto assim as praticas sociais são revisitadas também a escolha da profissão e a metodologia que adotam são questionadas e revistas por exemplo, quando elas citam que hoje se pudessem mudariam de profissão fruto justamente desta liberdade de escolhe e da mobilidade social.

As questões apresentadas neste trabalho partem inicialmente do propósito de que o sujeito precisa está em constante processo de conhecimento e reflexão. O professor como agente social tem um papel fundamental na construção do saber e da identidade de seus alunos e suas marcas de identidade acabam tendo papel decisivo em sala de aula, pois as marcas empreendidas por seu discurso ajudam a constituir o crescimento social e moral do aluno.

Considerações finais

Na época moderna pensar sobre a identidade tornou-se cada vez mais necessário se considerarmos as questões sociais e culturais que constituem o indivíduo enquanto ser social. A identidade é constituída a partir de uma série de contextos e situações que são vivenciadas cotidianamente.

As considerações tecidas por Bauman e Giddens tocam em um ponto fundamental que é a maleabilidade da identidade de cada ser humano, sendo fruto das escolhas individuais. Bauman considera o caráter líquido da identidade do indivíduo frente a diversas circunstâncias que impelem o indivíduo a ter até mais que uma identidade a fim de poder ter a condição de adaptar-se a contextos sociais, muitas vezes, distintos entre si. Já para Giddens a mesma fluidez apontada por Bauman ganha um caráter mais flexível por ter um mais analítico sobre o contexto. A questão da identidade passa a ser vista como processo no qual se questiona e rompe com ideias fixas e sólidas.

Enxergar a identidade como um processo em constante reformulação a cada contexto ou agente social envolvido, nos permite considerar todas as circunstâncias a que o professor é levado a lidar e que o permitem reconsiderar muito do que faz parte de sua construção social como indivíduo. Ao mesmo tempo não se pode deixar de lado a identidade, pois é o que faz do indivíduo um ser resultante de experiências individuais carregadas de significados. Por meio das práticas sociais nos mostramos, deixando nossas marcas. Nesta pesquisa procuramos analisar as marcas de identidade dos professores a partir das perspectivas e de Giddens a cerca da identidade do processo, ponto central em ambos os autores.

Constatou-se que por mais que o professor esteja inserido na modernidade ele enxerga seu cotidiano sob a luz dos conceitos e experiências que o constituíram e foram vivenciadas durante sua vida. O indivíduo a todo momento divide-se e é confrontado pelas múltiplas identidades de seus educandos em formação, então como não impor sua ideologia e costumes? O professor está sempre dividido entre sua formação moral, ética e intelectual e as necessidades e novas perspectivas de seus alunos. Então, percebemos que se questiona sobre sua própria identidade.

A modernidade trouxe consigo um constante ir e vir, uma ruptura com o que até então parecia estar muito bem resolvido e permitiu ao indivíduo se reconfigurar ou definir-se. Neste cenário hoje encontramos os professores entrevistados, tentando se adaptar e se encaixar nesta sociedade que rompe, muitas vezes, com tudo que acredita e que constituiu sua identidade.

Referências

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós-modernidade*: tradução Tomaz Tadeu da Silva. 11ªed. Rio de Janeiro: DPeA, 2006.

MOCELLIM, Alan. *A questão da identidade em Giddens e Bauman*. Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 5 n.1 agosto-dezembro/2008. ISSN1806-5023.

ZYGMUNT, Bauman. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi / Zigmunt Bauman*; tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de janeiro, Jorge Zahar Ed, 2005.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

O PROCESSAMENTO DE SENTENÇAS AMBÍGUAS DO PORTUGUÊS FALADO NO BRASIL À LUZ DE SAUSSURE, BENVENISTE E JAKOBSON

RESUMO

Este artigo objetiva analisar como Saussure, Benveniste e Jakobson contribuíram para um melhor entendimento acerca do signo linguístico e como ele é processado na enunciação para que o processo comunicativo se estabeleça, uma vez que entendemos as suas ideias como contribuições que se complementam e representam avanços contínuos nos estudos linguísticos e não como uma sequência de divergências. Como especificamos o processamento de sentenças ambíguas, outra teoria importante a ser abordada é a *Garden Path* também tratada aqui como suporte para compreender o processamento de sentenças no cérebro.

INTRODUÇÃO

A linguagem era considerada pelos gregos como especulações filosóficas, até a descoberta do sânscrito por eruditos e tradutores ingleses. A partir daí, começaram a perceber que havia semelhanças lexicais e fonéticas mesmo entre línguas geograficamente distantes. Tal fato fez com que estudiosos da linguagem se interessassem em definir a filiação entre as línguas, comparando-as quanto às semelhanças e diferenças lexicais e fonéticas. Assim surge a gramática comparada (GC), orientada para a linguística histórica.

A GC, portanto, refere-se não apenas a um domínio de estudos, mas também a uma orientação da linguística que consistiu em estabelecer as ligações de parentesco existentes entre duas ou várias línguas separadas no espaço (geograficamente) e no tempo (historicamente). A GC, baseando-se em textos escritos, compara elementos gramaticais de línguas de origem comum com o objetivo de detectar a estrutura da língua original da qual elas se desenvolveram.

Em oposição às especulações gregas, Comte propõe o Positivismo que se caracterizava pela experimentação, pelo cientificismo. Apoiando seus trabalhos nos princípios do Positivismo, os neogramáticos acentuaram a regularidade das leis fonéticas, deixando de se basear apenas em textos escritos e começando a atentar também para a fala.

Dentre os neogramáticos destacamos Saussure que desenvolveu estudos linguísticos mais profundos e abstratos, considerando a língua como um sistema de valores estruturado e autônomo. Saussure então se destaca como o estruturalista que sistematizou o estudo da língua, colocando a linguística no campo das ciências, com objeto de estudo e metodologias próprios.

Com Saussure, a fala passou a ser fonte de conhecimento da língua e não mais a escrita, como os comparatistas. No entanto, apesar de reconhecer a fala como constituinte da linguagem, Saussure a considerava um fenômeno extralinguístico uma vez que, por ser individual, não seria passível de sistematização.

Fiel a pensamentos saussurianos, surge a teoria da enunciação de Benveniste que procura estudar a marcação da subjetividade na estrutura da língua, articulando sujeito e estrutura, analisando o irrepetível, a enunciação, uma vez que tempo, espaço e pessoa jamais são os mesmos no uso da língua.

Nesse breve contexto histórico, em se tratando de processamento de sentenças ambíguas, não podemos deixar de destacar o estruturalismo funcional de Jakobson que sobrepuja a função poética à função referencial, mostrando que pode haver ambiguidade do código no processo de comunicação, ao qual ele acrescenta a mensagem, o código e o contato, dando sua relevante contribuição aos estudos do Círculo Linguístico de Praga.

Após situar sucintamente cada autor em seu tempo, pretendemos estudar como se dá o processamento de sentenças ambíguas por meio da Teoria *Garden Path* (TGP), posteriormente abordaremos a prosódia como um elemento inerente à enunciação, e por fim, tentaremos mostrar contribuições de Saussure, Benveniste e Jakobson para um melhor entendimento acerca do signo linguístico e como ele é processado na enunciação para que o processo comunicativo se estabeleça.

1 Sentenças ambíguas e a TGP

Segundo Houaiss e Villar (2001, p. 183), ambiguidade é “a propriedade que possuem diversas unidades linguísticas (morfemas, palavras, locuções, frases) de significar coisas diferentes, de admitir mais de uma leitura”. Acrescentam ainda que a ambiguidade ocorre quando a mesma cadeia sonora pode receber mais de uma interpretação, e afirmam que a literatura costuma abordar as ambiguidades do tipo lexical, sintático, semântico e pragmático.

Pretendemos desenvolver a pesquisa na ambiguidade sintática em estrutura do tipo SN1-V-SN2-Advérbio-Atributo. Tal estrutura sintática se refere a uma ambiguidade sintática global, que diferentemente da ambiguidade local, a ambiguidade não é desfeita ao término do processamento ou da reanálise, o que ocorre é uma interpretação preferida (*default*) pelos leitores. Por exemplo, na sentença: *A mãe encontrou a filha irritada*, o leitor poderá interpretar que o atributo refere-se à mãe ou à filha. Ou seja, o leitor poderá associar o atributo ao SN1, escolhendo assim, a aposição não local; ou ainda ao SN2, optando pela aposição local (interpretação *default*).

As ambiguidades são processadas pelas pessoas através do *parser*, uma espécie de analisador mental de sentenças. Maia e Finger (2005, p. 15) definem o *parser* como sendo “parte integrante dos processos de produção e compreensão da linguagem e também é conhecido como ‘mecanismo humano de processamento de frases’ (Human Sentence Processing Mechanism – HSPM)”. Ou seja, se

refere aos procedimentos mentais de cada pessoa que determinam a estrutura e o significado de uma sentença.

Dentre os modelos teóricos que tentam explicar como se processa a produção e compreensão da linguagem na mente humana, destaca-se a Teoria *Garden Path* (TGP), “Teoria do Labirinto” (DILLINGER, 1992). As estratégias de processamento de sentenças são semelhantes as que são utilizadas em um labirinto. Nem sempre as escolhas serão condizentes com a interpretação adequada, uma vez que existem variadas possibilidades de entradas no *parser*. Quando se faz uma interpretação equivocada é preciso voltar e escolher um novo caminho na tentativa de obter a informação adequada.

A TGP propõe como postulados fundamentais que: (1) há um processador sintático autônomo ou *parser*, que usa uma porção do seu conhecimento gramatical isolado do conhecimento de mundo e outras informações para a identificação inicial das relações sintagmáticas; (2) o *parser* confronta-se com sintagmas de aposição ambígua e compromete-se com uma estrutura única; (3) pressionado pelo sistema de memória de curto prazo, que tem um limite estreito de computação e armazenamento, o *parser* segue princípios psicológicos de minimalidade e de localidade na escolha desta estrutura preferencial: use o menor número possível de nós (Princípio da Aposição Mínima) e, se duas aposições mínimas existem, aponha cada nova palavra ao sintagma corrente (Princípio da Aposição Local). (MAIA, 2010, p. 12).

Este postulado, da aposição local, de acordo com Frazier e Rayner (1982), consiste em um dos princípios que rege a TGP e o *parser* na solução de ambiguidades, denominado *Late Closure*. Segundo os autores, esta estratégia utilizada pelo *parser* não deve ferir outro princípio, o da aposição mínima, ou *Minimal Attachment*, em que o *parser* utiliza o mínimo esforço para uma interpretação imediata, portanto, a nova palavra (*input*) que aparece na sentença deve ser ligada mentalmente ao sintagma que estiver sendo construído.

Percebe-se que ambos os princípios se complementam. Ou seja, diante de uma ambiguidade, recursos cognitivos simples são empregados, relacionando cada informação lexical nova ao sintagma mais próximo, que está sendo analisado no momento ou que acabou de ser processado. Daí a preferência do leitor por optar pela aposição local (*default*) na interpretação de sentenças que apresentam ambiguidade.

2 Prosódia

De acordo com Crystal (1969), um enunciado constitui-se de componentes segmentais e não segmentais. Estes incluem os aspectos prosódicos, paralinguísticos e não linguísticos. Os elementos não linguísticos são assistemáticos, determinados fisiologicamente, e portanto, não são usados intencionalmente na comunicação, como a tosse e o espirro. Os paralinguísticos aparecem esporadicamente na fala e constituem qualificadores da voz, quando se modifica intencionalmente a

voz durante a fala, como ao sussurrar, por exemplo. Já os elementos prosódicos geralmente estão presentes na fala e estão relacionados aos aspectos de altura, intensidade, duração e pausa.

Couper-Kouhlen (1986) corrobora com Crystal (1969), no entanto, a autora apresenta como constituintes prosódicos, a melodia, intensidade, duração e pausa, considera como elementos prosódicos apenas a melodia e a intensidade. Considera que a prosódia é composta por entonação, ritmo e manipulação de volume.

Logo, é evidente a falta de consenso entre os autores no que se refere a quais são os elementos prosódicos, no entanto, parece concordarem que a prosódia constitui aspectos não segmentais do enunciado. Couper-Kouhlen (1986) procura esclarecer melhor, caracterizando a prosódia sob a perspectiva do falante (dimensão articulatória), do ouvinte (dimensão auditiva), e do sinal acústico transmitido do falante para o ouvinte (dimensão acústica). A autora esclarece que apesar dessas dimensões não serem completamente independentes não existe uma relação direta entre elas, por exemplo, nem tudo que se apresenta no sinal acústico é percebido pelo ouvinte.

Então, conforme a autora, quando ocorre a vibração das cordas vocais pelo falante, produz-se acusticamente a frequência fundamental que é percebida pelo ouvinte como a entonação. Quando o falante apresenta um esforço físico, acusticamente apresenta-se a intensidade e na dimensão auditiva percebe-se o volume do som. E, o tempo despendido para o falante executar os movimentos articulatórios corresponde acusticamente ao tempo, e auditivamente à duração. Para Couper-Kouhlen (1986), portanto, os parâmetros acústicos de frequência fundamental, intensidade e tempo, correspondem respectivamente a melodia (*pitch*), altura e duração no nível perceptivo.

A frequência é o termo usado para descrever a vibração das cordas vocais que se movimentam com a saída do ar e é medida em ciclos por segundo ou Hertz (Hz). A frequência fundamental (F0) é a medida física do número de vibrações das pregas vocais por segundo. A F0 é o parâmetro acústico responsável pela percepção da melodia para os ouvintes. As variações de F0 constituem os padrões entonacionais do enunciado, dessa forma, Cruttenden (1986), Pierrehumbert (1987) e Moraes (1993) destacam que o contorno de F0 corresponde ao parâmetro mais importante no estudo da entonação.

A intensidade é a quantidade de energia despendida na vibração das pregas vocais que define como a amplitude de uma onda sonora provocada pela oscilação das moléculas de ar. Logo, quanto maior a força utilizada na vibração das pregas vocais, maior a amplitude da onda sonora e maior a percepção de altura (volume). A unidade de medida da intensidade é o decibel (dB).

Já o tempo corresponde ao período em que as unidades linguísticas são produzidas e envolve a coordenação dos movimentos dos órgãos articulatórios com a presença ou não de fonação. Como parâmetro prosódico acústico, o tempo pode ser medido em segundos (s) ou milissegundos (ms).

A literatura sobre o tema também faz questão de deixar clara a distinção entre prosódia e entonação, uma vez que, em alguns estudos, são tratadas como sinônimos, explicando que o motivo dessa confusão entre os termos ocorre devido ao fato de que a entonação apresenta dois conceitos, um mais amplo, que provoca a confusão com o termo prosódia; e um conceito mais restrito, em que a

entonação considera apenas a variação da melodia, da frequência fundamental (F0). O autor afirma ainda ser este o conceito mais utilizado em pesquisas realizadas nesse campo de investigação.

Algumas pesquisas, tais como a desenvolvida por Fonseca (2008), provaram como pistas prosódicas podem direcionar os ouvintes para uma determinada aposição em processamento de sentenças ambíguas. Isso mostra a relevância de abordarmos a prosódia quando estudamos sobre o processamento de sentenças ambíguas.

3 Contribuições à prosódia e ao processamento de sentenças

Dentre os alemães comparatistas e históricos, destacamos Humboldt que foi uma das fontes de Saussure. Para Humboldt a língua é a expressão do gênio popular, assim como para Saussure é um acordo social, coletivo. Outra afirmação do alemão que nos remete às ideias do suíço é que o material sonoro (significante saussuriano) articula representações semânticas (significado saussuriano). Aqui já podemos nos referir à forma como processamos as sentenças, ou seja, as interpretamos (atribuímos significados), desambiguizando-as se for o caso, levando em consideração a imagem acústica (significante).

Benveniste (2006, p. 225) ratifica o conceito saussuriano de signo linguístico ao estabelecer uma relação entre seus constituintes, afirmando que “o significante não é apenas uma sequência dada de sons que a natureza falada, vocal, da língua exigiria; ele é a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo”.

Quando falamos estamos submetidos ao sistema de regras estabelecido pela língua, por exemplo, em uma sequência do tipo *O filho cumprimentou o pai resfriado*, cada signo é formado da união do significante com o significado, para que haja compreensão, essência, para que o sistema da língua se configure. Para Saussure, quando falamos uma sentença estamos submetidos a um sistema estruturado de signos depositado virtualmente nos nossos cérebros.

Esses signos estão presentes no sistema de forma solidária, estabelecendo relações de oposição. As unidades constitutivas do sistema da língua encontram-se organizadas através de relações sintagmáticas e paradigmáticas. As relações sintagmáticas consideram a linearidade do significante, ou seja, os signos se apresentam de forma sucessiva, linear, obedecendo uma determinada ordem. Já as relações paradigmáticas demonstram uma relação distintiva entre elementos de mesmo valor, uma vez que os mesmos não se encontram na sequência e sim de forma virtual na mente do indivíduo.

Devemos entender como sintagmáticas as relações *in praesentia*, ou seja, entre dois ou mais termos que estão presentes (anteriores ou subsequentes) em um mesmo contexto sintático. [...] As relações paradigmáticas manifestam-se como relações *in absentia*, pois caracterizam a associação entre um termo que está presente em um determinado contexto sintático com outros que estão ausentes desse contexto, mas que são importantes para a sua caracterização em termos opositivos. (MARTELOTTA, 2012, p. 121)

Essa organização dos elementos linguísticos na nossa mente é relevante na caracterização de uma frase. As relações sintagmáticas e paradigmáticas acontecem concomitantemente. As diferenças resultantes dessas relações de oposição entre os elementos linguísticos no sistema da língua representam o valor para Saussure.

O processamento e interpretação de uma sentença, ambígua ou não, dependem da ocorrência concomitante de ambas as relações sintagmáticas e paradigmáticas. Quando processamos uma sequência, observamos, ao mesmo tempo, a linearidade real do signo (eixo sintagmático) e qual elemento mais adequado àquela determinada situação dentre os virtualmente disponíveis no nosso cérebro (eixo paradigmático). Ao interpretarmos se um atributo se refere ao sintagma nominal mais próximo ou mais afastado, levamos em consideração todos os conceitos saussurianos a respeito de língua e também de fala.

Para Benveniste, no entanto, interessa a articulação entre o sujeito e a estrutura, a enunciação enquanto expressão da subjetividade. Desse modo, a linguagem apresenta dois níveis de significação; o primeiro modo de significação é o semiótico que representa o nível intralinguístico ao qual não interessa a relação entre o signo e a coisa denotada e portanto, independe da referência (valor semântico da frase); já o segundo modo de significação é a semântica que representa a língua em ação, a comunicação, em que a referência define o sentido porque se caracteriza pelas ideias e a situação do discurso.

Então, os interlocutores atribuem sentido às palavras a partir das subjetividades. Tais subjetividades marcam a prosódia da fala dos interlocutores e conseqüentemente influenciam na maneira como o “tu” interpreta uma sentença ambígua proferida pelo “eu”. Benveniste afirma haver duas pessoas envolvidas na enunciação; o “eu”, pessoa subjetiva, o “tu”, pessoa. Retrata ainda o “ele” como uma não pessoa. A inversibilidade na enunciação entre o “eu” e o “tu” assegura a intersubjetividade.

De acordo com Benveniste, “eu” sou o sujeito quando manifesto minha subjetividade através da apropriação individual da língua, quando ocorre a semantização, a enunciação. Saussure não se aprofundou nos estudos sobre a fala (*parole*) justamente por ser uma manifestação individual da linguagem, algo irrepetível, assistemático. Já Benveniste se aprofundou nos estudos sobre a enunciação, a língua posta em uso, apesar de também considerar a enunciação como a utilização da língua através de um ato individual e irrepetível, uma vez que o tempo, o espaço e a pessoa jamais são os mesmos no uso da língua.

A língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada um se apropria pelo ato de linguagem e que, em cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, se torna único e sem igual, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira. (BENVENISTE, 2006, p. 69)

Assim como Saussure, Benveniste considera que o sujeito é submetido ao sistema. Dessa forma, a intersubjetividade é composta pelas subjetividades dos “eus”, mas sem que uma subjetividade interfira na outra, não havendo atitude responsiva. Então, para Benveniste, o enunciado é individual e não dialógico.

Nesse sentido, quando enunciamos uma sentença ambígua, o ouvinte pode interpretá-la de variadas formas, dependendo do tempo, do espaço e da pessoa que está ocupando o lugar de “tu” na enunciação. Além disso, aspectos suprasegmentais (prosódia) do enunciado são individuais e não coletivos como são os segmentais conforme Saussure e Benveniste.

Outro autor que merece destaque no que se refere à comunicação é Jakobson, que compôs o Círculo de Praga e procurou estabelecer um laço entre a literatura e a linguística, preocupando-se com o uso poético da linguagem. Uma das grandes contribuições do Círculo de Praga foi sobre os estudos em fonologia, ou seja, como os sons funcionam em sistemas específicos, estudando os fonemas que constituem o significante. Como vimos na seção anterior, a prosódia pode ser estudada em uma dimensão acústica, em que o sinal acústico é transmitido do falante para o ouvinte, estabelecendo-se uma comunicação.

Nesse processo comunicativo e prosódico, Jakobson define seis funções comunicativas que determinam o seguinte esquema de comunicação: remetente (função emotiva) – destinatário (função conativa) – contexto (função referencial) – contato (função fática) – código (função metalinguística) – mensagem (função poética). Portanto, o ato de comunicação verbal se processa da seguinte forma:

O REMETENTE envia uma MENSAGEM ao DESTINATÁRIO. Para ser eficaz, a mensagem requer um CONTEXTO a que se refere, apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um CÓDIGO total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário; e finalmente, um CONTACTO, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação. (JAKOBSON, 2003, p. 123)

Nesse sentido, Jakobson aborda dois modos básicos de organização dos códigos; o eixo da seleção, que é virtual, equivalente ao paradigmático saussuriano; e o eixo da combinação, que se refere à sequência, equivalente ao sintagmático saussuriano. O autor considera que a função poética se sobrepuja à função referencial quando há ambiguidade do código, ou seja, a mensagem é mais relevante do que o contexto no processo de desambiguação do código, para Jakobson “as palavras são escolhidas não pelo seu valor comunicacional e informacional, mas pela relação de equivalência (por semelhança ou dessemelhança) que elas podem estabelecer com as outras”.

Por exemplo, ao construir uma sentença ambígua como *O patrão readmitiu o funcionário arrependido*, as palavras *patrão* e *funcionário* não foram escolhidas pelo seu valor informacional e sim pela relação de equivalência entre elas, que torna a sentença ambígua. Alterando a palavra *patrão* para *patroa*, a ambiguidade desapareceria pois o atributo refere-se a um gênero masculino.

4 Conclusão

Todas as pesquisas desenvolvidas na área da Linguística terão contribuições significativas de Saussure, porque sempre alguns conceitos desenvolvidos por ele estarão presentes de alguma forma. As dualidades que Saussure apresentou na tentativa de sistematizar os estudos sobre a língua são essenciais como fundamentação teórica em diversos estudos.

Assim como, em se tratando de enunciado, serão mencionados os pressupostos teóricos de Benveniste, ainda que alguns discordem dele quanto ao enunciado ser individual e não dialógico, o que a nós, no estudo do processamento de sentenças ambíguas, faz sentido que a comunicação se estabeleça a partir da intersubjetividade e não de uma atitude responsiva.

Jakobson também constantemente é estudado em pesquisas linguísticas, quando se trata de interação, abordando suas seis funções comunicativas e os seus estudos fonológicos de traços distintivos, representantes do significante. Além disso, a sua contribuição quanto à relevância da função poética na seleção de palavras para a constituição de uma sequência comunicativa.

De todo o exposto, fica claro que Saussure, Benveniste e Jakobson contribuíram e ainda contribuem, com seus pressupostos que se complementam, não apenas para pesquisas sobre o processamento de sentenças, mas também para um melhor entendimento acerca do signo linguístico, enquanto elemento do sistema *langue*, e como ele é processado na enunciação, enquanto apropriação individual da língua, para que o processo comunicativo se estabeleça.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Plínio. **Incursões em torno do ritmo da Fala**. Campinas: FAPESP/Pontes Editores, 2006.

BASSO, R. et al. **Semântica**. Florianópolis : LLV/CCE/UFSC, 2009.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

COUPER-KUHLEN, E. **An introduction to English Prosody**. London: Edward Arnold, 1986.

CRUTTENDEN, Allan. **Intonation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

CRYSTAL, D. **Prosodic systems and intonation in English**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

DILLINGER, M. Parsing Sintático. **Boletim da ABRALIN**, v.13, 1992.

FLORES, V.; TEIXEIRA, M. **Introdução à Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2008.

- FONSECA, Aline Alves. **Pistas Prosódicas e o Processamento de sentenças ambíguas do tipo “SN1-V-SN2-Atributo” do Português Brasileiro**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- FRAZIER, L.; RAYNER, K. Making and correcting errors during sentence comprehension: Eye movements in the analysis of structurally ambiguous sentences. **Cognitive Psychology**, v.14, p. 178-210, 1982.
- HOUAISS A.; VILLAR M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2003.
- LAVER, J. **Principles of phonetics**. New York: Cambridge University Press, 1994.
- MAIA, Marcus. Rastreamento ocular de sintagmas preposicionais ambíguos em português. **Revista da ABRALIN**, n. 2, v. 9, p. 11-36, 2010.
- MAIA, M.; FINGER, I. **Processamento da Linguagem**. Porto Alegre: Educat, 2005.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo et al. **Manual de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- MORAES, J. A entonação modal brasileira: fonética e fonologia. **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas: IEL-Unicamp, n. 25, p. 25-66, 1993.
- NORMAND, Claudine. **Convite à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. **Saussure**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz, 2006.
- PIERREHUMBERT, J. B. **The Phonology and Phonetics of English Intonation**. Indiana: Indiana University Linguistics Club Publications, 1987.
- REIS, C. **Aspectos Entonacionais do Português em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Linguística da Faculdade de Letras. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1984.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.
- TOLEDO, Dionísio. **Círculo Linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia**. Porto Alegre: Globo, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA
Disciplina – Teorias em Semântica

ENSAIO SOBRE PAPÉIS TEMÁTICOS

A minha proposta para este trabalho é descrever e refletir as atribuições teóricas dos papéis temáticos, considerando algumas diferentes conceituações e tratamentos e como estes podem ser finalmente aplicáveis ao português do Brasil.

A discussão sobre a realização temática de sentenças não é recente. Já buscava-se identificar universais sintáticos-semânticos sob uma forte generalização, como um conjunto de relações semânticas que definiriam o caso⁸. Estes universais foram descritos em agentivo, instrumental, dativo, factual, locativo, objetivo, de acordo com as funções sintáticas e realizações semânticas estabelecidas pelo sintagma nominal na sentença.

No entanto, a primeira vez que o termo *papel temático* foi empregado foi em 1976, por Gruber, no livro *Lexical structures in syntax and semantics*, em que discutia a relação entre a estrutura sintática de uma oração e o estabelecimento semântico dos papéis temáticos.

A estrutura argumental das línguas, sendo motivadoras para o surgimento da Teoria theta. Ele insiste em um modelo segundo o qual o conteúdo semântico dos papéis temáticos é levado em consideração.

Isso se deve à existência de alguns dados das línguas que corroboram a necessidade de uma teoria gramatical distinguir semanticamente esses papéis. Se existem questões de natureza semântica, mais especificamente, questões envolvendo o conteúdo semântico dos papéis temáticos que restringem e/ou ordenam a estruturação sintática das orações, elas devem fazer parte de uma teoria gramatical. (MOREIRA, 2000, 21)

Givón (1984) também desenvolve alguma preocupação com a descrição desses elementos que ele rebatiza de papéis semânticos, provocando uma aproximação entre os formalistas – principalmente os gerativos – e os funcionalistas, que passam a reconhecer os papéis temáticos como funções de caso e categorias metafóricas. Além de Givón (1984), outros funcionalistas também entraram nesta discussão, tais como (RADFORD, 1988; SVOROU, 1993; KEWITZ, 2007 apud CASTILHO, 2012).

⁸ A Gramática de caso, estabelecida por Fillmore se desenvolve numa sequência entre Modalidade e Oração. Sendo que a Modalidade representa a o tempo, o modo, o aspecto e a negação, enquanto a Oração comporta uma estrutura lógica de um predicado e um conjunto de argumentos.

O fato de a estrutura sintática de uma simples sentença está descrita em termos de regras gramaticais – relações gramaticais – assumidos pelos participantes do evento é, naturalmente, em parte, uma questão de definição. [...] as sentenças simples exibem um estranho isomorfismo entre semântica e sintaxe, quando comparadas a outros tipos de sentenças. Este isomorfismo é expressado, em grande medida, em termos de um mapeamento sistemático entre as regras semânticas dos participantes do estado/evento e suas regras gramaticais na sentença. (GIVÓN, 1984, 105)⁹

Veja como Givón relaciona as regras de realizações semânticas às estruturas sintáticas das línguas, apresentando, nesta percepção de um isomorfismo, uma univocidade entre as regras linguísticas semânticas e sintáticas e os participantes do estado/evento.

Dowty, por sua vez, (1989) entende que o conteúdo semântico dos papéis temáticos se define a partir da família de **acarretamentos lexicais**, partilhados por argumentos da mesma posição sintática aberta por um verbo.

Eu assumo que qualquer teoria semântica completa, de língua natural, deve nos permitir descrever os *vínculos lexicais* de verbos. Por exemplo, se uma sentença *x construir y* é verdadeira, então é necessariamente também verdade que *x* executa ações propositais, e resultam dessas ações uma estrutura ou outro artefato *y* vindo a existir e assim por diante. Os significados postulados, construções sintáticas (em situação semântica), decomposições lexicais ou algum outro meio são próprios para descrever vinculações lexicais, contanto que concordem em ser descritíveis. (DOWTY, 1986, 75, itálicos do autor)

Dowty define acarretamento lexical de um predicado como o grupo de todas as coisas que podemos concluir sobre *x* somente por saber que a sentença *x, de predicador y* é verdadeira.

O papel temático de um argumento, ou seja, a função semântica que determinado argumento exerce em uma sentença, é definido como sendo o grupo de propriedades atribuídas a esse argumento a partir das relações de acarretamentos estabelecidos por toda a proposição em que esse argumento encontra-se. (CANÇADO, 2005, 28)

Seguindo os preceitos teóricos de Dowty, pode-se dizer que em “João quebrou o vaso com um martelo”, o papel temático atribuído a *João* é o grupo de propriedades semânticas atribuídas a *João*, estabelecidas pelos acarretamentos decorrentes da proposição *João quebrar vaso com martelo*. Ou seja, se é verdade que *João quebrou o vaso com um martelo*, então, é necessariamente verdade que *João*:

- tem controle sobre o desencadeamento do processo;
- teve intenção de quebrar o vaso;
- e, conseqüentemente, é animado;
- usou um instrumento para tal ação; etc.

Em (1) e (2), por mais que sejam conservado os traços semânticos de *Rita*, este sujeito atua como controlador apenas em (1). Em (2), o sujeito não consegue exercer nenhum controle. Deste

⁹ Todas as traduções apresentadas neste texto são de minha inteira responsabilidade.

modo, é a atribuição temática do verbo em relação ao sintagma que garante a realização do papel temático agente (1) ou experienciador (2).

Essa conceituação se aplica muito bem ao Português do Brasil ao revelar como determinadas formações temáticas são possíveis apenas dependendo de determinados tipos de verbos e de predicados.

Ainda podemos observar mais alguns exemplos dos autores:

- 1) Paulo bebeu água.
- 2) Paulo engoliu água.
- 3) *Paulo bebeu a caneta.
- 4) Paulo engoliu a caneta.
- 5) Paulo obrigou Maria a cantar.
- 6) *Paulo obrigou Maria a desmaiar.

Veja-se que dependendo dos verbos empregados os papéis temáticos atribuídos aos sintagmas nominais sofrem alterações, mesmo que a função sintática e os traços semânticos inerentes do sintagma se repitam em diferentes sentenças. Em (5), por exemplo, Paulo não pode ser o agente da sentença porque o verbo *engolir* não permite um argumento como *caneta*, inviabilizando uma posição temática de Paulo de agente ou experienciador. O mesmo que acontece em (8), uma vez que pelo compartilhamento de traços semânticos se torna impossível em português um controle de Paulo sobre o desmaio de Maria.

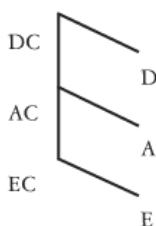
São principalmente as ideias de Dowty (1989) que influenciam o texto de Cançado (2005) sobre a realização temática do português do Brasil. Para tanto, ela propõe uma análise bastante sintética das funções temáticas dos predicados, baseadas quatro propriedades semânticas, fundamentais para o estabelecimento das regras de projeção da semântica na sintaxe:

- *ser um desencadeador de um processo,*
- *ser afetado por esse processo,*
- *ser ou estar em um determinado estado e*
- *ter controle sobre o desencadeamento, o processo ou o estado.*

A proposta de Cançado (2005) é que as regras de projeção baseadas no desencadeador, no afetado, no estado e controle podem dar conta de todas as possíveis realizações temáticas da língua, se apresentando, desta forma, como uma teoria econômica que dispensaria um excesso de classificações.

Para tanto, ela apresenta o seguinte diagrama:

O Diagrama E ¹¹



Este diagrama é regido por quatro classificações temáticas D, A, E e C que se distribuem pelo diagrama E. A primeira classificação se refere diretamente à primeira perna do E e trata da ação efetiva do desencadeador, que em proeminência à esquerda mantém controle sobre o desencadeamento, enquanto na sua ponta à direita tem-se apenas o desencadeador, sem o controle.

- 7) Paulo estudou para a prova.
- 8) A prova preocupou Paulo.

Veja-se que nas duas situações há um desencadear de ação, sendo que em (9), Paulo exerce controle sobre sua ação de estudar, enquanto, em (10), a prova não tem controle algum sobre a preocupação de Paulo. Até porque prova é elemento -animado e -humano e, conseqüentemente, desprovido de vontades e controles.

Essa regra explica muito bem um fenômeno até então problemático para a maioria das teorias temáticas, que trata a dualidade de papéis temáticos a um mesmo argumento:

- 9) O pai estudou todos os filhos até a faculdade.
- 10) Paulo casou a filha no sábado.

Considerando as demais teorias temáticas já aqui abordadas, essas sentenças teriam problemas, pois em (11) e (12) *o pai* e *Paulo* não *casou*, nem *estudou*, mas foram os responsáveis por as ações praticadas por *os filhos* e *a filha*. Do mesmo modo, *os filhos* e *a filha* seriam ao mesmo tempo agente de *estudar* e *casar*, mas pacientes de uma ação executada por *o pai* e por *Paulo*. O que contraria o princípio theta que nenhum argumento pode ter mais uma função temática.

Cançado (2005) resolve este problema ao classificar a função temática a partir de regras semânticas de projeção. Neste caso, *o pai* e *Paulo* são desencadeadores e controladores das ações realizadas por *os filhos* e *a filha*, estes por sua vez são desencadeadores, afinal são eles que realizam as ações de *estudar* e *casar*, mas não as controlam e são afetados pelas ações de *o pai* e *Paulo*.

A segunda linha do diagrama é para o argumento que, na ausência de desencadeador tem como acarretamentos relevantes ser afetado com controle ou sem controle:

- 11) João cortou seu cabelo no barbeiro. → afetado/controlado > afetado
 - 12) João recebeu um livro. → afetado/controlado > afetado
 - 13) João tornou-se um líder, por acaso → afetado > estativo
 - 14) João recebeu um tapa. → afetado > estativo
- E por último, a terceira linha do diagrama trata do estativo, com ou sem controle.
- 15) Maria mora em Paris. → estativo/controlado > estativo
 - 16) A casa apresenta uma linda fachada. → estativo > estativo

Como se pode ver o modelo de análise temática baseada no diagrama E dá solução para alguns problemas de atribuição temática do português brasileiro, principalmente as orações do tipo *João estudou todos os filhos até a faculdade*, que se tornam cada vez mais produzidas no Brasil.

O modelo E de análise dos papéis temáticos explica bem as realizações temáticas dos argumentos internos e externos, mas não consegue dar amplitude aos papéis temáticos introduzidos por adjunções. Vejamos como os papéis temáticos realizados como adjunções devem receber outra valoração temática na análise de Cançado (2005):

17) João vendeu o livro usado para Maria (alvo) por 10 reais. (valor)

Vê-se que quando se trata dos papéis temáticos atribuídos por adjuntos, a análise por regras de projeção não se mostra tão otimizada e requer uma descrição tradicional aos moldes do mesmo preceito para todas os papéis temáticos em adjuntos:

18) João recebeu uma herança (deslocado) de seus pais. (origem)

19) João quebrou a porta com o martelo. (instrumento)

De modo geral, para a realização temática do Português do Brasil é muito boa para a posição sujeito, mas não dá conta economicamente das demais posições argumentais, sendo necessário recorrer a literatura tradicional de classificação como valor, instrumento, qualidade, locativo, origem, etc..

Pude, assim, fazer um breve percurso no estudos dos papéis temáticos, de modo que se posso fechar este texto com alguma conclusão é que se torna evidente, para mim, como no decorrer dos anos foram se aprofundando as discussões acerca das teorias temáticas, desde uma visão coercitiva de caso, de uma relação biunívoca entre sintaxe e semântica às regras gerativas de projeção.

Também foi possível refletir como as ideias de Cançado (2005) tentam resolver as realizações temáticas do português do Brasil, mas não o consegue completamente, principalmente quando trata das realizações dos argumentos internos.

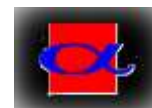
Referencias bibliográficas

- CANÇADO, M. Posições argumentais propriedades semânticas. **D.E.L.T.A.** São Paulo, n. 21:1, p. 23-56, 2005.
- CASTILHO, A. **Gramática do português brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2012.
- DOWTY, D. On the semantic content of the notion of thematic role. In: Chierchia, Partee & Turner. (Eds.) **Property, types and meanings: studies in linguistic and philosophy**, 2, semantic essays, 69-129, Dordrecht: Kluwer, 1989.
- FILLMORE, C. The case for case. In: **Universal in linguistic theory.** New York: Holt, Rinehart & Winston, 1968.
- GIVÓN, T. **Syntax.** Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1984.
- GRUBER, J. **Lexical structures in syntax and semantics.** Amsterdam: North Holland, 1976.
- JACKENDOFF, R. **Semantic interpretation in generative grammar.** Cambridge: MIT Press, 1972.
- MOREIRA, C. B. **Princípio de ligação Sintaxe/Semântica: Construções Estativas.** 2000. 93 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2000.
- PERES, J. A.; MÓIA, T. **Áreas críticas da língua portuguesa.** Lisboa: Caminho, 1995.



UFAL

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LETRAS E LINGÜÍSTICA**



PPGLL

**A LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO:
CONCEITOS, CONCEPÇÕES E TEORIAS DE
SAUSSURE, BENVENISTE E JAKOBSON**

**MACEIÓ
2013**

A LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO:
CONCEITOS, CONCEPÇÕES E TEORIAS DE
SAUSSURE, BENVENISTE E JAKOBSON

Trabalho apresentado ao Professor Doutor Aldir Santos de Paula, como requisito parcial de avaliação na Disciplina Teorias Linguísticas, do Curso de Pós-Graduação em Letras e Linguísticas da Universidade Federal de Alagoas.

MACEIÓ

2013

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em apresentar a Linguística da Enunciação, analisando conceitos saussurianos que foram incorporados por essa teoria, bem como apresentando o pensamento, conceitos e ideias dos teóricos Benveniste e Jakobson nesta perspectiva.

De maneira geral, FLORES (2008, p. 11), afirma que as teorias da enunciação estudam as marcas do sujeito no enunciado e não o próprio sujeito. O que na visão de muitos linguistas, a enunciação é o que “sobrou” inconcluso no Curso de Linguística Geral, justamente por esse fato é que muitos teóricos da linguagem chegam a afirmar que Saussure não tenha pensado na linguística da enunciação.

Em amplo sentido, a Linguística da Enunciação abrange diversas correntes de estudo da língua que adotam a concepção de linguagem como processo de interação. Pode-se entender por enunciação como a caracterização que detém a perspectiva funcionalista em oposição a uma perspectiva formalista.

Em Flores (2001, apud FLORES, 2008, p. 107), encontramos:

A linguística da enunciação toma para si não apenas o estudo das marcas formais no enunciado, mas refere-se ao processo de sua produção: ao sujeito, tempo e espaço. A linguística da enunciação deve centrar-se no estudo das representações do sujeito que enuncia e não no próprio sujeito, objeto de outras áreas.

Mesmo percebendo que a Linguística da Enunciação abrange muitas correntes, inclusive algumas que se desenvolveram ao longo dos últimos tempos, será feito, neste trabalho, referência apenas aos estudos realizados pelos linguistas Saussure, Benveniste e Jakobson.

2. PRINCIPAIS CONCEITOS DE SAUSSURE ADOTADOS NA LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO

É no contexto dos estudos histórico – metodológicos que Saussure lança suas ideias sobre a língua e sobre a linguagem. Nesse momento os estudos linguísticos começam a adquirir um caráter mais profundo e abstrato. Eles deixam de se concentrar na comparação de manifestações externas de várias línguas e passam a se interessar pela língua como um sistema de valores estruturado e autônomo, que é subjacente a toda e qualquer produção linguística, seja na língua que for. Aí a linguística passa a ser concebida como uma ciência: ela não só descreve fatos linguísticos, mas busca uma explicação coerente para sua ocorrência.

Para Saussure, linguagem é uma faculdade, uma capacidade que os homens têm para produzir, desenvolver, compreender a língua e outras manifestações simbólicas semelhantes à língua. A linguagem é heterogênea e multifacetada: ela tem aspectos físicos, fisiológicos e psíquicos, e pertence tanto ao domínio individual quanto ao domínio social.

Para Saussure, é impossível descobrir a unidade da linguagem. Por isso, ela não pode ser estudada como uma categoria é impossível descobrir a unidade da linguagem. Por isso, ela não pode ser estudada como uma categoria única de fatos humanos. A língua é diferente. Ela é uma parte bem definida e essencial da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, estabelecidas e adotadas por um grupo social da faculdade da linguagem. A língua é uma unidade por si só. Ela é a norma para todas as demais manifestações da linguagem. Ela é um princípio fundamental de classificação, com base no qual é possível estabelecer certa ordem na faculdade da linguagem.

O objeto da linguística deve ser a língua, que é um produto social da faculdade da linguagem.

A língua é um fenômeno que está além do domínio individual de cada um de nós. Ela é o produto de uma comunidade, ela é parte do domínio dessa comunidade.

Uma consequência do fato de a língua ser social é ela ser também convencional: ela existe e se mantém por um acordo coletivo tácito entre os falantes. Isso significa que um falante de uma língua não pode fazer modificações nessa língua a seu “bel prazer”.

A comunicação humana seria impossível se a língua não fosse convencional.

De todas as manifestações da faculdade da linguagem, a língua é a que mais bem se presta a uma definição autônoma. Ela ocupa lugar de destaque entre as manifestações da linguagem, e, como tal, deve ser tomada como base para o atendimento das outras manifestações.

A semiótica, que é a ciência que estuda todas as manifestações da faculdade da linguagem, parte sempre de análises feitas sobre a língua.

A linguagem é uma capacidade humana, da qual a língua é um produto, além de ser um fenômeno social e convencional.

“Dicotomia”, usado na lógica, que é a de “divisão lógica de um conceito em dois outros conceitos, em geral contrários, que lhe esgotam a extensão”. Entende-se um conceito em relação ao outro e juntos formam um conceito maior. As quatro famosas dicotomias saussurianas são: língua e fala, significante e significado, sincronia e diacronia, e paradigma e sintagma.

A língua é coletiva e social. A fala é manifestação ou concretização da língua, por um indivíduo. Na língua, está o que é essencial; na fala está o que é acessório e mais ou menos acidental. A língua não é uma função do falante. A fala é um ato individual de vontade: ao falar, o falante precisa fazer opções por uma ou outra maneira de dizer a mesma coisa, cada pessoa vai produzir uma fala diferente. Mas a língua vai ser sempre a mesma: português. É justamente o que permite a comunicação.

A fala é a língua posta em uso, não se limita ao meio sonoro, gestual, escrito que usamos para colocar nossa língua em uso. Ela é a prática da língua.

Para Saussure, o objeto da linguística é a língua. Cada teoria linguística define língua de uma maneira diferente. A noção de língua de Saussure é uma entre várias noções de língua com as quais a linguística moderna opera.

A língua é um sistema. Um sistema é um conjunto organizado de elementos, que se define pelas características desses elementos, e no qual cada elemento se define pelas diferenças que apresenta em relação a outro elemento, e por sua relação com todo o conjunto.

Cada elemento da língua se define pela diferença que apresenta quando comparado a outro elemento.

O conjunto de diferenças que existe na língua está relacionado com a noção de valor.

Em resumo, para Saussure; a língua é um sistema estruturado de elementos; esses elementos, por sua vez, se definem por sua relação com o sistema e por sua relação com os demais elementos que compõem o sistema. Na língua só há diferenças. A diferença que se estabelece entre cada elemento do sistema revela seu valor linguístico. A língua é um produto essencial da faculdade da linguagem. Ela é social, exterior ao indivíduo.

Em relação ao significado e significante, Saussure afirma que Signos são unidades que significam alguma coisa.

Nossas ideias a respeito do que as coisas são dependentes da língua. Não existe ideia estabelecida anteriormente à língua. Antes da língua, nosso pensamento é uma massa amorfa e indistinta, como uma nebulosa.

A língua é uma relação que associa a massa amorfa do pensamento à massa amorfa fônica/gestual. A língua cria o significado, que é um conceito, a língua cria o significante, que é uma imagem acústica. Juntos, significante e significado, formam o signo linguístico.

A língua cria significante e significado ao mesmo tempo. Cada signo adquire um valor. Um signo se define pelas diferenças que ele tem quando comparado a outros signos. Cada signo tem um valor.

A língua é um princípio de classificação: a língua é uma forma de interpretar, organizar e categorizar o mundo. Para Saussure, cada língua “cria” um mundo. Diferente do mundo físico real.

Significante e significado são formas, não substâncias. A linguística tem por objeto o estudo da forma do significante e da forma do significado, não da substância.

No entanto, quando ao Sintagma e Paradigma, Saussure idealiza que na língua não existe simultaneidade.

Podemos pensar em sintagma e paradigma como dois eixos: o primeiro corresponde a um eixo horizontal, o segundo a um eixo vertical. O eixo sintagmático, ou horizontal e o eixo da linearidade.

O eixo paradigmático ou eixo vertical é o eixo das relações associativas. Os signos que têm algo em comum se associam em nossa memória, formando grupos.

O significante de um signo é imotivado. Não existe nenhuma relação de semelhança entre essa imagem acústica ou gestual e o conceito associado a essa imagem. O fato de um som [mar] nos levar ao conceito que temos de [MAR] é resultado de uma convenção aceita pelos falantes do português.

A defesa de Saussure se fundamenta em dois argumentos: primeiro, que as onomatopeias são raras na língua; segundo, que sua escolha já é arbitrária, na medida em que elas apenas se aproximam dos sons que ouvimos.

A motivação parcial de um signo linguístico se explica por dois princípios: pela análise de um signo em signos menores, o que evidencia uma relação sintagmática; e pela associação desses signos a outros signos, o que evidencia uma relação paradigmática.

Não existe língua em que nada seja motivado. As línguas se colocam entre dois pólos: mínimo de arbitrariedade e máximo de arbitrariedade, algumas tendendo mais para um pólo, outras tendendo mais para outro.

Os signos linguísticos são sempre convencionais, mesmo quando são icônicos. Ser convencional significa que eles não são previsíveis, ou seja, nós não podemos adivinhar, antecipadamente, como vai ser em uma língua ou em outra, o signo que se refere a uma determinada entidade.

Cada língua de sinais tem um signo icônico diferente. Isso mostra como a língua é convencional. Apesar de as línguas apresentarem graus maiores ou menores de motivação, elas são sempre convencionais.

Quando Saussure pensou em Sincronia e Diacronia, partiu do pressuposto de que a linguística é um tipo de ciência que deve se construir sobre dois eixos: o do estado e o das evoluções. O eixo do estado é o eixo sincrônico: nele, a língua é estudada como ela se apresenta em um determinado momento de sua história. Toda intervenção do tempo é excluída. O eixo das evoluções é o eixo diacrônico: nele, a língua é analisada como um produto de uma série de transformações que ocorrem ao longo do tempo.

O falante de uma língua conhece essa língua da maneira como ela se apresenta durante seu tempo de vida. Ele não se preocupa com sua evolução ao longo dos séculos.

Na língua as mudanças não são intencionais. A língua muda naturalmente. Muitas vezes, as línguas mudam por razões internas à própria língua.

A língua como um sistema de valores, em que o valor de cada unidade é computado pela diferença que essa unidade apresenta em relação a outras unidades do sistema, e em relação a todo o sistema. O cálculo do valor dos elementos linguísticos deve ser feito levando em conta dois eixos: o das relações sintagmáticas, ou combinatórias; e o das relações paradigmáticas, ou associativas. O sistema de valores (que é a língua) e a fala, que é a manifestação externa desse sistema de valores. Um signo linguístico é a associação indissolúvel de um significante e de um significado, ambos obtidos respectivamente, de uma formatação feita em uma massa amorfa fônica/gestual, e em uma massa

amorfa de pensamento. A constituição do signo pode ser motivada, mas é sempre convencional. A língua pode ser estudada em sua dimensão estática, e em sua dimensão evolutiva ou histórica.

3. BENVENISTE E A LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO

Apesar dos aspectos linguísticos da enunciação já se apresentarem nas gramáticas gregas e latinas, mesmo antes e bem antes de Benveniste, mas foi realmente Émile Benveniste quem, com seus principais textos reunidos nos dois volumes dos Problemas de Linguística Geral deu o impulso necessário para que se desenvolvessem na Linguística outras reflexões igualmente notáveis sobre o uso da linguagem verbal.

Percebendo assim a área delineada, intenciona-se aqui reunir os elementos que indicam que, levando em conta a preocupação dominante na Linguística com o código da língua e fundamentando-se em conceitos estruturalistas semelhantes, o modo de entender a enunciação apresentado na história do estudo da linguagem por Émile Benveniste, estruturalista da linguagem que desenvolveu suas ideias na França.

Sem a intenção de revelar a compreensão do funcionamento da linguagem, o objetivo é o de trazer apenas algumas indicações e talvez um possível esclarecimento sobre o tema.

Émile Benveniste, quanto ao conceito de enunciação, parte de conceitos saussurianos que, modificados, ampliados, consignificados, resultam na afirmação de abordagens quanto ao uso da linguagem, focalizando, conseqüentemente o seu objeto de análise, chegando assim a uma conceituação da enunciação.

Benveniste alicerça sua teoria em conceitos estruturalistas, bem verificável quando diz que Benveniste aceita as exigências metodológicas de Saussure e descreve a língua como o fundamento das relações intersubjetivas. Fazendo uma análise, com o máximo de fidelidade, de quatro textos de Benveniste, é possível encontrar tanto o ponto de partida de sua proposta semântica, a linguística saussuriana que tem na língua seu objeto de estudo, oposta à fala, quanto seu ponto de chegada, sua concepção de enunciação, é neste sentido que ele vê a linguagem em uso associada à língua.

Observando a análise linguística de Benveniste, o que pode-se perceber como uma caminhada para chegar ao seu conceito de enunciação. Importante ressaltar que Benveniste parte da análise da língua como forma, fazendo referência ao método

estruturalista de segmentação e substituição, que leva às relações sintagmáticas e paradigmáticas entre os elementos do sistema, método adotado pela Linguística de sua época. A noção de nível, nesses procedimentos de análise, torna-se essencial para a descrição da natureza articulada da linguagem, e é nessa noção que Benveniste vai fundamentar a distinção que estabelece entre forma e sentido, indo do nível inferior, constituído pelos elementos merismáticos, ao nível superior, o da frase. A respeito dessa perspectiva, as entidades linguísticas admitem dois tipos de relação: distribucionais, entre elementos de mesmo nível e integrantes entre elementos de nível mais alto. A partir disso, ficam estabelecidos dois limites: o do nível inferior e o do nível superior. Há, ainda, um nível intermediário, o do signo, que pode conter constituintes e funciona como integrante de um nível mais alto. A distinção entre constituinte e integrante é fundamental porque, a partir dela se compreende a relação entre forma e sentido. A dissociação constitui a forma, a integração cria unidades significantes.

Desta forma, para Benveniste, a forma é a capacidade que tem o sistema de se dissociar em constituintes de nível inferior; o sentido é sua capacidade de integrar unidades de nível superior. Assim, a frase se apresenta como um domínio novo; pode ser segmentada, mas não pode integrar outro nível. Não é uma classe de unidades distintas. Sua propriedade fundamental é a de predicar, pois não há frase fora da predicação; é a linguagem em uso. Do ponto de vista semântico, os signos da língua têm uma significação no sistema, enquanto a frase tem sentido e é informada de significação.

Percebe-se assim, que o valor semântico do signo, definido pela língua, não é o mesmo que o da frase, construído pelo uso da linguagem. Retomando-se a proposta resumida anteriormente, com vistas a justificar o tema escolhido para estas linhas, Benveniste, nesse momento de suas reflexões sobre a linguagem, parte do estudo da língua tal como era visto em sua época, sem rejeitar a importância que a língua tem para a compreensão do uso da linguagem.

Mais que isso, ele reelabora esse estudo, fazendo uma introdução em sua abordagem ao sentido, este que muitas vezes fora posto de lado nos estudos linguísticos sobre a forma. Percebe-se assim que forma e sentido não se excluem, embora sejam duas linguísticas distintas, em que uma se ocupa dos signos formais, estudados por meio de uma metodologia rigorosa, e a outra se interessa pela utilização da língua em seu uso. No entanto, o seu objetivo é estudar o discurso, que se entende como a manifestação da língua no uso da linguagem.

Mais tarde, Benveniste, ainda sobre a forma e o sentido na linguagem, vai mais além em suas reflexões, sem alterar a importância que concede à língua, aos elementos linguísticos que constituem o sistema; agora parece menos preocupado em mostrar o papel já demonstrado que a língua desempenha no uso da linguagem, o linguista desenvolve de modo mais aprofundado o aspecto semântico de sua teoria. Para isso, parte da ideia de que a oposição forma/sentido coloca o linguista na essência da linguagem que é o problema da significação.

Em primeiro lugar, Antes de mais nada, afirma ele que a linguagem é a significação, pois essa é o próprio ser da linguagem, não é algo que lhe seja acrescentado. Desta forma, ele quer ultrapassar a doutrina saussuriana de signo, constituído de significante (forma) e significado (visto como a aceitabilidade do signo na comunidade de fala). O que quer dizer que significar é ter sentido construído por uma rede de relações com outros signos que o definem no sistema. Pode-se explicar como o domínio do semiótico, do sistema linguístico. Conclui-se que não há relação língua/mundo, mas o signo tem valor genérico, as oposições são de tipo binário.

Apesar dos signos estarem sempre em relações paradigmáticas. Para Benveniste, signo e frase são distintos, por isso pedem descrições distintas. Com diferença de língua e fala de Saussure, Benveniste vê na língua, forma e sentido. A forma, podendo ser entendida como a língua semiótica, tendo a função de dar significado, enquanto a frase como semântica, tendo a função de levar a comunicação pela linguagem em ação, no intuito de mediar homem x homem e homem x mundo, com o papel de transmitir informação, de comunicar experiência, com um papel fundamental na organização da vida dos homens.

Ao tempo em que o semiótico é uma propriedade da língua, o semântico é o sentido construído pelo locutor que emprega a língua, é a ideia que ele expressa servindo-se de palavras integrantes de sintagmas particulares, em suas relações sintagmáticas. O que se conclui que o valor semântico resulta da articulação entre relações paradigmáticas e sintagmáticas.

Ambos, semântico e semiótico, se articulam para a construção do sentido no uso da linguagem. Mesmo que forma e sentido construam duas linguísticas diferentes, sendo o semântico o uso da língua e o semiótico a sua forma. Vale ressaltar que a semiótica e semântica, possuem métodos de diferentes análises, que não se opõem, mas ao contrário se complementam. Assim, Benveniste parte de conceitos saussurianos: signo, relações paradigmáticas e sintagmáticas, mas os ultrapassa, focalizando o aspecto semântico da linguagem, redefinindo língua e fala e articulando-as.

Benveniste conceitua ainda enunciação como sendo um processo, um ato pelo qual o locutor mobiliza a língua por sua própria conta; é o ato de apropriação da língua que introduz aquele que fala na sua fala. O produto que se tem desse ato é o enunciado, que tem suas características linguísticas determinadas pelas relações que se estabelecem entre o locutor e a língua. Assim, a enunciação é o fato do locutor, que se apropria da língua, e das características linguísticas dessa relação. A enunciação converte a língua em discurso pelo emprego que o locutor faz dela.

Apropriando-se de forma individual do aparelho formal da língua, o locutor enuncia sua posição com suas marcas linguísticas específicas. Desta forma, ele implanta o outro, o alocutário, diante de si. Em cada produção de discurso constitui-se um centro de referência pessoal, distinta, com suas marcas internas. O que explica que nele estão as marcas de pessoa, de espaço e de tempo, em que o eu é o centro da enunciação. Por isso que somente pela enunciação é que certos signos passam a existir. É também pelo fato de que o locutor ou enunciador, ao se enunciar, influencia o comportamento do alocutário que tomam sentido as funções sintáticas: a asserção, a interrogação, a intimação e ainda algumas modalidades formais. No enunciado surge também o ele, a não-pessoa, o qualquer um ou qualquer coisa de que se fala no discurso.

Para Émile Benveniste, assim como para Saussure, continuam a existir dois níveis na linguagem, que são entendidos de modos diferentes e não mais dissociados, a noção de relação entre elementos se mantém, constituindo paradigmas e sintagmas, o signo é repensado, o sentido passa a ocupar o lugar principal e o sujeito, excluído da proposta saussuriana, torna-se o centro de referência para a construção do sentido no discurso. Com essas modificações, a linguística da fala que, no Curso de Linguística geral ocupa o segundo plano e não é considerado objeto de estudo para o linguista, passa a ser, a partir da reformulação dos próprios conceitos de Saussure, a Linguística

4. A COMUNICAÇÃO EM JAKOBSON

Roman Jakobson teve mais de seiscentas publicações, estudando diversos temas, como o folclore, a poesia, a fonologia, a crítica literária, a aquisição de linguagem, as línguas do mundo, a patologia de linguagem, entre outros. Ele se torna um dos responsáveis por levar a linguística para a antropologia.

Jakobson apresentou papel importante na divulgação de estudos envolvendo a linguística e a poética. Estudos importantes para a enunciação, pois por meio da teoria das funções da linguagem (emotiva, conativa, metalinguística, referencial, fática e poética), o teórico percebe um sujeito capaz de falar e de ter diferentes atitudes em diversos aspectos da mensagem. Como afirma FLORES e TEIXEIRA (2008, p. 22),

Jakobson pode ser considerado um dos primeiros linguistas a pensar sobre as questões de enunciação, porque sua teoria das funções da linguagem e seu trabalho sobre os shifters são algumas das primeiras sistematizações que se tem em linguística sobre o lugar do sujeito na língua.

Jakobson explica essa noção por meio dos pronomes pessoais. No pronome “eu” tem-se aquilo que remete ao código e aquilo que remete à mensagem. Em relação ao código, não pode o signo “eu” representar seu objeto sem estar associado a “ele” por uma regra convencional, em códigos diferentes, como “ego” ou “I”, em que o mesmo sentido é atribuído a sequências diferentes, entre as quais “eu” é apenas um desses símbolos. Para Flores e Teixeira (2008), o que conduz a que a teoria de Jakobson seja enunciativa é a presença do locutor no enunciado, pois, em relação ao índice, o “eu” relacionado ao locutor remete à mensagem, ou seja, está em relação com a enunciação.

Com marcante presença nos estudos realizados no Brasil, Jakobson, de acordo com Flores e Teixeira (2008), além de fornecer teoria que suportasse a análise da poesia, ele manteve diálogo com teóricos brasileiros. Não dá para ignorar as contribuições de Jakobson, haja vista que o linguista expõe noções fundamentais para o estudo da estrutura e da fonologia da língua portuguesa; a unidade na variedade linguística do português brasileiro; a poética sincrônica e os rumos da história textual; as funções da linguagem nas práticas discursivas; a metalinguagem e a dialogia dos signos nas culturas. Possivelmente, a maior contribuição de Jakobson para o ensino de língua portuguesa – considerando seu funcionamento – está no estudo das funções da linguagem.

Jakobson conhece o CLG em Praga. Em 16 de outubro de 1926. Ficou conhecido por muitos autores como o “homem das colaborações”, no entanto ele não produziu nenhuma obra teórica que apresentasse toda sua doutrina nem seu nome aparece em muitos dos livros e manuais didáticos que apresentam o ensino de língua e literatura. No entanto, suas descobertas colaboraram – e ainda colaboram muito – para um conhecimento linguístico mais amplo.

5. CONCLUSÃO

Apesar do Curso de linguística geral não ter sido escrito por Saussure, fica evidente que é necessário uma reflexão acerca de seus conceitos a fim de que entendamos a linguística da enunciação, pois seus conceitos fundamentam a ciência da Linguística. Isso se confirma quando se percebe que as mais diversas teorias linguísticas a tomam como precursora.

Muitos linguistas buscam filiar-se a Saussure na medida em que continuam estabelecendo as relações entre língua e fala, ou seja, frase e enunciado, entre outras presentes nos seus estudos. Esses se relacionam com Saussure na medida em que, sabendo que Saussure não ignora a existência da fala, mas não a toma como objeto de uma ciência autônoma; observando, inclusive a ligação entre língua e fala.

A Teoria Enunciativa de Émile Benveniste, parti de conceitos saussurianos, não rejeita a distinção entre língua e discurso, ao contrário, as associa, pois, ao situar o sujeito como centro de referência, busca explicar como o aparelho formal da enunciação marca a subjetividade na estrutura da língua.

A noção de enunciação é, para Benveniste, centrada no sujeito, que, ao se apropriar do aparelho formal da língua, enuncia sua posição de sujeito, marcando-se como eu, instaurando o tu e o ele em seu discurso. A Teoria de Benveniste focaliza, pois, o sujeito, suas marcas no discurso.

Jakobson, o qual abriu a linguística para a antropologia, teve importante papel na divulgação de estudos envolvendo a linguística e a poética. Esses estudos são importantes para a enunciação porque o linguista supõe um sujeito capaz de falar e de ter diferentes atitudes em diversos aspectos na mensagem, o que pode ser constatado a partir da teoria das funções da linguagem.

LAHUD (1979, apud FLORES, 2008, p. 105), resume bem o conceito de enunciação, quando afirma:

[...] a linguística da enunciação visa não somente um fenômeno que não pertence à “fala”, mas justamente um fenômeno cuja existência compromete a própria distinção língua-fala em algumas de suas postulações. Nem da ordem da língua, nem da ordem da fala [...], mas da própria linguagem enquanto atividade regrada (portanto coletiva) linguisticamente: eis o que é revelado sobre a natureza dessa linguística quando se diz que ela não estuda nem os componentes da matéria-linguagem que fazem parte do objeto de outras ciências não propriamente linguísticas (Fisiologia, Física, Psicologia, etc), nem as variações que sofre os sentidos do signo do sistema quando assumido pelo locutor num ato individual de produção mas a enunciação enquanto centro necessário de referência do próprio sentido de certos signos da língua.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**; tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 5ª edição, Campinas, SP: Editora Pontes, 2005.

_____, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**; tradução Eduardo Guimarães; revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães, Campinas, SP: Editora Pontes, 1989.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à linguística da enunciação**. 1ª Edição, São Paulo: Contexto, 2008.

NORMAND, Claudine. **Saussure**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____, Claudine. **Convite à linguística**. São Paulo: Contexto, 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1987.

EQUIVALÊNCIAS ENTRE CONCEITOS DE SAUSSURE, BENVENISTE E JAKOBSON E O PROCESSO COMUNICATIVO DE RECONHECIMENTO E SÍNTESE DE FALA

Resumo: Este artigo objetiva verificar equivalências entre conceitos abordados por Saussure, Benveniste e Jakobson e o processo comunicativo de reconhecimento e síntese de fala. Entendemos esse processo como um avanço nos estudos da fala, no entanto, questionamos como Saussure, Benveniste e Jakobson contribuíram para essa comunicação entre humanos e máquinas, uma vez que compreendemos os seus conceitos como complementares e convergentes em prol de avanços nos estudos sobre língua, enunciação e comunicação. Para tanto, iniciaremos com uma breve contextualização acerca dos autores e do processo comunicativo mencionado, abordaremos alguns aspectos acerca do reconhecimento e síntese de fala e posteriormente, os pontos de aproximação e/ou de discordância entre esse processo e abordagens saussurianas, benvenistianas e jakobsonianas.

Palavras-chave: Saussure, Benveniste, Jakobson, Fala.

INTRODUÇÃO

Ao tomar a linguagem como seu objeto de estudo, Saussure a considera um fenômeno que compreende a *langue* e a *parole*, no qual a língua se constitui enquanto a parte da linguagem que está submetida ao fato social presente, e a ação do tempo condicionada ao hábito e ao uso, cumprindo a utilitária função de comunicar. Portanto, língua e linguagem são distintas, uma sendo a estrutura formal que serve de veículo de comunicação no âmbito de uma cultura específica, enquanto que a linguagem abarca toda a faculdade universal de comunicação através da associação de um conteúdo de pensamento a uma manifestação sonora. Logo, a linguagem à qual Saussure se refere é indiscutivelmente humana e falada.

O outro conceito que compõe a linguagem, a fala (*parole*) é um ato individual, em oposição ao caráter social da língua, e com interferências de fatores extralinguísticos. Assim, o enunciado benvenistiano, trata-se de um constituinte irrepitível, uma vez que tendo sido evocado jamais será o mesmo.

Saussure parte da análise de que uma unidade linguística, o signo linguístico é produzido a partir da articulação entre dois elementos psíquicos: o conceito e a imagem acústica. Dessa forma, a mensagem linguística se manifesta através da expressão e do conteúdo e o mecanismo da linguagem se realiza a partir dessa inter-relação do signo linguístico.

Oposto a Saussure, o qual estava preocupado em criar a ciência linguística, para Jakobson, o principal fato linguístico é o fonema. Para ele, a Linguística gira em torno desse elemento, que é a única entidade opositiva, relativa e negativa na língua, Tal elemento só adquire conteúdo na cadeia da fala. Por conseguinte, pode-se dizer que a ausência de significado desempenha um papel preponderante na sistemática fonêmica, já que o fato de o fonema não possuir conteúdo fixo leva-o a adquirir um caráter abstrato.

Segundo a Escola de Praga embasada nos conceitos do signo linguístico de Saussure, Fonética e Fonologia são ciências distintas. A primeira é considerada fora da linguística por estudar apenas os sons de uma língua, enquanto que a outra é parte integrante por estudar as funções dos sons na língua. Tal separação foi reforçada por Troubetzkoy e Jakobson, mas posteriormente questionada.

Jakobson critica o fato de Saussure, só admitir a estrutura linguística no eixo das simultaneidades, e situar cada signo linguístico num único eixo, o das sucessividades. Distintamente, ele introduz a noção de traço distintivo ao defender que o fonema é a unidade fonológica simultânea e sucessiva. Em algumas partes da obra saussuriana o fonema se faz presente em sua análise, embora não contemple a noção de traço distintivo conforme apresentada por Jakobson.

Para Saussure, um fonema é identificado quando se determina seu ato fonatório, assim, ao defini-lo, Saussure argumenta que alguns fatores são necessários para a produção sonora, tais como expiração, articulação bucal, vibração da laringe e ressonância nasal. Desse modo, os sons são classificados conforme seus graus de abertura.

Para ele, enumerar fatores de produção do som, não é determinar os elementos diferenciais dessas unidades. Em relação aos detalhes fonéticos, que muitas vezes demonstram a continuidade existente entre duas categorias, esses não englobaram a fala nos estudos de Saussure, que estava preocupado em definir uma disciplina científica. Logo, deveria apresentar postulados e categorias que dessem conta da coletividade e isso não seria possível se levasse em consideração um fator individual como a produção oral.

Ao tratar de sons contínuos, da mesma forma que Saussure, Jakobson também não aborda a questão da fala e detalhes fonéticos linguisticamente pertinentes, talvez por estar

preocupado em corroborar sua tese de que o fonema é a principal unidade de análise linguística.

Nessa análise, não nos embasamos em duas linguísticas uma da língua e uma da fala, afinal, segundo Benveniste, o locutor estabelece um certo tipo de relação com o seu próprio enunciado e o mundo. A ligação entre os locutores e o discurso coloca este último no lugar onde se realiza o relacionamento entre a realidade situacional e os indicadores contidos no interior do enunciado.

RECONHECIMENTO E SÍNTESE DE FALA

Desde a antiguidade, o homem demonstra interesse em desvendar os mecanismos de produção da fala, construindo máquinas dotadas dessa capacidade. E longe de constituir uma ameaça, trata-se de um trajeto que muito contribuiu para o entendimento, através de reflexões tecnológicas e científicas, do que nos é mais humanamente característico: a nossa capacidade de falar.

Barbosa (2001, p. 52) aponta que a história da síntese da fala inicia-se com os sacerdotes gregos os quais para impressionar seus fiéis, utilizavam estátuas falantes de deuses e heróis míticos. No século XVIII a comunidade científica continuou acalorando discussões filosóficas sobre a realização dos mecanismos de produção dos sons no intuito de criar um dispositivo que fosse capaz de simular a voz humana. Mas é em 1791, com o húngaro Kempelen, que as tentativas de compreender e reproduzir sons da linguagem articulada começam realmente a ganhar forma.

Barbosa (2001, p. 54) refere-se a tal feito como um marco incontornável na história da fonética experimental e da Síntese de fala, cedendo lugar a sua projeção enquanto disciplina científica multidisciplinar e encerrando suas relações com o mítico e o lendário.

Outras máquinas foram desenvolvidas no século XIX, emitindo os sons da fala a partir de uma representação textual da mensagem. Mas a grande virada ocorreu mesmo com o surgimento do computador, da tecnologia digital e o advento da internet, na segunda metade de séc. XX, e com o avanço da Teoria acústica da Produção de Fala.

O desenvolvimento do processamento de fala ganhou impulso a partir da crescente procura por meios alternativos de acessar a informação. A contínua importância dada ao computador no mundo em que vivemos, estimulou laboratórios e empresas a investirem cada vez mais no desenvolvimento de tecnologias de síntese de fala.

Atualmente está estabelecido o processo de interação entre homem e máquina nos mais diversos ambientes. O comando de voz pode ser extremamente vantajoso durante a realização simultânea de tarefas, como na direção de um veículo em que mãos e olhos estão comprometidos e a indicação fornecida pelo GPS é de grande valia, em uma linha de produção, onde o operário ao mesmo tempo em que executa suas atribuições, recebe instruções de um computador.

E assim, a fala enquanto meio de comunicação, só tem expandido suas possibilidades, tornando a cada dia, mais constante o processo de interação entre homens e máquinas. Nesse contexto, tanto a síntese quanto o reconhecimento de fala precisam de investimentos e pesquisas que tornem o diálogo entre homens e máquinas cada vez mais naturais, ágeis e humanos.

O fato é que a interação homem-máquina tornou-se algo tão trivial na nossa vida que está presente em um grande número de atividades, desde as mais lúdicas, como, por exemplo, videogames interativos, que usam o corpo e a voz como controles, até a prestação de serviços, como nos setores de telecomunicações, em escritórios, indústrias, serviços bancários, educativos e em tecnologias assistivas. Trata-se de uma tecnologia bastante complexa e fortemente interdisciplinar, sendo, portanto, fundamental a busca pelo aperfeiçoamento dessa relação.

O uso de sistemas automatizados de síntese e reconhecimento de fala, por exemplo, tem se tornado cada vez mais frequente nos mais diversos domínios de aplicação. Uma quantidade significativa de serviços que faz uso de informações derivadas de conjuntos numéricos conectados para os mais variados fins, tais como ativação de cartões de crédito, informações bancárias, consultas a listas telefônicas e marcações de reservas, são alguns dos exemplos mais comuns de tal aplicação.

A importância dos estudos da fala como modalidade de interação com o computador é cada vez mais crescente devido a inúmeras reclamações relativas ao desempenho desses sistemas, ora por não processarem corretamente a fala espontânea (no caso de sistemas de reconhecimento de fala), ora por não oferecerem uma produção próxima à fala natural (no caso dos sistemas de síntese de fala).

É muito comum, por exemplo, que usuários de linhas telefônicas se queixem dos sistemas automatizados com os quais têm de interagir ao telefone, uma vez que simplesmente não reconhecem aquilo que falam. Nessas situações, escutam, em geral um indefectível e frustrante *feedback*, do tipo: “não entendi”. As queixas também se referem

ao modo como certos agrupamentos numéricos são enunciados por sistemas de síntese de fala. A maneira como esses sistemas agrupam números e a prosódia que utilizam para enunciar-los nesses casos em nada se assemelham à sua enunciação natural. Isso tem um impacto significativo em termos de compreensão desses constituintes, o que é evidentemente algo indesejável no que concerne ao que se espera de sistemas automatizados de síntese de fala.

Esses problemas originam-se porque a maioria dos sistemas baseia-se em dados controlados e/ou resultantes de análises impressionistas e não em dados resultantes de análises de dados de fala natural e espontânea. Deriva daí a necessidade premente de informações que visem ao aperfeiçoamento dos sistemas computacionais automáticos em uso. A fala espontânea tem características próprias como a entoação, o timbre, ou as diferentes forças ilocutórias. Do ponto de vista acústico, a distribuição das pausas e a demarcação das fronteiras prosódicas parecem ser elementos fundamentais para a distinção destes dois estilos de fala: estilo de fala espontânea e estilo de fala lido.

Contribuir para o aperfeiçoamento de sistemas computacionais que realizam o processamento automático da fala, consiste inclusive no auxílio da melhoria da qualidade de vida de pessoas com necessidades especiais, tais como as com deficiência auditiva ou visual, uma vez que tanto o reconhecimento quanto a síntese de voz são importantes tecnologias assistivas.

Vários trabalhos evidenciam a importância de se levar em consideração os elementos prosódicos durante a análise de eventos de linguagem (CRYSTAL, 1969, p. 253; CAGLIARI, 1983, p. 42). Contudo, ainda não dispomos de uma descrição clara e completa do funcionamento do fenômeno suprasegmental nas línguas, apesar de sua importância.

Embora estejam cada vez mais frequentes em serviços automatizados, na maior parte dos casos esses sistemas deixam a desejar, sobretudo, porque são desenvolvidos a partir de informações puramente segmentais e altamente artificiais.

São, portanto, de vasta utilidade as pesquisas em síntese e reconhecimento automático de voz para o português falado no Brasil. Tais tecnologias dependem de grandes bases de dados, devidamente rotuladas, para o adequado desenvolvimento de sistemas. Além do aspecto econômico, o processamento de voz é um dos melhores exemplos de um relevante

desafio enfrentado pela linguística computacional e áreas afins, qual seja a construção de máquinas capazes de interagir de forma natural com seres humanos.

EQUIVALÊNCIAS

O termo equivalência, para Jakobson, refere-se a similaridade e dissimilaridade, semelhança e dessemelhança, e dessa forma será tratado nesse artigo. Nesta seção, pretendemos identificar as equivalências, ou seja, pontos de aproximação e/ou de discordância, entre o processo comunicativo de reconhecimento e síntese de fala que ocorre na interação homem-máquina, explicitado na seção anterior, e alguns conceitos explorados por Saussure, Benveniste e Jakobson.

A linguagem para Saussure

Saussure define a linguagem como uma capacidade humana cuja manifestação individual é a fala e o produto social é a língua, sendo, portanto, impossível conceber uma sem a outra. Para Martelotta et al (2012, p. 116), Saussure considera que “a língua é, ao mesmo tempo, o instrumento e o produto da fala”. Quando falamos estamos submetidos ao sistema da língua, assim como a língua só se estabelece a partir das manifestações individuais da fala.

Como então poderíamos conceber uma comunicação estabelecida entre humanos e máquinas? Talvez, “se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua” conforme nos ensina Saussure (2002, p. 21). Dessa forma, uma máquina, com sua grande capacidade de armazenamento, poderia estabelecer uma comunicação, assim como os humanos.

No entanto, Saussure alerta para o fato de que a linguagem é um processo fisiológico e articulatório e que é preciso comando psíquico para articular. O circuito da linguagem estabelecido entre humanos se processa de um cérebro a outro, portanto, para que uma comunicação se efetivasse sem problemas entre humanos e máquinas, seria necessário uma réplica fiel do cérebro humano, de órgãos fonoarticulatórios e até de atitudes e emoções

implantados na máquina, para que fosse possível uma aproximação da fala humana e de uma interação entre humanos.

Além disso, o som não existe por si mesmo, trata-se de um instrumento do pensamento, “o som, unidade complexa acústico-vocal, forma por sua vez, com a ideia, uma unidade complexa, fisiológica e mental” (SAUSSURE, 2002, p. 16). A imagem acústica, então, não é entendida por Saussure apenas como o som material, mas sim como a impressão psíquica desse som. Assim, Saussure aborda a dualidade entre significante (imagem acústica) e significado (conceito), duas faces indivisíveis do signo linguístico.

Outro aspecto importante com relação ao processo de reconhecimento e síntese de fala para se estabelecer uma comunicação entre humanos e máquinas, refere-se ao fato de não haver uma relação direta entre os constituintes do signo linguístico, ou seja, para Saussure a relação entre significante e significado é arbitrária. Justamente por ser uma convenção, poderíamos imaginar que o conjunto dessas convenções armazenadas em uma máquina possibilitaria um processo comunicativo satisfatório.

Entretanto, para Saussure, os elementos linguísticos estabelecem uma teia de relações entre eles no sistema da língua. Essas relações se processam de duas formas por meio da nossa atividade mental. No eixo das sucessividades (sintagmático), os signos obedecem a uma determinada ordem no contexto de uso, refere-se à linearidade do significante, enquanto que no eixo associativo, o falante seleciona, dentre outros elementos de mesmo valor, o mais adequado para o uso. Não conseguimos perceber, na abordagem saussuriana, como uma máquina poderia apresentar essa capacidade mental de escolher o elemento linguístico mais adequado a determinado contexto.

Benveniste e a enunciação

Influenciado por Saussure, Benveniste cria a Teoria da Enunciação, indo além de Saussure nos estudos sobre a fala, a produção do enunciado. A esse respeito, esclarece Normand (2012, p. 14) “enquanto Saussure, em termos metodológicos prioriza o estudo da língua, recortando-a como objeto de análise, Benveniste, parte da análise formal, tal como foi preconizado por Saussure, atribuindo um lugar especial ao sentido e chega ao discurso”.

Dessa forma, Benveniste articula sujeito e estrutura, uma vez que os interlocutores atribuem sentido às palavras a partir das subjetividades manifestadas por meio da apropriação individual da língua pela pessoa subjetiva “eu”, que se dirige à pessoa “tu”, que por sua vez

também se apropria da língua e se torna pessoa subjetiva “eu”. Essa inversibilidade, na enunciação entre as pessoas do enunciado, assegura a comunicação caracterizada pela intersubjetividade.

Ao afirmar que o enunciado é individual e não dialógico, ou seja, que uma subjetividade não interfere na outra, Benveniste poderia até está nos fornecendo pistas de que é possível uma comunicação entre humanos e máquinas, uma vez que, na sua concepção, não há atitude responsiva. No entanto, a característica da intersubjetividade, composta pelas subjetividades dos “eus”, e inerente à interação no processo de comunicação, deixa claro que esse processo só é possível, em toda a sua amplitude se ocorrer entre humanos. Como uma máquina seria capaz de atribuir sentido?

Outra característica da enunciação benvenistiana, refere-se ao enunciado como sendo a língua posta em uso, além de considerar a enunciação como a utilização da língua através de um ato individual e irrepitível, uma vez que as categorias fundamentais da enunciação de tempo, espaço e pessoa jamais são os mesmos no uso da língua.

Nesse sentido, ao tentar contribuir para o aperfeiçoamento de sistemas de reconhecimento e síntese de fala, os humanos tentam atualizar tais sistemas, de modo que se aproximem o máximo possível da fala natural. Apesar disso, a velocidade de atualização não é compatível com a velocidade em que tempo, espaço e pessoa mudam.

A comunicação jakobsoniana

A noção de traço de Jakobson trata de uma unidade menor que o fonema e traz impresso o conceito de que o som é um sistema binário. Jakobson afirma, então, que o elemento fonêmico é distintivo e pode ser destrinchado em uma matriz de traços. Esse conceito de som pode nos remeter aos sistemas computacionais os quais também são binários, o que comprova que a máquina pode emitir sons, no entanto, isso não significa que seja possível uma interação comunicacional, em toda sua amplitude, entre humanos e máquinas, uma vez que ela não se restringe apenas a trocas de sons.

Jakobson, ao lançar sua teoria das funções da linguagem, imprime sua influência fenomenológica ao gerar reflexões em torno do sujeito capaz de falar e de ter atitudes diferenciadas em relação aos vários aspectos da mensagem. Contudo, como delimitar funções da linguagem, se estas são associadas a comportamentos arraigados na vida social, que extrapolam a simples transmissão de informações?

Ancorado na sua teoria da comunicação, Jakobson propõe algumas condições para que a mensagem enviada de um remetente a um destinatário seja compreendida. Em outras palavras, o contexto deve ser apreensível pelo destinatário, ele deve conhecer um conjunto de elementos relacionados ao momento da produção da mensagem, inclusive dados referentes ao assunto em pauta. É preciso um código, um conjunto de signos convencionais que seja conhecido entre remetente e destinatário. Sendo um canal físico e uma conexão psicológica que possibilite a troca de informações.

Baseado nesses elementos, Jakobson (2003, p. 122-129) estipulou seis funções da linguagem, a referencial que diz respeito ao contexto, a emotiva, que está centrada no remetente, a conativa que influencia o comportamento do destinatário, a fática que enfoca o canal, a manutenção ou recebimento da mensagem, a metalinguística voltada para a linguagem em si mesma, centrando-se no código, e a poética que foca na forma da mensagem, projetando o eixo da seleção em relação ao da combinação dos elementos linguísticos. O que de certa forma consiste em uma retomada à noção de eixos sintagmático e paradigmático postulados por Saussure, já que Jakobson cita seleção e combinação como dois arranjos utilizados no processo verbal.

A seleção dos elementos linguísticos que serão utilizados é feita pela equivalência, semelhança ou dessemelhança, e não pelo caráter informacional desses elementos. Mas, na interação aqui abordada, a máquina não dispõe dessa capacidade psíquica e fisiológica, daí a necessidade de ultrapassar o funcionamento mecânico e extrair de maneira eficiente informações do sinal de fala, de modo que um ouvinte humano não consiga perceber a diferença entre os dois. Máquinas com maior capacidade de compreender e ser compreendida por seus usuários, favorecendo a interação.

Afinal, consoante Barbosa (2001, p. 68), quando a pesquisa em Síntese de Fala conseguir obter a fala sintética com a naturalidade indistinta da humana, teremos entendido melhor o que e quem somos. Além disso, trata-se de um lugar interdisciplinar, de reconciliação entre as disciplinas, entre as Ciências Humanas e Naturais, preenchendo lacunas criadas através de teorias e expandindo modelos de produção de fala como formas de explicação do falar.

CONCLUSÃO

Assim, a elaboração desse trabalho científico contribui significativamente para a ampliação dos nossos conhecimentos linguísticos, subsidiando um melhor entendimento sobre os pressupostos teóricos que promovem questionamentos, e ao mesmo tempo são essenciais para compreendermos a condição humana. Conforme afirma Saussure, a fala, ao contrário da língua, é algo puramente individual são as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal.

O universo da fala é característico do ser humano e fundamental para compreender o mundo e as coisas ao nosso redor. É através da linguagem que destruimos e construímos a nós mesmos e o mundo que nos é exterior, abandonamos ou dominamos o que está dentro e fora da realidade.

Então, do ponto de vista saussuriano, benvenistiano e jakobsoniano o fato de uma máquina ter condições de armazenar uma grande quantidade de informações e até de produzir sons, não implica na possibilidade de se estabelecer uma comunicação, em toda sua amplitude interacional, entre humanos e máquinas, uma vez que para que o processo comunicativo se estabeleça é necessário: uma representação psíquica do som atrelada ao conceito, de acordo com Saussure; uma intersubjetividade na enunciação, conforme Benveniste; e uma relação de equivalência entre as palavras selecionadas, consoante Jakobson.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Plínio. **Incursões em torno do ritmo da Fala**. Campinas: FAPESP/Pontes Editores, 2006.

_____. Máquinas falantes como instrumentos linguísticos: por um humanismo *éclairé*. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, 8, jul./dez. 2001, p. 51-99.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

CAGLIARI, L.C. Da Importância da Prosódia na Descrição de Fatos Gramaticais. In: ILARI, R. (Org.). **Gramática do Português Falado**. São Paulo: Editora Nacional, 1993.

CRYSTAL, D. **Prosodic systems and intonation in English**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

FLORES, V.; TEIXEIRA, M. **Introdução à Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2008.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2003.

MARTELOTTA, Mário Eduardo et al. **Manual de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

NORMAND, Claudine. **Convite à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Saussure**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

TOLEDO, Dionísio. **Círculo Linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia**. Porto Alegre: Globo, 1978.

EQUIVALÊNCIAS ENTRE CONCEITOS DE SAUSSURE, BENVENISTE E JAKOBSON E O PROCESSO COMUNICATIVO DE RECONHECIMENTO E SÍNTESE DE FALA

Resumo: Este artigo objetiva verificar equivalências entre conceitos abordados por Saussure, Benveniste e Jakobson e o processo comunicativo de reconhecimento e síntese de fala. Entendemos esse processo como um avanço nos estudos da fala, no entanto, questionamos como Saussure, Benveniste e Jakobson contribuíram para essa comunicação entre humanos e máquinas, uma vez que compreendemos os seus conceitos como complementares e convergentes em prol de avanços nos estudos sobre língua, enunciação e comunicação. Para tanto, iniciaremos com uma breve contextualização acerca dos autores e do processo comunicativo mencionado, abordaremos alguns aspectos acerca do reconhecimento e síntese de fala e posteriormente, os pontos de aproximação e/ou de discordância entre esse processo e abordagens saussurianas, benvenistianas e jakobsonianas.

Palavras-chave: Saussure, Benveniste, Jakobson, Fala.

INTRODUÇÃO

Ao tomar a linguagem como seu objeto de estudo, Saussure a considera um fenômeno que compreende a *langue* e a *parole*, no qual a língua se constitui enquanto a parte da linguagem que está submetida ao fato social presente, e a ação do tempo condicionada ao hábito e ao uso, cumprindo a utilitária função de comunicar. Portanto, língua e linguagem são distintas, uma sendo a estrutura formal que serve de veículo de comunicação no âmbito de uma cultura específica, enquanto que a linguagem abarca toda a faculdade universal de comunicação através da associação de um conteúdo de pensamento a uma manifestação sonora. Logo, a linguagem à qual Saussure se refere é indiscutivelmente humana e falada.

O outro conceito que compõe a linguagem, a fala (*parole*) é um ato individual, em oposição ao caráter social da língua, e com interferências de fatores extralinguísticos. Assim, o enunciado benvenistiano, trata-se de um constituinte irrepitível, uma vez que tendo sido evocado jamais será o mesmo.

Saussure parte da análise de que uma unidade linguística, o signo linguístico é produzido a partir da articulação entre dois elementos psíquicos: o conceito e a imagem acústica. Dessa forma, a mensagem linguística se manifesta através da expressão e do conteúdo e o mecanismo da linguagem se realiza a partir dessa inter-relação do signo linguístico.

Oposto a Saussure, o qual estava preocupado em criar a ciência linguística, para Jakobson, o principal fato linguístico é o fonema. Para ele, a Linguística gira em torno desse elemento, que é a única entidade opositiva, relativa e negativa na língua, Tal elemento só adquire conteúdo na cadeia da fala. Por conseguinte, pode-se dizer que a ausência de significado desempenha um papel preponderante na sistemática fonêmica, já que o fato de o fonema não possuir conteúdo fixo leva-o a adquirir um caráter abstrato.

Segundo a Escola de Praga embasada nos conceitos do signo linguístico de Saussure, Fonética e Fonologia são ciências distintas. A primeira é considerada fora da linguística por estudar apenas os sons de uma língua, enquanto que a outra é parte integrante por estudar as funções dos sons na língua. Tal separação foi reforçada por Troubetzkoy e Jakobson, mas posteriormente questionada.

Jakobson critica o fato de Saussure, só admitir a estrutura linguística no eixo das simultaneidades, e situar cada signo linguístico num único eixo, o das sucessividades. Distintamente, ele introduz a noção de traço distintivo ao defender que o fonema é a unidade fonológica simultânea e sucessiva. Em algumas partes da obra saussuriana o fonema se faz presente em sua análise, embora não contemple a noção de traço distintivo conforme apresentada por Jakobson.

Para Saussure, um fonema é identificado quando se determina seu ato fonatório, assim, ao defini-lo, Saussure argumenta que alguns fatores são necessários para a produção sonora, tais como expiração, articulação bucal, vibração da laringe e ressonância nasal. Desse modo, os sons são classificados conforme seus graus de abertura.

Para ele, enumerar fatores de produção do som, não é determinar os elementos diferenciais dessas unidades. Em relação aos detalhes fonéticos, que muitas vezes demonstram a continuidade existente entre duas categorias, esses não englobaram a fala nos estudos de Saussure, que estava preocupado em definir uma disciplina científica. Logo, deveria apresentar postulados e categorias que dessem conta da coletividade e isso não seria possível se levasse em consideração um fator individual como a produção oral.

Ao tratar de sons contínuos, da mesma forma que Saussure, Jakobson também não aborda a questão da fala e detalhes fonéticos linguisticamente pertinentes, talvez por estar

preocupado em corroborar sua tese de que o fonema é a principal unidade de análise linguística.

Nessa análise, não nos embasamos em duas linguísticas uma da língua e uma da fala, afinal, segundo Benveniste, o locutor estabelece um certo tipo de relação com o seu próprio enunciado e o mundo. A ligação entre os locutores e o discurso coloca este último no lugar onde se realiza o relacionamento entre a realidade situacional e os indicadores contidos no interior do enunciado.

RECONHECIMENTO E SÍNTESE DE FALA

Desde a antiguidade, o homem demonstra interesse em desvendar os mecanismos de produção da fala, construindo máquinas dotadas dessa capacidade. E longe de constituir uma ameaça, trata-se de um trajeto que muito contribuiu para o entendimento, através de reflexões tecnológicas e científicas, do que nos é mais humanamente característico: a nossa capacidade de falar.

Barbosa (2001, p. 52) aponta que a história da síntese da fala inicia-se com os sacerdotes gregos os quais para impressionar seus fiéis, utilizavam estátuas falantes de deuses e heróis míticos. No século XVIII a comunidade científica continuou acalorando discussões filosóficas sobre a realização dos mecanismos de produção dos sons no intuito de criar um dispositivo que fosse capaz de simular a voz humana. Mas é em 1791, com o húngaro Kempelen, que as tentativas de compreender e reproduzir sons da linguagem articulada começam realmente a ganhar forma.

Barbosa (2001, p. 54) refere-se a tal feito como um marco incontornável na história da fonética experimental e da Síntese de fala, cedendo lugar a sua projeção enquanto disciplina científica multidisciplinar e encerrando suas relações com o mítico e o lendário.

Outras máquinas foram desenvolvidas no século XIX, emitindo os sons da fala a partir de uma representação textual da mensagem. Mas a grande virada ocorreu mesmo com o surgimento do computador, da tecnologia digital e o advento da internet, na segunda metade de séc. XX, e com o avanço da Teoria acústica da Produção de Fala.

O desenvolvimento do processamento de fala ganhou impulso a partir da crescente procura por meios alternativos de acessar a informação. A contínua importância dada ao computador no mundo em que vivemos, estimulou laboratórios e empresas a investirem cada vez mais no desenvolvimento de tecnologias de síntese de fala.

Atualmente está estabelecido o processo de interação entre homem e máquina nos mais diversos ambientes. O comando de voz pode ser extremamente vantajoso durante a realização simultânea de tarefas, como na direção de um veículo em que mãos e olhos estão comprometidos e a indicação fornecida pelo GPS é de grande valia, em uma linha de produção, onde o operário ao mesmo tempo em que executa suas atribuições, recebe instruções de um computador.

E assim, a fala enquanto meio de comunicação, só tem expandido suas possibilidades, tornando a cada dia, mais constante o processo de interação entre homens e máquinas. Nesse contexto, tanto a síntese quanto o reconhecimento de fala precisam de investimentos e pesquisas que tornem o diálogo entre homens e máquinas cada vez mais naturais, ágeis e humanos.

O fato é que a interação homem-máquina tornou-se algo tão trivial na nossa vida que está presente em um grande número de atividades, desde as mais lúdicas, como, por exemplo, videogames interativos, que usam o corpo e a voz como controles, até a prestação de serviços, como nos setores de telecomunicações, em escritórios, indústrias, serviços bancários, educativos e em tecnologias assistivas. Trata-se de uma tecnologia bastante complexa e fortemente interdisciplinar, sendo, portanto, fundamental a busca pelo aperfeiçoamento dessa relação.

O uso de sistemas automatizados de síntese e reconhecimento de fala, por exemplo, tem se tornado cada vez mais frequente nos mais diversos domínios de aplicação. Uma quantidade significativa de serviços que faz uso de informações derivadas de conjuntos numéricos conectados para os mais variados fins, tais como ativação de cartões de crédito, informações bancárias, consultas a listas telefônicas e marcações de reservas, são alguns dos exemplos mais comuns de tal aplicação.

A importância dos estudos da fala como modalidade de interação com o computador é cada vez mais crescente devido a inúmeras reclamações relativas ao desempenho desses sistemas, ora por não processarem corretamente a fala espontânea (no caso de sistemas de reconhecimento de fala), ora por não oferecerem uma produção próxima à fala natural (no caso dos sistemas de síntese de fala).

É muito comum, por exemplo, que usuários de linhas telefônicas se queixem dos sistemas automatizados com os quais têm de interagir ao telefone, uma vez que simplesmente não reconhecem aquilo que falam. Nessas situações, escutam, em geral um indefectível e frustrante *feedback*, do tipo: “não entendi”. As queixas também se referem ao modo como certos agrupamentos numéricos são enunciados por sistemas de síntese de

fala. A maneira como esses sistemas agrupam números e a prosódia que utilizam para enunciá-los nesses casos em nada se assemelham à sua enunciação natural. Isso tem um impacto significativo em termos de compreensão desses constituintes, o que é evidentemente algo indesejável no que concerne ao que se espera de sistemas automatizados de síntese de fala.

Esses problemas originam-se porque a maioria dos sistemas baseia-se em dados controlados e/ou resultantes de análises impressionistas e não em dados resultantes de análises de dados de fala natural e espontânea. Deriva daí a necessidade premente de informações que visem ao aperfeiçoamento dos sistemas computacionais automáticos em uso. A fala espontânea tem características próprias como a entoação, o timbre, ou as diferentes forças ilocutórias. Do ponto de vista acústico, a distribuição das pausas e a demarcação das fronteiras prosódicas parecem ser elementos fundamentais para a distinção destes dois estilos de fala: estilo de fala espontânea e estilo de fala lido.

Contribuir para o aperfeiçoamento de sistemas computacionais que realizam o processamento automático da fala, consiste inclusive no auxílio da melhoria da qualidade de vida de pessoas com necessidades especiais, tais como as com deficiência auditiva ou visual, uma vez que tanto o reconhecimento quanto a síntese de voz são importantes tecnologias assistivas.

Vários trabalhos evidenciam a importância de se levar em consideração os elementos prosódicos durante a análise de eventos de linguagem (CRYSTAL, 1969, p. 253; CAGLIARI, 1983, p. 42). Contudo, ainda não dispomos de uma descrição clara e completa do funcionamento do fenômeno suprasegmental nas línguas, apesar de sua importância.

Embora estejam cada vez mais frequentes em serviços automatizados, na maior parte dos casos esses sistemas deixam a desejar, sobretudo, porque são desenvolvidos a partir de informações puramente segmentais e altamente artificiais.

São, portanto, de vasta utilidade as pesquisas em síntese e reconhecimento automático de voz para o português falado no Brasil. Tais tecnologias dependem de grandes bases de dados, devidamente rotuladas, para o adequado desenvolvimento de sistemas. Além do aspecto econômico, o processamento de voz é um dos melhores exemplos de um relevante desafio enfrentado pela linguística computacional e áreas afins, qual seja a construção de máquinas capazes de interagir de forma natural com seres humanos.

EQUIVALÊNCIAS

O termo equivalência, para Jakobson, refere-se a similaridade e dissimilaridade, semelhança e dessemelhança, e dessa forma será tratado nesse artigo. Nesta seção, pretendemos identificar as equivalências, ou seja, pontos de aproximação e/ou de discordância, entre o processo comunicativo de reconhecimento e síntese de fala que ocorre na interação homem-máquina, explicitado na seção anterior, e alguns conceitos explorados por Saussure, Benveniste e Jakobson.

A linguagem para Saussure

Saussure define a linguagem como uma capacidade humana cuja manifestação individual é a fala e o produto social é a língua, sendo, portanto, impossível conceber uma sem a outra. Para Martelotta et al (2012, p. 116), Saussure considera que “a língua é, ao mesmo tempo, o instrumento e o produto da fala”. Quando falamos estamos submetidos ao sistema da língua, assim como a língua só se estabelece a partir das manifestações individuais da fala.

Como então poderíamos conceber uma comunicação estabelecida entre humanos e máquinas? Talvez, “se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua” conforme nos ensina Saussure (2002, p. 21). Dessa forma, uma máquina, com sua grande capacidade de armazenamento, poderia estabelecer uma comunicação, assim como os humanos.

No entanto, Saussure alerta para o fato de que a linguagem é um processo fisiológico e articulatorio e que é preciso comando psíquico para articular. O circuito da linguagem estabelecido entre humanos se processa de um cérebro a outro, portanto, para que uma comunicação se efetivasse sem problemas entre humanos e máquinas, seria necessário uma réplica fiel do cérebro humano, de órgãos fonoarticulatórios e até de atitudes e emoções implantados na máquina, para que fosse possível uma aproximação da fala humana e de uma interação entre humanos.

Além disso, o som não existe por si mesmo, trata-se de um instrumento do pensamento, “o som, unidade complexa acústico-vocal, forma por sua vez, com a ideia, uma unidade complexa, fisiológica e mental” (SAUSSURE, 2002, p. 16). A imagem acústica,

então, não é entendida por Saussure apenas como o som material, mas sim como a impressão psíquica desse som. Assim, Saussure aborda a dualidade entre significante (imagem acústica) e significado (conceito), duas faces indivisíveis do signo linguístico.

Outro aspecto importante com relação ao processo de reconhecimento e síntese de fala para se estabelecer uma comunicação entre humanos e máquinas, refere-se ao fato de não haver uma relação direta entre os constituintes do signo linguístico, ou seja, para Saussure a relação entre significante e significado é arbitrária. Justamente por ser uma convenção, poderíamos imaginar que o conjunto dessas convenções armazenadas em uma máquina possibilitaria um processo comunicativo satisfatório.

Entretanto, para Saussure, os elementos linguísticos estabelecem uma teia de relações entre eles no sistema da língua. Essas relações se processam de duas formas por meio da nossa atividade mental. No eixo das sucessividades (sintagmático), os signos obedecem a uma determinada ordem no contexto de uso, refere-se à linearidade do significante, enquanto que no eixo associativo, o falante seleciona, dentre outros elementos de mesmo valor, o mais adequado para o uso. Não conseguimos perceber, na abordagem saussuriana, como uma máquina poderia apresentar essa capacidade mental de escolher o elemento linguístico mais adequado a determinado contexto.

Benveniste e a enunciação

Influenciado por Saussure, Benveniste cria a Teoria da Enunciação, indo além de Saussure nos estudos sobre a fala, a produção do enunciado. A esse respeito, esclarece Normand (2012, p. 14) “enquanto Saussure, em termos metodológicos prioriza o estudo da língua, recortando-a como objeto de análise, Benveniste, parte da análise formal, tal como foi preconizado por Saussure, atribuindo um lugar especial ao sentido e chega ao discurso”.

Dessa forma, Benveniste articula sujeito e estrutura, uma vez que os interlocutores atribuem sentido às palavras a partir das subjetividades manifestadas por meio da apropriação individual da língua pela pessoa subjetiva “eu”, que se dirige à pessoa “tu”, que por sua vez também se apropria da língua e se torna pessoa subjetiva “eu”. Essa inversibilidade, na enunciação entre as pessoas do enunciado, assegura a comunicação caracterizada pela intersubjetividade.

Ao afirmar que o enunciado é individual e não dialógico, ou seja, que uma subjetividade não interfere na outra, Benveniste poderia até está nos fornecendo pistas de que

é possível uma comunicação entre humanos e máquinas, uma vez que, na sua concepção, não há atitude responsiva. No entanto, a característica da intersubjetividade, composta pelas subjetividades dos “eus”, e inerente à interação no processo de comunicação, deixa claro que esse processo só é possível, em toda a sua amplitude se ocorrer entre humanos. Como uma máquina seria capaz de atribuir sentido?

Outra característica da enunciação benvenistiana, refere-se ao enunciado como sendo a língua posta em uso, além de considerar a enunciação como a utilização da língua através de um ato individual e irrepetível, uma vez que as categorias fundamentais da enunciação de tempo, espaço e pessoa jamais são os mesmos no uso da língua.

Nesse sentido, ao tentar contribuir para o aperfeiçoamento de sistemas de reconhecimento e síntese de fala, os humanos tentam atualizar tais sistemas, de modo que se aproximem o máximo possível da fala natural. Apesar disso, a velocidade de atualização não é compatível com a velocidade em que tempo, espaço e pessoa mudam.

A comunicação jakobsoniana

A noção de traço de Jakobson trata de uma unidade menor que o fonema e traz impresso o conceito de que o som é um sistema binário. Jakobson afirma, então, que o elemento fonêmico é distintivo e pode ser destrinchado em uma matriz de traços. Esse conceito de som pode nos remeter aos sistemas computacionais os quais também são binários, o que comprova que a máquina pode emitir sons, no entanto, isso não significa que seja possível uma interação comunicacional, em toda sua amplitude, entre humanos e máquinas, uma vez que ela não se restringe apenas a trocas de sons.

Jakobson, ao lançar sua teoria das funções da linguagem, imprime sua influência fenomenológica ao gerar reflexões em torno do sujeito capaz de falar e de ter atitudes diferenciadas em relação aos vários aspectos da mensagem. Contudo, como delimitar funções da linguagem, se estas são associadas a comportamentos arraigados na vida social, que extrapolam a simples transmissão de informações?

Ancorado na sua teoria da comunicação, Jakobson propõe algumas condições para que a mensagem enviada de um remetente a um destinatário seja compreendida. Em outras palavras, o contexto deve ser apreensível pelo destinatário, ele deve conhecer um conjunto de elementos relacionados ao momento da produção da mensagem, inclusive dados referentes ao assunto em pauta. É preciso um código, um conjunto de signos convencionais que seja

conhecido entre remetente e destinatário. Sendo um canal físico e uma conexão psicológica que possibilite a troca de informações.

Baseado nesses elementos, Jakobson (2003, p. 122-129) estipulou seis funções da linguagem, a referencial que diz respeito ao contexto, a emotiva, que está centrada no remetente, a conativa que influencia o comportamento do destinatário, a fática que enfoca o canal, a manutenção ou recebimento da mensagem, a metalinguística voltada para a linguagem em si mesma, centrando-se no código, e a poética que foca na forma da mensagem, projetando o eixo da seleção em relação ao da combinação dos elementos linguísticos. O que de certa forma consiste em uma retomada à noção de eixos sintagmático e paradigmático postulados por Saussure, já que Jakobson cita seleção e combinação como dois arranjos utilizados no processo verbal.

A seleção dos elementos linguísticos que serão utilizados é feita pela equivalência, semelhança ou dessemelhança, e não pelo caráter informacional desses elementos. Mas, na interação aqui abordada, a máquina não dispõe dessa capacidade psíquica e fisiológica, daí a necessidade de ultrapassar o funcionamento mecânico e extrair de maneira eficiente informações do sinal de fala, de modo que um ouvinte humano não consiga perceber a diferença entre os dois. Máquinas com maior capacidade de compreender e ser compreendida por seus usuários, favorecendo a interação.

Afinal, consoante Barbosa (2001, p. 68), quando a pesquisa em Síntese de Fala conseguir obter a fala sintética com a naturalidade indistinta da humana, teremos entendido melhor o que e quem somos. Além disso, trata-se de um lugar interdisciplinar, de reconciliação entre as disciplinas, entre as Ciências Humanas e Naturais, preenchendo lacunas criadas através de teorias e expandindo modelos de produção de fala como formas de explicação do falar.

CONCLUSÃO

Assim, a elaboração desse trabalho científico contribui significativamente para a ampliação dos nossos conhecimentos linguísticos, subsidiando um melhor entendimento sobre os pressupostos teóricos que promovem questionamentos, e ao mesmo tempo são essenciais para compreendermos a condição humana. Conforme afirma Saussure, a fala, ao contrário da língua, é algo puramente individual são as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal.

O universo da fala é característico do ser humano e fundamental para compreender o mundo e as coisas ao nosso redor. É através da linguagem que destruimos e construímos a nós mesmos e o mundo que nos é exterior, abandonamos ou dominamos o que está dentro e fora da realidade.

Então, do ponto de vista saussuriano, benvenistiano e jakobsoniano o fato de uma máquina ter condições de armazenar uma grande quantidade de informações e até de produzir sons, não implica na possibilidade de se estabelecer uma comunicação, em toda sua amplitude interacional, entre humanos e máquinas, uma vez que para que o processo comunicativo se estabeleça é necessário: uma representação psíquica do som atrelada ao conceito, de acordo com Saussure; uma intersubjetividade na enunciação, conforme Benveniste; e uma relação de equivalência entre as palavras selecionadas, consoante Jakobson.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Plínio. **Incursões em torno do ritmo da Fala**. Campinas: FAPESP/Pontes Editores, 2006.
- _____. Máquinas falantes como instrumentos linguísticos: por um humanismo *éclairé*. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, 8, jul./dez. 2001, p. 51-99.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
- CAGLIARI, L.C. Da Importância da Prosódia na Descrição de Fatos Gramaticais. In: ILARI, R. (Org.). **Gramática do Português Falado**. São Paulo: Editora Nacional, 1993.
- CRYSTAL, D. **Prosodic systems and intonation in English**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- FLORES, V.; TEIXEIRA, M. **Introdução à Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2008.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2003.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo et al. **Manual de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- NORMAND, Claudine. **Convite à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. **Saussure**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz, 2006.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.
- TOLEDO, Dionísio. **Círculo Linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia**. Porto Alegre: Globo, 1978.